



DO CAMPO BROTOU



MARGARIDAS

POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E
SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE
GÊNERO NA REGIÃO DO MATO GRANDE - RN
JEAM CLAUDE DE SOUZA GOMES • WINIFRED KNOX

**DO CAMPO
BROTOU
MARGARIDAS**

**POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E
SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE
GÊNERO NA REGIÃO DO MATO GRANDE - RN**

**MS. JEAM CLAUDE DE SOUZA GOMES
PROF^A. DR^A. WINIFRED KNOX**

UERN

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Conselho Editorial das Edições UERN

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa



Diagramação

Isabelly Thyanne de Sousa Silva

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Gomes, Jean Claude de Souza

Do Campo Brotou Margaridas [recurso eletrônico]: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero na região do Mato Grande-RN./ Jean Claude de Souza Gomes, Winifred Knox. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

134p.

ISBN: 978-85-7621-370-3

1. Desenvolvimento rural territorial - Desigualdades de gênero. 2. Gênero e políticas públicas. 3. Fórum Territorial do Mato Grande (FOMAG),I. Knox, Winifred.
II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

UERN/BC

CDD 338.9

Bibliotecário: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

Editora Filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora

por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

**Governadora do
Rio Grande do Norte.**

PARCERIA PELO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre

o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguares, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Maria Lúcia Pessoa
Sampaio Maria Leite*

**Diretora-Presidente
da FAPERN**



Cecília Raquel

Presidente da FUERN

À dona Zizi e às mulheres guerreiras que fazem parte do Território do Mato Grande, principalmente aquelas do comitê de mulheres do colegiado territorial. Vocês foram nossa maior inspiração. Dedico também à Maria de Fátima Ferreira Gomes, que sempre me incentivou a persistir nos meus sonhos.

“Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade”.

Simone de Beauvoir

NOTA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES NA PESQUISA

Jeam Claude de Souza Gomes mestre pelo Programa de Estudos Urbanos e Regionais da UFRN, propôs o projeto que durante o processo de mestrado sofreu modificações, a partir das orientações recebidas pela orientadora Winifred Knox, pelos Seminários de Dissertações e Teses do PEUR, das disciplinas cursadas e das vivências em grupos de pesquisa e extensão, que participou durante os 4 semestres entre 2019 e 2020, bem como pelas orientações recebidas pelas professoras da banca de qualificação Joana Tereza Vaz de Moura e Maria Cristina Cavalcanti Araújo. O autor realizou o desenho dos capítulos, a discussão teórica-metodológica e analítica, tanto quanto esteve presente realizando o trabalho de campo e coordenando todas as entrevistas.

Winifred Knox, professora doutora do Programa de Estudos Urbanos e Regionais da UFRN esteve orientando Jeam Claude de Souza Gomes durante o processo de transformação do projeto de pesquisa, na formação de conteúdo teórico-metodológico oferecido em disciplinas, grupos de pesquisa e extensão, esteve presente em todas as entrevistas exercendo a função de gravação via *Google Meet*, e a confecção de resumos das entrevistas através de quadros interativos do *Google Jamboard*, que eram apresentados às entrevistadas em momento posterior, para conhecimento, retirada de dúvidas e adequações.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACC	Associação de Apoio às Comunidades do Campo
APABV	Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPABEV	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Bebida Velha
CT	Colegiado Territorial
CTMT	Colegiado Territorial do Mato Grande
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOMAG	Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQI+	Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queer, Intersex
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
MTG	Mato Grande
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PROINF	Projetos de Infraestrutura e Serviços
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
TC	Território da Cidadania
TCMG	Território da Cidadania do Mato Grande

SUMÁRIO

1	PREFÁCIO	16
	TRILHA METODOLÓGICA	19
2	PERSPECTIVA SOBRE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	22
	2.1 GÊNERO E SUAS DEFINIÇÕES	22
	2.2 A MASCULINIZAÇÃO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO TERRITÓRIO RURAL BRASILEIRO	30
	2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL EXPECTATIVAS E REALIDADES: ENTRE O CAMPO E A CIDADE	33
3	A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL	37
	3.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	37
	3.2 O ADVENTO DAS POLÍTICAS DE VIÉS TERRITORIAL RURAL NO BRASIL	40
	3.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O DEBATE SOBRE GÊNERO	45
4	O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	47
	4.1 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E SUA CONFIGURAÇÃO NO RN	47
	4.2 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO MATO GRANDE	49
	4.3 COLEGIADO TERRITORIAL: O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MATO GRANDE (FOMAG)	50
5	O DEBATE SOBRE GÊNERO NO COLEGIADO TERRITÓRIAL DO MATO GRANDE - RN	54
	5.1 ATAS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE TEÓRICA SOBRE O DEBATE GÊNERO NAS REUNIÕES DO CTMT DE 2006 A 2015	55
	5.1.2 Gênero, poder, participação e empoderamento feminino no FOMAG	59
	5.1.2 Direcionamentos e contexto de pautas	64
6	DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: O COMITÊ DE MULHERES E SEU PROTAGONISMO NA LUTA PELO EMPODERAMENTO FEMININO E IGUALDADE DE GÊNERO NO MATO GRANDE	68

6.1 MARGARIDA KATIANA	68
6.1.1 O início de uma trajetória de luta	68
6.1.2 O contato com a política de desenvolvimento territorial: as plenárias do FOMAG e a participação feminina	69
6.1.3 O FOMAG e sua importância	73
6.1.4 O impacto da política territorial na vida de mulheres do mato grande	74
6.2 MARGARIDA ANA PAULA	75
6.2.1 O início de uma trajetória de luta	75
6.2.2 O FOMAG e feminismo: o que pensam as mulheres rurais?	78
6.2.3 A importância da política de desenvolvimento territorial na vida das mulheres do MTG	81
6.3 MARGARIDA FERNANDA	82
6.3.1 O começo de uma trajetória	82
6.3.2 A chegada ao FOMAG	83
6.3.3 Participação nas plenárias	84
6.3.4 Impactos da política de desenvolvimento territorial	86
6.4 MARGARIDA ALICE	87
6.4.1 O início de uma trajetória	87
6.4.2 Chegada ao FOMAG	88
6.4.3 Impacto da Política de Desenvolvimento Territorial	89
6.5 MARGARIDA ADRIELE	89
6.5.1 O começo da trajetória	89
6.5.2 O contato com o FOMAG	90
6.5.3 O comitê na atualidade	91
6.5.4 Impactos da Política de Desenvolvimento Territorial	92
6.6 ANGÉLICA	92
6.6.1 O começo de uma trajetória	93
6.6.2 Feminismo e plenárias do FOMAG	94
6.6.3 Impactos da política territorial	95
6.7 MARGARIDA ADRIANA	95
6.7.1 Início da trajetória	96
6.7.2 Impactos da política territorial	96
6.8 MARGARIDA LARISSA	97
6.8.1 O começo de uma trajetória	97
6.8.2 Reuniões do FOMAG e a política territorial	97
6.9 MARGARIDA CEIÇA	98
6.9.1 Trajetória	98
6.9.2 O contato com o FOMAG e a presença feminina nesse espaço	99
6.9.3 Política de Desenvolvimento Territorial	100

6.10 MARGARIDA GILDETE	102
6.10.1 trajetória	102
6.10. 2 FOMAG	103

7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 105

REFERÊNCIAS	109
--------------------	------------

ANEXOS	.115
---------------	-------------



PREFÁCIO

A presente obra traz como objetivo compreender em que medida o desenvolvimento rural territorial pode impactar na redução das desigualdades de gênero no campo, por meio de políticas e programas com essa abordagem, ao tempo em que buscará perceber as contribuições destes para o empoderamento da mulher rural.

Quando falamos sobre política territorial, é preciso entender que durante muito tempo o governo federal baseava seus projetos de desenvolvimento rural em conceitos agrícolas, que em muitos momentos não foi capaz de reduzir as desigualdades do cenário rural brasileiro. Com isso, somente em meados dos anos de 1990, o foco do planejamento foi adequado para as realidades locais, fazendo com que cada comunidade estabelecesse seu arranjo produtivo.

Todavia, esse modelo não conseguiu impactar na qualidade de vida dessas populações. Era necessário pensar um modelo que conseguisse lograr maior qualidade de vida para os residentes do campo, onde estavam concentrados os maiores índices de pobreza e desigualdade.

Assim, ocorreu uma mudança gradual que buscou analisar a logística territorial do desenvolvimento, apontando para uma série de pesquisas e estudos sobre o tema.

Então, em meados de 2003, no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, estabeleceu-se um programa de desenvolvimento rural que valorizava a abordagem territorial. Este seria o fio condutor para a criação de uma série de outros programas que buscassem valorizar territórios rurais (TRs), ofertando-lhes maior qualidade de vida e reduzindo as desigualdades da população do campo.

Destarte, a abordagem de desenvolvimento com foco territorial, é um instrumento usado no universo do planejamento de políticas públicas com orientações voltadas ao desenvolvimento rural. Sendo um instrumento que abarca novas reformulações relacionadas ao campo das políticas econômicas, sociais, ambientais e territoriais, provocando mudanças importantes e significativas no contexto das intervenções em matéria de desenvolvimento (MOURA; MOREIRA, 2014, p. 61).

Essa concepção de desenvolvimento procura considerar as estratégias que os atores em determinada região utilizam para controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas (Santos et al., 2017, p.18), impondo-se como nova unidade na referência, e na atuação do Estado no processo de regulação das políticas públicas, fazendo com que ele se sinta no dever de responder as diversas críticas relacionadas às questões de ineficiência e ineficácia de suas ações (Alcântara Filho et al., 2009, p.31).



Em linhas gerais, o desenvolvimento rural, de abordagem territorial, poderia ser compreendido:

como um processo de mudança social, político, econômico e cultural, voltado para uma valorização das atividades locais, distribuição de renda justa e erradicação da pobreza, buscando alcançar uma melhoria do padrão de vida da população, satisfazendo-a em suas necessidades humanas básicas e respeitando os preceitos de sustentabilidade ambiental (ALCÂNTARA FILHO et al., 2009, p. 31).

A partir desse contexto, procuramos compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento, que de acordo com Molyneux (1985, p.228.) seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Atualmente, as mulheres rurais exercem um grande papel na vida do campo, pois, além do trabalho como agricultoras elas desempenham o cuidado e atenção às comunidades, onde muitas se dedicam exclusivamente à família e à lavoura, em duplas ou até triplas jornadas.

No cenário nacional, pode-se dizer que houve por diálogo com movimentos sociais um esforço por parte dos governos para direcionar programas específicos para essas mulheres, fornecendo-lhes assistência na garantia de direitos e cidadania, como veremos ao longo deste estudo.

Entretanto, no Brasil e nos países em desenvolvimento, segundo dados da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), “do total de alimentos produzido em solo rural, 45% têm as mãos das mulheres rurais, que em sua maioria, saem de seu trabalho para outras jornadas de atividades, nas comunidades e em suas casas”. Soma-se a isso, o fato que elas trabalham durante a semana doze horas a mais que os homens e muitas delas gastam até quatro horas por dia para coletar água e combustível para uso doméstico. Assim, o tempo poderia ser utilizado em atividades escolares ou de geração de renda, segundo a FAO (2018).

Apesar da inserção de novas atividades econômicas nos territórios rurais, grande parte das mulheres precisam da agricultura para sua subsistência. Mesmo tendo um protagonismo no setor, elas possuem menos oportunidades de conquistar, arrendar ou administrar uma propriedade ou pedaço de terra. Muitas, “quando têm acesso às terras, adquiridas são frequentemente de qualidade inferior ou tamanho reduzido, e somente 20% delas são proprietárias das terras onde trabalham (FAO,2018)”.

Nessa linha de pensamento, pretende-se com esse estudo verificar em que medida uma política de abordagem territorial foi importante na vida de mulheres rurais e quais



os seus impactos.

Portanto, a obra divide-se em sete capítulos: o primeiro aborda o caminho metodológico para construção da pesquisa. Em seguida, traremos os aspectos conceituais direcionados ao termo gênero, elucidando as definições sobre a referida categoria analítica.

No terceiro capítulo, abordamos as definições de desenvolvimento, com uma abordagem mais específica para o territorial rural, a exemplo de discussões sobre a construção da política de desenvolvimento territorial, os programas criados a partir dessa perspectiva, e suas relações com a questão de gênero. Em seguida, o quarto capítulo explora o Programa Territórios da Cidadania (PTC), política que carrega traços dessa abordagem, e que foi um dos pilares na redução das desigualdades no campo.

No capítulo seguinte, veremos um estudo a partir de uma análise documental nas atas do colegiado, com o intuito de verificar como se estruturavam as especificidades de gênero no Fórum Territorial do Mato Grande (FOMAG), observando a participação feminina nesse espaço, além do direcionamento das pautas, os principais programas que chegavam ao Mato Grande, e se esses de alguma maneira buscavam reduzir as desigualdades entre pessoas.

No penúltimo momento, observaremos o relato de dez participantes, que fizeram parte do comitê temático de mulheres, denominado afetivamente de dona Zizi pelas mulheres, onde através de seus relatos, é possível observar os impactos de políticas de abordagem territorial em suas vidas. Finalizando o fechamento da obra com a conclusão e os principais achados da pesquisa.



1 TRILHA METODOLÓGICA

Para o alcance do objetivo principal, foi importante a construção de um percurso metodológico, sendo este trilhado por um conjunto de instrumentos e técnicas que favorecem a produção do conhecimento científico, o que é relevante para o alcance das metas e resultados de uma pesquisa.

Visando compreender como se organizava o debate envolto à questão de gênero, principalmente na busca da redução das desigualdades entre homens e mulheres rurais do Mato Grande, buscou-se avaliar as atas das reuniões do colegiado territorial, entre os anos de 2006 e 2015, documentos estes fornecidos pelo assessor Territorial de Inclusão Produtiva da Emater, do município de João Câmara - RN.

Para verificação desses documentos, foi usada a técnica de análise de conteúdo da Bardin (2009), que consiste em avaliar de maneira sistematizada o corpo de um texto, procurando desvendar e quantificar a ocorrência de frases, palavras, temas e expressões, sendo chaves que vão possibilitar uma comparação, depuração e avaliação elaborada das informações coletadas a *posteriori*. A autora enfatiza que:

na análise de conteúdo tem por objetivo a manipulação de mensagens, para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem. A partir de leituras minuciosas dos textos, buscam-se elementos comuns e divergentes, que possibilitam estabelecer relações e promover compreensões acerca do objeto de estudo (BARDIN, 2009, p. 130).

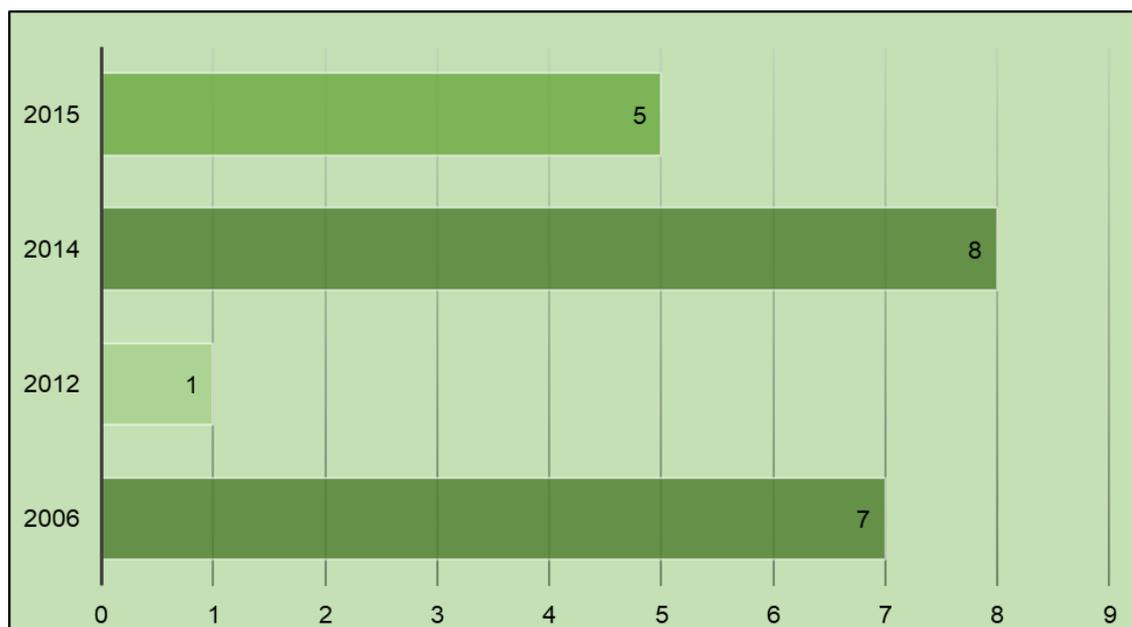
Nesse processo, é a codificação estabelecendo-se unidades que vão permitir ao pesquisador descrição exata de características ligadas ao conteúdo. Segundo ela, o primeiro recorte realizado no texto é a unidade de registro, que seriam as categorias. Logo em seguida, é importante delimitar as unidades de contexto que correspondem “aos segmentos das mensagens, cujas dimensões “servem de unidades de compreensão para codificar a unidade de registro” (Bardin, 2009, p. 133).

Esse método foi importante no exame das atas, por facilitar a compreensão das ações realizadas durante o período de 2006 a 2015 no colegiado, colaborando na verificação da participação feminina e na análise de todas as conjunturas comportamentais relativizadas nesses documentos.

A primeira etapa, iniciou-se com a organização das atas por data, pautas, número de participantes, gênero, lideranças das plenárias e quem detinha espaço de fala. E por fim, o próprio teor das pautas. Foram excluídos documentos repetidos, chegando-se à quantidade de 21 atas, número bem reduzido, considerando que em um ano eram realizadas 12 plenárias. A partir da quantificação dessas atas, o Gráfico 1 fornece a organização desses documentos por ano.



Gráfico 1 – Quantidade de Atas por período.



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Buscando comprovar tal análise, considerou-se necessário avaliar os relatos de mulheres que participaram e tiveram envolvimento direto com o colegiado. Ao trazer essas falas, conseguiram-se elementos de subjetividade da vivência nas situações que foram descritas nas atas.

Assim, as análises do discurso e do conteúdo dessas falas, possibilitaram entender como a articulação das mulheres em um comitê informal e sua representação formal na câmara temática permitiram a alteração de determinados padrões de comportamentos, onde os homens falavam mais e, inclusive, por elas.

Além disso, foi de importância significativa no combate à redução das desigualdades de gênero, o papel de uma política de abordagem territorial que incorporasse a possibilidade de uma câmara temática específica para mulheres, o que resultou em um empoderamento coletivo das participantes, expresso na organização dos movimentos para o público feminino.

As protagonistas desse estudo foram denominadas “Margaridas” em homenagem e alusão à Marcha das Margaridas, evento organizado anualmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) na cidade de Brasília, realizada sempre no dia 12 de agosto. Data que faz alusão à morte da trabalhadora rural e líder sindicalista, Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, quando lutava por direitos trabalhistas das mulheres rurais. Evento este que marca a vida de muitas mulheres do Território da Cidadania do Mato Grande.

Abaixo, apresenta-se um quadro de caracterização das entrevistadas, na época do início do projeto de pesquisa “Do campo brotou margaridas”, em março de 2020. A pesquisa foi dispensada de apreciação pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) da UFRN,



por avaliação dos autores (Jean Claude de Souza Gomes e Winifred Knox), de que a pesquisa não produziria intervenções invasivas negativas em suas entrevistadas, além do que o Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais não exigia esse processo à época. Importante sinalizar, que em todas as entrevistas foram realizados os procedimentos éticos de pesquisa, a saber: solicitação livre e esclarecida sobre a pesquisa e sua autorização para participação, e demais protocolos evidenciados a seguir.

Todas as entrevistas foram feitas através da *internet* pela plataforma *google meet*, *WhatsApp*, e gravadas mediante autorização. Durante o processo, era esclarecido às participantes os objetivos da pesquisa e o roteiro da entrevista, e na sequência era solicitado a autorização para realização da entrevista e uso do conteúdo para fins científicos e não comerciais.

Solicitamos ainda, autorização para gravação, e quando autorizado, todos os esclarecimentos eram repetidos, onde a participante pronunciava seu nome completo e apresentava um documento de identificação. Só assim era dado início a entrevista. Os 10 Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, impressos e assinados digitalmente, foram solicitados posteriormente por exigência da FAPERN/EDUERN no processo de editoração e publicação do livro pela seleção no edital n.º 17/2021, conseguiu-se assinatura de apenas 07 participantes, pois, não foi possível contato com Larissa, Adriana e Gildete.

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas.

MARGARIDA	IDADE	CIDADE	PROFISSÃO	INGRESSO NO COLEGIADO	PLENÁRIAS QUE PARTICIPOU
Katiana	29	São Miguel do Gostoso	Assistente social	2005	1 reunião por mês
Ana Paula	31	Caiçara do norte	Diretora de escola/ historiadora	2013	20 reuniões*
Fernanda	44	Touros	Agricultora	2008	20 reuniões*
Alice	39	Pureza	Gestora de cooperativas pela UFRN e agricultora familiar	2009	1 reunião do mês
Adriele	32	Pureza	Professora de história/ agricultora familiar	2008	1 reunião por mês*
Angélica	28	Pureza	Professora	2009	1 reunião do mês*
Adriana	41	João Câmara	Professora	Não participou ativamente	-
Conceição	43	Pureza	Administradora	2009	1 reunião por mês*
Larissa	23	Pureza	Estudante	2014	1 reunião por mês*
Gildete	38	Touros	Agricultora/ autônoma	2012	1 reunião por mês*

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas entrevistas realizadas com participantes do comitê de mulheres dona Zizi (2021).

* Em média.



O Quadro 2 descreve o perfil das dez entrevistadas, sendo possível perceber que muitas delas, além de serem agricultoras e produtoras, possuem também formação acadêmica, sobretudo, na área das licenciaturas e pedagogia. Com relação ao município de residência, nosso foco não intencional concentrou-se na cidade de Pureza, estabelecendo-se uma rede de confidente mais forte. No quesito idade, existe uma variação entre 30 e 41 anos, e apenas uma das Margaridas tinha 23 anos.

A pandemia impôs ao pesquisador o desafio de criar e usar métodos que se enquadrem na situação atual do planeta. Dessa forma, para captação do público-alvo, utilizou-se o método denominado *snowball* também chamada *snowball sampling* (BIERNACKI; WALDORF, 1981), ou como conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, ou “Bola de Neve” e “cadeia de informantes” (PENROD et al. 2003; GOODMAN, 1961, apud ALBUQUERQUE, 2009).

Essa técnica permite realizar uma amostragem não probabilística, com interação entre os indivíduos envolvidos e que serão estudados na pesquisa. Estes vão indicar ou convidar amigos e conhecidos de sua rede, para integrarem o processo. Nesse método, existem as sementes, que são aqueles indivíduos que possibilitam o contato inicial com o(a) entrevistado (a).

Em seguida, tem-se o intermediário que repassa o contato de alguém que conheça e seja ligado à sua rede de confidentes. Por fim, o entrevistado (a), que está sujeito(a) a participar do roteiro de entrevista.

As indicações chegam a um “ponto de saturação” quando o objetivo é alcançado, acontecendo a repetição de conteúdos e informações já obtidos em relatos anteriores, sem o acréscimo de novos achados que sejam relevantes ao estudo.

Com relação ao processo de identificação das participantes, todas elas autorizaram durante o processo de gravação a utilização do nome pessoal e o armazenamento dos arquivos de entrevistas. Não houve assinaturas de documentos físicos, tendo sido dispensado a exigência por parte do programa de pós. Como não é possível anexar arquivo de gravação optou-se em manter o anonimato das participantes, sendo substituído por nome de flores.

Atualmente, com o desmonte das políticas territoriais e com a pandemia, essas instâncias estão paralisadas, atualmente as mulheres do comitê e a diretoria do FOMAG se reúnem através de um grupo do *WhatsApp*, porém, as atividades são muito limitadas, devido a questões como a falta de acesso a um provedor de *internet* com qualidade.

Durante a realização das entrevistas, foi aplicado um roteiro semiestruturado com 25 perguntas, cujo objetivo era compreender a trajetória e a participação dessas mulheres no comitê e principalmente nas plenárias do fórum. Isso permitiu a possibilidade de confrontar os resultados obtidos nas análises das atas, com as narrativas das 10 participantes.



2 PERSPECTIVA SOBRE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, apresentamos as definições do conceito de gênero, o processo de masculinização do campo, e a organização das políticas públicas de gênero no Brasil.

2.1 GÊNERO E SUAS DEFINIÇÕES

Quando estudamos temáticas relacionadas ao gênero, é preciso ter em mente o que seria o conceito para evitar quaisquer contradições relacionadas à compreensão do tema. Logo, do ponto de vista semântico, tem sua origem do latim *genus* que traduzida para a língua portuguesa pode ser classificada na esfera de “raça”, “tipo”, “variedade”, “família” e “nascimento”. Do ponto de vista tradicional, o termo é usado como classificação gramatical de palavras que se dividem entre feminino, masculino e neutro.

Apesar de sua origem grega (*genos* e *geneã*), e fizesse menção ao sexo, foi apenas no século XV que essa nomenclatura passou a ser usada para definir gênero como sinônimo do sexo biológico dos seres humanos. Como efeito, os termos feminino e masculino, passaram a configurar-se como especificações de gênero, o primeiro direcionado a fêmea e o segundo ao macho.

Até meados do século XVIII, permeava-se o pensamento do sexo a partir do termo unissex, isto é, existia a crença de que os corpos, tanto de homens como mulheres, possuíam os mesmos órgãos genitais, porém, o das mulheres estava localizado no interior do seu corpo.

Durante esse período, pensava-se o gênero como categoria de ordem cultural, em que o ser mulher ou homem estava baseado em uma condição social, enquanto o biológico não ditava absolutamente nada, sendo apenas uma espécie de acessório.

No final do século XVIII, surge o modelo dos dois sexos em oposição ao que perdura até os dias atuais. Nessa linha de pensamento, muitos estudiosos influenciados pelas descobertas do ramo da anatomia, que favoreceu o estudo e reconhecimento das diferenças biológicas, defendiam de maneira radical a distinção entre sexos, elucidando que ambos possuem tanto distinções físicas como morais.

Segundo a historiadora Schiebinger (1987) apud Stellmann (2007, p. 14), “estudos dos esqueletos salientavam diferenças entre sexos”. Era muito comum argumentar que, como a mulher tinha um crânio de menor espessura, teria menos “capacidade intelectual”, tendo assim poucas condições de fazer parte dos domínios de governo, ciência, comércio ou educação.

Paradoxalmente, os estudos de autores como Foucault (1977), levantam a tese de



que estas descobertas realizadas no ramo da anatomia, funcionavam perfeitamente para atender aos interesses dos burgueses democratas iluministas, que necessitavam ter uma justificativa para explicar a desigualdade entre homens e mulheres.

Desde então, foram muitos os estudos que buscaram entender ou classificar as diferenças entre homens e mulheres e, durante este processo, como bem destaca Costa (1995, p.06), “fortalecia-se o sistema binário de dois sexos por um lado, mas que, em contrapartida, favorecia as desigualdades de ordem moral e política entre mulheres e homens”.

Assim, em meados do final do século XIX e começo do século XX, o entendimento de sexo enquanto sistema binário opositor ao heterossexualismo já estava consolidado.

Os estudos sobre gênero não ficaram estagnados, pelo contrário, muitas teorias estão surgindo para explicar ou desconstruir o termo, deveras não existe uma fórmula mágica ou exclusiva para explicar o conceito, tendo em vista que são muitos os argumentos para classificar o gênero.

Seguindo esta linha de raciocínio, Bento (2006, apud RIBEIRO, 2016 p. 27) elucida que há três tendências de conceber o gênero: a universal (explica a subordinação da mulher), a relacional (busca desconstruir a ideia do homem universal) e a plural (que busca as diferenças). Entretanto, é apenas nos estudos *queer* de Judite Butler (2004; 2015), que o marco de referência para o estudo plural que explica o gênero foi se enraizando.

Para o entendimento da pluralidade das discussões sobre o tema, faz-se necessário elencar algumas conceituações, que serão relatadas ao longo da pesquisa, tais como: orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Vale relembrar que a definição de gênero não deve ser pensada apenas do ponto de vista biológico, onde se determinam características de homens e mulheres a partir do sexo de nascimento. A construção do termo deve ser consolidada a partir de uma série fatores nos quais destacamos os de ordem social, histórico, político e cultural. Como bem define Staduto e Kreter (2017, p. 6):

a construção do gênero nesses contextos socioculturais estabelece padrões do que se espera, bem como, do que é permitido e valorizado em uma mulher e em um homem. Por isso, pode-se dizer que os papéis de gênero são aprendidos através de processos de socialização e institucionalizados por sistemas educacionais, políticos e econômicos, legislação, cultura e tradições. Ao utilizar uma abordagem de gênero, o foco não está em homens e mulheres, mas na relação entre eles, e no sistema que determina papéis e responsabilidades, acesso e controle sobre os recursos e potencialidades de tomada de decisão.

Fica evidente, que ao se falar em gênero, não se pode apenas utilizar uma definição simplória para o que seria masculino ou feminino, mas sim focalizar as relações e sistemas que vão corroborar nas responsabilidades e papéis sociais de homens e mulheres. A primeira concepção que precisamos compreender seria sobre o termo Expressão de



Gênero, que se refere a:

forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive. Aqui, os indivíduos se definem com expressões de gênero masculina, feminina ou andrógina que seria uma classificação transversal para uma mesclagem entre o masculino e feminino. (CARTILHA DA DIVERSIDADE, 2017, p. 10).

Nesse sentido, podemos dizer que se refere às maneiras que as pessoas usam para expressar seu gênero em sociedade. Podendo variar desde o uso de roupas e acessórios até detalhes físicos, como os gestos, as atitudes e o timbre da voz.

O segundo termo que precisamos entender é a respeito da orientação sexual, pois as nomenclaturas heterossexual, homossexual e o bissexual seriam às três categorias que definem o termo. Ambas as categorias estão ligadas diretamente com o comportamento sexual, ou seja, como o sexo é praticado, pois “um indivíduo pode ser bissexual ou monossexual. No caso monossexual, o sentido do erótico pode ser homossexual ou heterossexual, ao passo que bissexual se dimensiona para ambos” (CARDOSO, 2008, p. 70).

É importante que não se reflita a orientação sexual como escolhas racionais dos sujeitos, pela condição do caráter do desejo, e sim que nossa experiência social é envolta de uma grande complexidade. Dessa forma, não devemos falar de opção sexual, já que a dimensão do desejo não cabe numa escolha racional.

O terceiro ponto trata sobre a Identidade de Gênero como o indivíduo se identifica com o seu gênero, ou como ele se reconhece. Money (1998) apud Cardoso (2008) admite a gênese da identidade de gênero como algo relacionado ao *anthrôpos* humano e evidência da importância do meio ambiente na estruturação dela. É a combinação destes dois elementos que estrutura a identidade de gênero dos indivíduos.

A Identidade de Gênero pode ser medida em diversos graus de feminilidade e masculinidade nos indivíduos, além disso, essa identidade pode sofrer mudanças ao decorrer do tempo. “A identidade de gênero passa a dar conta da organização pessoal e intrínseca de cada indivíduo nas relações sociais” (CARDOSO, 2008, p. 71).

Seguindo com a nossa discussão, outro fator muito importante a ser destacado e a questão da igualdade de gênero, de onde partimos do postulado de que homens e mulheres tem a liberdade para fazer escolhas e desenvolver suas habilidades sem estar limitado por preconceitos, normas ou estereótipos.

Segundo Staduto e Kreter (2017, p. 6),

a igualdade de gênero implica que se deve considerar os comportamentos, aspirações e necessidades específicas entre mulheres e homens, e devem ser valoradas e favorecidas da mesma maneira. Significa ainda que seus desejos, responsabilidades e oportunidades não serão determinados pelo seu sexo na



hora do nascimento.

Atualmente, o conceito de igualdade de gênero tem sido debatido com frequência no meio acadêmico e político, isto porque, uma parcela conservadora da população e do poder político procura resgatar tradições e valores baseados nos discursos patriarcais, que põe a mulher como coadjuvante nas relações de poder, favorecendo uma ascensão de dominação masculina.

Nesse contexto, é importante destacar o papel do empoderamento feminino na busca de uma sociedade igualitária para mulheres e homens. O empoderamento da mulher ocorre quando ela resolve ter controle e poder sobre as decisões que regem sua vida. Os estudos de Moreira, Lima e Lopes (2011) demonstram que empoderamento feminino se estrutura a partir de cinco dimensões:

a) Econômica – a mulher controla o rendimento e os recursos da família e o acesso da mulher ao emprego e ao crédito; b) Sociocultural – liberdade de movimento, visibilidade e acesso aos espaços sociais, participação em grupos extrafamiliares e redes sociais, mudança nas normas patriarcais; c) Familiar / Interpessoal – tomadas de decisões domésticas, decisões sobre gravidez, uso de métodos contraceptivos, controle sobre a seleção do parceiro; d) Legal / Política – conhecimento dos direitos, exercício do direito de votar e a e) Psicológica – autoestima, auto eficiência, bem-estar psicológico, denúncia de injustiças, potencial de mobilização.

Contudo, é necessário destacar que este empoderamento não se trata de um processo que envolve apenas as mulheres, devem os homens estarem aptos a se adequarem e participarem ativamente das mudanças. Da mesma forma que o empoderamento também “não deve ser visto como um jogo de soma zero, em que os ganhos para as mulheres implicam automaticamente em perdas para os homens” (STADUTO; KRETER, 2017, p. 7).

É preciso evidenciar que até hoje convivemos com **marcas** de um sistema patriarcal, sendo uma barreira constante na luta pela igualdade de gênero. Segundo Engels (1975) o patriarcado seria um regime de cunho social construído historicamente:

a evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante do círculo conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por alianças, torna impossível, na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio, em geral. Isso prova a quão pouco tem a ver a origem da monogamia com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra. (ENGELS, 1975, p. 49).

Esse sistema seria caracterizado como uma construção social, que se estabelece a partir dos interesses do homem em garantir seu patrimônio, exercendo o papel de reprodutor, tendo controle sobre o corpo e sexualidade das mulheres que se submetem ao cercamento privado do lar, sendo apenas uma coadjuvante e “escrava dos afazeres



domésticos” enquanto a figura masculina, o protagonista, tem maior valor para suas atividades e prestígio social.

Ainda sobre o assunto Scott (1995, p.105) destaca que o “controle do pai com os filhos e mulheres não se restringe apenas a figura paterna, mas ao poder masculino enquanto categorial”. Dessa maneira, o sistema patriarcal não está associado apenas a uma dominação sobre as mulheres, mas é algo que se tem postulado culturalmente e perpetuado no âmbito das relações sociais do cotidiano sem considerar o gênero, classe ou etnia. Bourdieu (2003, p. 7) destaca que:

sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Assim, a dominação da figura masculina não está explícita apenas por meio da força, mas através de um mecanismo simbólico conhecido e admitido tanto por dominadores quanto por dominados; este mecanismo é a própria língua repleta de signos que dão força à dominação.

Baseadas nessas questões, durante muito tempo as relações de gênero foram marcadas por reflexos desse sistema em que **ELE**, sempre era visto como o forte e dominante, e **ELA**, como inferior, convivendo com o aprisionamento do lar e as funções estritamente reprodutivas e domésticas.

Entretanto, com o avanço das lutas dos movimentos sociais, as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, os estudos sobre gênero começam a ganhar destaque, em especial nos anos 1960, por meio da obra de Simone de Beauvoir, que defendeu a tese de que a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher. Em sua obra, pode-se refletir o gênero como integração de toda uma carga cultural e ideológica, na qual se pensa homem e mulher como construções de gênero do humano.

Scott (1995, p. 72) amplia essa análise lecionando que o “gênero parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”.

Ressaltasse que no Brasil, o campo de estudo sobre gênero se consolida na década de 1970, em que Silva (2000, p. 2) elenca que, nesta década:

os estudos que abordam as relações de gênero acompanharam os diferentes momentos dos movimentos sociais feministas” onde até o fim dos anos 70 “as pesquisas voltam-se para as relações de produção. Mulher e trabalho, no espaço urbano ou rural, marcam o início da pesquisa acadêmica, com destaque para os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/ 1979/ 1981) e Eva Altermann Blay (1978).



Esses discursos são enraizados com mais intensidade nas discussões acadêmicas, na década de 1990, permeadas em concepções teórico-metodológicas diversificadas.

Sendo assim, é de grande importância destacar o papel dos estudos feministas que, na década de 1980, contribuíram fortemente no debate das questões de gênero, definindo o conceito na perspectiva de compreender a organização social da relação entre os sexos. O movimento feminista buscava fazer uma releitura da situação social das mulheres, rejeitando o determinismo biológico ancorado no termo sexo.

Nessa perspectiva, Joan Scott (1990, p.) enfatiza que a história do pensamento feminista é uma “história da recusa da construção hierárquica da relação entre homem e mulher nos seus contextos específicos e uma tentativa de reverter e deslocar seus funcionamentos”.

Por meio das teorias feministas “busca-se descrever e teorizar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres e, principalmente, desnaturalizar as diferenças entre os sexos” (BUSIN, 2008, p. 34).

Os estudos feministas foram determinantes no rompimento dos paradigmas que determinavam o gênero, sob o olhar biológico e religioso, elas criam espaço objetivando questionar os mecanismos de dominação patriarcal, atuando de forma interdisciplinar, pois a dominação masculina está presente em todos os âmbitos da sociedade. O movimento defende até hoje a igualdade entre mulheres e homens, desde fatores econômicos aos sociais, incluindo os deveres domésticos.

Destacado o papel feminista na construção do conceito, é importante refletir que gênero, “adquire força e importância quando usado como conceito de cunho fortemente político, para produzir contradiscursos que se contraponham às redes de poderes que permeiam todas as relações sociais” (BUSIN, 2008, p. 35).

Assim, essas redes exercem papel repressor, desigual e excludente, criando teorias que procuram disseminar na sociedade contextos equivocados acerca dos estudos sobre o tema um deles seria a chamada “ideologia de gênero”. Com relação à perspectiva e abordagem histórica sobre a temática Busin (2008 apud SCOTT, 1990, p.40) em sua pesquisa vai dividi-la em duas categorias:

uma, de caráter mais descritivo, que mostra a existência dos fenômenos sem interpretá-los ou procurar suas causas, e outra mais causal, que constrói teorias para explicar como e, porque a realidade social assume essas características (de desigualdade e de dominação masculina) em detrimento de outra.

Sendo assim, o gênero não possui um significado único e nem é usado de maneira consensual, onde alguns utilizaram o termo na sua forma simples e descritiva, como substituto de “mulheres”, em uma tentativa de dar um sentido mais objetivo e neutro ao estudo. Todavia, “usado nesse sentido não há tomada de posição sobre desigualdade ou sobre as relações de poder, e dessa forma, dissocia-se do significado político dado



pelas teorias feministas, e não tem força para interrogar e quebrar paradigmas existentes” (BUSIN, 2008, p.37).

É necessário, então, refletir o conceito como elemento constitutivo das relações sociais (e históricas), baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e não deve se restringir a papéis sociais de homens e mulheres, mas atravessa e organiza o próprio social. Ainda em seus estudos, Scott (1995, p. 74) chama atenção acerca das pesquisas que envolvem o conceito, que durante muito tempo:

as tentativas dos (as) historiadores (as) para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples. Que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa.

Sendo assim, era/é extremamente necessário que as pesquisas sobre o assunto não se limitem apenas em teorias genéricas, que não procuram buscar a causa e natureza para existência dos fenômenos e realidades. Isso significa que o estudo do tema muitas vezes é carregado de pré-conceitos estabelecidos no passado, e que não exploram em sua totalidade as questões que o norteiam.

Após concluída esta reflexão, é válido trazer para esta análise os estudos de Butler (2015), que são ancorados na teoria da performatividade sendo relevante para as feministas e pilar nos estudos *queer*. Para a autora, o conceito tem sua construção a partir da cultura, seria algo que não está acabado, porém, em constante construção através do tempo, funcionando como um fenômeno contextual e inconstante.

Dessa maneira, o gênero não seria apenas um fator indenitário, mas sim um ato performativo, dando ao indivíduo a capacidade de performar gêneros diferentes em situações distintas, como o objetivo de se enquadrar em ambientes sociais diversificados.

Assim, é importante destacar que, para a autora, a própria construção do termo é um problema a ser refletido, como bem coloca em sua fala enfatizando que: “a distinção entre sexo como natural e gênero como construção cultural não engloba todas as possibilidades do gênero, pois para a construção da categoria gênero o sexo seria fator primordial” (BUTLER, 2008, apud COLEHO, 2018, p. 11). Desse modo, o gênero exerce papel fundamental na construção do “ser” como sujeitos, e de como nos inserimos no campo da política.

Quando refletimos os estudos de Butler (2003; 2015), percebemos que, ser de um gênero não vai implicar em sua totalidade e profundidade do sujeito, ou seja, se alguém é homem, isto não implica e nem quer dizer que seja tudo que este alguém é. Fato que se



consolida devido à forma que o gênero é constituído, bem como reforça Butler (2015, p. 20):

o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resultado que impossibilitou separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Dessa maneira, por sua constituição estar também incluída em mecanismos culturais, seria impossível dissociar o conceito “gênero” das suas bases relacionais. Para fechar essa reflexão sobre o conceito na vertente de Butler (2004), é importante destacar a temática a partir da regulação do gênero, em que ela leciona que:

o aparelho regulador que governa o gênero é aquele que é específico para os gêneros. A construção de gênero é um processo complexo que demanda diversas esferas da vida social. O gênero requer e institui seu próprio regime regulatório e disciplinar distintivo é, portanto, uma norma regulatória, mas também é produzido ao serviço de outros tipos de regulamentos. (BUTLER, 2004, p. 41).

Por essa razão, é importante refletir a ideia de que o conceito aqui estudado seja uma norma, requer uma elaboração mais profunda, a autora parte então do pressuposto que uma norma não é o mesmo que uma regra, e que esta não é o mesmo que uma lei: “Uma norma opera dentro das práticas sociais como o padrão implícito de normalização” (BUTLER, 2004, p. 41).

Contudo, dizer que o termo é uma norma, não é o mesmo que dizer que gênero deriva diretamente de uma normatização binária: “o gênero é o aparelho pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem com as formas hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2004, p. 42).

Nesse viés, não se pode pensar o conceito a partir de normas estabelecidas. Butler (2004) nos alerta, que essas normativas são aquelas que nos governa do ponto de vista social e político, regulando, gerando e mantendo as normas que dizem o que um homem ou uma mulher devem ser, o que o discurso deve ser e os limites do que a sexualidade deve ou não ser.

Em suma, esta seção se propôs a apresentar o termo gênero sobre três óticas diferentes, do ponto de vista biológico, histórico e sociocultural. Nessas três esferas, defendemos que o gênero não se trata apenas do sexo de nascimento, mas sim de toda uma construção histórica, social e cultural do indivíduo na qual este é livre para performar gênero como melhor lhe convém.

Além disso, vimos também a importância da igualdade de gênero para sociedade, assim como também a relevância do empoderamento feminino e dos estudos feministas na luta pela igualdade e desconstrução das visões conservadoras sobre a terminologia de gênero.



Enfim, com toda essa base seguiremos para as próximas subseções onde será abordado a questão do processo de masculinização do território rural, fechando com a questão das políticas públicas de gênero do Brasil, do urbano ao rural, e como estas foram e estão sendo estruturadas.

2.2 A MASCULINIZAÇÃO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO TERRITÓRIO RURAL BRASILEIRO

O processo histórico social brasileiro é marcado fortemente por uma estrutura de dominação masculina patriarcal, em que o homem sempre tivera em suas mãos poderes sobre sua família, traçando muitas vezes o destino que cada membro do corpo familiar deveria seguir, endossando a ideia de que a mulher serviria apenas aos deveres domésticos e ao cuidado do lar. Assim, Pateman (1989 apud BIROLI, 2010, p. 659) em seus estudos sobre relações de gênero e poder, leciona que o patriarcalismo estaria ancorado sobre duas dimensões: primeiramente “a dimensão paternal (pai/filho), que fundamenta a autoridade política na autoridade paterna, e depois a dimensão masculina (marido/mulher), que fundamenta a subordinação das mulheres aos homens”.

Desse modo, percebemos que nessa estrutura ocorre um processo latente de dominação masculina enraizado na sociedade brasileira, e que atualmente é travestido de discursos cristãos conservadores, e tem se maculado na política e no seio social.

Nessa linha de pensamento, os estudos de Bourdieu (2011), sobre as relações de gênero, em especial, acerca dessa dominação do ser masculino, deixa claro que esse sistema não é exclusivo ou isolado, mas que estaria enraizado em todas as sociedades, por se constituírem sob uma perspectiva androcêntrica, que supôs o sistema dominador do princípio masculino (ser ativo) sobreposto ao feminino (ser passivo).

O autor caracteriza essa dominação como simbólica, que vai exercendo sobre os corpos, uma capacidade de poder sem a ação da força física, que é imposta e na maioria das vezes invisível.

Faz-se necessário construir uma compreensão em torno da ideia de que as masculinidades seguem em conformidade aos símbolos e marcas que foram construídos socialmente, onde o processo hegemônico dessas masculinidades tradicionalistas fora materializado na e pela estruturação do regime patriarcal, sendo este baseado na hierarquização do gênero. Os escritos de Bourdieu (2003) testificam que esse regime constituiu uma aversão social a tudo aquilo que é característico do feminino, gerando um auto ego a tudo que representa o masculino.

Esse sistema é algo inerente a sociedade e que permeia as relações sociais e de gênero durante longos anos, com influência nas questões econômicas e políticas da



humanidade, fazendo com que se estabeleça uma série de oposição entre sexos, focada em estabelecer uma divisão do mundo baseada entre o feminino e o masculino, e é nessa divisão que residem as desigualdades de gênero, onde a mulher estaria sempre abaixo da linha da igualdade.

É inerente destacar que o sistema dominante patriarcal masculino, não é exclusivo da cidade ou do campo, como já citado, é algo que está situado em diversas sociedades, mas que no Rural, diferente da cidade, ainda está em um grau maior de evidência.

Sobre essa questão, parafraseando Parker (2002), existem influências de ordem cultural do território rural brasileiro, que incidem na sociedade, apesar de a população ser predominantemente urbana. Desta maneira, o rural é tido como uma peça e motivador da herança cultural tradicional do Brasil.

Desse modo, estaria então o território brasileiro mergulhado em um sistema cultural regido por normas tradicionalmente hegemônicas, que são muito evidentes nas leis e políticas do Estado, como também nos discursos que regem a cultura popular (PARKER, 2002), e estes acabam fortificando os discursos conservadores de estrutura patriarcal.

Atualmente, uma das lutas de movimentos ligados ao rural, como o Movimento dos Sem-terra (MST), é construir um projeto de reforma agrária que inclua, em um dos seus pontos, o combate ao patriarcado, considerado como um produto que é fruto do capitalismo. Por essa razão, seria então o ser masculino tido como o “provedor”, dando a noção de proprietário da mulher, detentor do espaço, colocando a mulher como peça de mercadoria.

Soma-se a isso, a presença de uma divisão sexual do trabalho, latente ao rural brasileiro, onde a divisão das tarefas segue um padrão de discriminação baseada na idade e no gênero dos membros que compõe o corpo familiar, que se expressa na organização interna da unidade, da produção familiar, no surgimento de diferenças dos espaços existentes no lar e nos bens da família, gerando uma hierarquia entre os componentes da casa.

Aliando-se a isso fatores como a falta de titularidade conjunta dos lotes e a exclusão de filhas das mulheres no processo de herança e sucessão de terras da família, o que faz do rural um território de expressa dominação masculina.

Dessa forma essa situação, acaba por criar na mulher trabalhadora rural o desejo pela busca de autonomia, principalmente as mais jovens, que migram para cidade em procura do estudo e capacitação profissional, buscando superar as desigualdades.

Contudo, as mulheres adultas que não conseguem, ou perderam a esperança nos estudos, vão aos centros urbanos em busca de trabalho doméstico para ter uma renda extra e não depender exclusivamente do seu esposo. Retornando para seu lar apenas para repouso e cumprimento das atividades do lar, sem uma divisão justa de tarefas.

Sendo assim, as filhas das mulheres rurais, como geralmente não tem direito a herdar a terra, são mais estimuladas a continuarem os estudos, do que os filhos homens



(CARNEIRO, 1998). O que intensifica a migração feminina, sendo este um dos fatores que contribuem para Masculinização dos territórios rurais (CARNEIRO, 2007).

Com o crescimento das mudanças agrícolas, o assalariamento dos trabalhadores, a mecanização e a redução das demandas de trabalho físico, bem como o uso intenso das tecnologias tem-se privilegiado a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, o que causa o aumento da segregação de gênero (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Dessa maneira, vai-se masculinizando o rural na medida em que são introduzidos insumos modernos do setor agropecuário nacional ocasionado uma “expulsão” feminina dessa esfera agrária, autoafirmando o patriarcado (ANJOS; CALDAS, 2005).

Seria então a Masculinização rural um processo que consiste em gerar desequilíbrios na organização populacional do campo, considerando aspectos como gênero e idade, sendo uma problemática que foi afetando não apenas o Brasil, mas vários países da Europa. Em linhas gerais, seria uma espécie de migração seletiva, que afeta principalmente: mulheres e jovens (COSTA 2010; FROELICH, 2004).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL EXPECTATIVAS E REALIDADES: ENTRE O CAMPO E A CIDADE

É por meio de programas sociais elaborados via políticas públicas que os bens e serviços são direcionados a atender as demandas da comunidade. Esses programas são gerenciados e regulados pelo Estado por intermédio do controle e participação da sociedade civil. Para Saraiva; Ferrarezi (2007, p. 28), o conceito de política pública:

trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

Dessa forma, as políticas públicas exercem um papel importante no atendimento as demandas do tecido social da população, logo quando falamos em Políticas Públicas de Gênero nos referimos aquelas que reconhecem as diferenças de gêneros e, portanto, são direcionadas a favorecer a igualdade entre homens e mulheres. Parafraseando Farah (2011), essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 1980 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente.

É importante salientar que essas políticas foram estruturadas no Brasil muito antes dos anos 2000, quando as primeiras foram implementadas na década de 1980, e para conhecimento serão destacadas a seguir. O ponto inicial surgiu com o advento do primeiro



Conselho Estadual da Condição Feminina, sendo ponte para instituição do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) no ano de 1983.

Dois anos depois, mais especificamente em 1985, surge a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e o primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, “criado após mais de uma década de mobilizações do movimento feminista brasileiro e latino-americano”, conforme Montaña (2003, p. 9). O autor destaca ainda que:

este processo de luta pelos direitos das mulheres se alimentou do espírito antiditatorial da época. É, pois, necessário levar em conta o cenário político no qual as mulheres levantaram suas aspirações libertárias. O CNDM surge sob o influxo das aspirações por obter a representação das mulheres na democracia no âmbito de processos de transição da ditadura, ao contrário de outros organismos que mais adiante surgiriam ao influxo da reforma do Estado e a busca de governabilidade. Isso explicaria a ênfase democrática e de representação que teve a ação do CNDM, frente à ênfase na gestão e a governabilidade que parece caracterizar a construção institucional em outros países. (MONTAÑO, 2003, p. 9).

É notório frisar que as conquistas alcançadas nesse período foram fruto de muitas lutas, em que o feminismo brasileiro se converteu em um referencial importante de luta pelo direito das mulheres. Sobre esta questão Montaña (2003, p. 09) destaca que:

a importância do capital de processos políticos brasileiros sobre a América Latina aumentou sua influência e, ainda que o movimento feminista da América Latina tenha mostrado uma grande vocação política, era a primeira vez que, na região, feministas autônomas - no sentido de atuar a partir de uma identidade coletiva sem subordinar-se aos partidos políticos - ocupavam os espaços público-estatais para propor, formular e executar políticas inspiradas na visão feminista e desenvolveram estratégias de ação positiva em benefício da igualdade entre homens e mulheres.

Porém foram muitas as negociações políticas e partidárias para que as reivindicações do movimento fossem então incluídas na constituinte de 88, “a inclusão de quase todas as reivindicações feministas contidas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes na reforma constitucional de 1988 ficou como testemunho da versão feminista da “imaginação ao poder” (MONTAÑO, 2003, p.09). O conselho foi bastante importante para o fortalecimento desse diálogo, possuindo um caráter inovador não apenas para as políticas de gênero, mas para todas as outras políticas públicas e sua missão era de “promover no âmbito nacional, políticas para assegurar às mulheres condições de liberdade, igualdade de direitos e a plena participação” (MONTAÑO, 2003, p.10).

As políticas públicas e o debate em torno da igualdade de gênero foram avançando no país e, em 1995, no primeiro ano do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi instituído o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), uma política



governamental que funcionou como um forte aliado nas discussões acerca da igualdade de gênero e das lutas dos movimentos LGBTQI+ e feminista. Um dos pontos do programa era focado no combate a atos e condutas violentas, de discriminação e intolerância, procurando diminuir as desigualdades sociais, respeitando os deveres e direitos individuais e coletivos. Para Machado (2018, p. 6):

a adoção desta política governamental, que seria ampliada posteriormente, com a elaboração do PNDH-II (2002), permitiria que feministas brasileiras e ativistas dos movimentos sociais compostos pelos coletivos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTT) levassem os debates sobre a iniquidade de gênero e a discriminação com base na orientação sexual para dentro das agências governamentais. Entre as centenas de propostas do PNDH II, encontram-se, por exemplo, ações específicas dirigidas às mulheres e às pessoas de diferentes orientações sexuais (gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais), pessoas que vivem com HIV e AIDS, dentre outras.

Percebe-se então que as questões de gênero deixaram apenas de ser exclusivamente ao movimento feminista, ou seja, o programa buscou de forma inovadora propostas que buscavam promover a igualdade, estratégias para eliminar a violência, incluindo a sexual contra os grupos de orientações sexuais diversa.

Os projetos continuaram avançando no governo Lula e os diálogos com os movimentos LGBTQI+ e feminista foram fortificados criando espaços e iniciativas governamentais na defesa das minorias sexuais. Sobre este cenário Machado (2018, p. 6) destaca que:

entre as iniciativas governamentais deste período voltadas para estes segmentos sociais, destacar-se-iam a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o lançamento do “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, em 2004; a instalação de uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto, no ano de 2005; a realização de uma Audiência Pública sobre o Aborto, durante 2007; a realização da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, em 2008;9 o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III), em dezembro de 2009¹⁰ e o Plano Nacional de Educação (PNE), enviado para o Congresso brasileiro em 2010.

Percebemos que desde os governos de FHC, existia uma proximidade de lideranças dos movimentos feminista com o poder executivo na busca por políticas públicas para o segmento feminino e com o governo Lula as ações continuaram e foram estendidas ao movimento LGBTQI+, buscando a diminuição das desigualdades de gênero e o combate à violência sexual e discriminatória.

Com relação ao rural foram implementadas muitas políticas públicas de gênero nestes últimos anos, onde segundo Carvelli e Oliveira (2018, p. 3):

as políticas públicas recentemente praticadas pelo governo federal por meio do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e pela Diretoria de Políticas para Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário, buscam incidir sobre as dificuldades vividas pelas mulheres no campo, como



por exemplo, o acesso aos direitos de cidadania, à renda e emancipação no trabalho.

Nesse contexto, é preciso destacar que uma das principais lutas do movimento de mulheres rurais trabalhadoras e o reconhecimento da profissão de agricultora, o que apagaria a imagem da mulher rural somente como doméstica, rompendo com o estigma da invisibilidade de produção feminina na agricultura.

Outra questão inerente ao movimento seria direcionada ao acesso à terra, onde um dos casos relacionados a essa questão seria a titulação da terra em nome do casal, de maneira conjunta com o marido/companheiro ou até mesmo em nome da mulher chefe de família, ou até mesmo como direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 7). Os autores supracitados destacam ainda que:

uma outra iniciativa importante, e que responde mais diretamente às pautas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, foi a criação em 2001 do “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, vinculado ao MDA– Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2003 seu nome foi mudado para “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia”. O Programa tem o objetivo de promover e articular ações que fortaleçam a cidadania e a justiça social no meio rural brasileiro. Sua atuação envolve o diagnóstico, a viabilização e o aperfeiçoamento de políticas públicas capazes de corrigir processos seculares de exclusão, subsidiando o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na elaboração de políticas. Entre os principais pontos abordados estão o acesso à terra, políticas de crédito, a titulação conjunta, e os programas de capacitação voltados para o público rural feminino. [...] Além deste Programa, é possível verificar a preocupação com a incorporação da perspectiva de gênero em várias das Secretarias e Órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No entanto, a efetivação das ações é um processo lento. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.18)

Nota-se, que existia um esforço mútuo para o desenvolvimento de ações direcionadas a perspectiva de gênero, porém o processo ocorre de forma lenta e muitas vezes tende a retroceder.

Continuamos nosso texto destacando a criação de uma nova linha de PRONAF, em 2003, que era destinada exclusivamente à mulher (PRONAF Mulher), pois até esse período, segundo dados do MDA (2002), apenas 12% dos créditos do programa atenderiam a categoria feminina, e outro fator era que a faixa de crédito era destinada a apenas um membro da família, sendo muitas vezes direcionado à figura masculina. Sobre o referido programa, Heredia e Cintrão (2006, p. 19) demonstram em seus estudos que:

[...] as mulheres potencialmente podem ter acesso a essa nova linha de crédito, dedicado a atividades agrícolas e não agrícolas, podendo envolver tantos financiamentos para hortas, roçados e criação de animais quanto a produção de alimentos processados como queijos, biscoitos, geleias etc., e permitindo também a geração de renda para as mulheres rurais. O acesso da mulher ao crédito, e a própria incorporação do sexo no formulário de declaração junto ao banco para obtenção do crédito (outra reivindicação dos movimentos de



mulheres, visando facilitar a quantificação da porcentagem de mulheres que tem acesso ao crédito) são vistos como tendo um valor para além do econômico, significando também o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas. Além disso, o acesso ao crédito é visto pelo MDA como importante para que as trabalhadoras rurais garantam a segurança alimentar da família. Por ser muito recente, o impacto efetivo desta política ainda não pode ser avaliado.

A criação do PRONAF Mulher funcionou como um mecanismo de emancipação para mulher rural, isto porque o crédito não seria destinado especificamente ao marido/companheiro, mas sim diretamente para ela dando-lhe a liberdade para exercer de forma digna suas atividades produtivas. Outra iniciativa que precisamos destacar é a publicação da Portaria nº 981/2003, direcionada a questão do acesso à terra, que tinha como objetivo superar as desigualdades e a pobreza, onde foi estabelecido a obrigatoriedade de título conjunto para posse da terra do assentamento nas áreas exploradas pelo casal, favorecendo a mulher no acesso a renda aos benefícios sociais e econômicos.

Art. 1º O art. 3º da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002, passa a vigorar da seguinte forma: “Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á: I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira; II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro; III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de: a) casamento; e b) união estável (BRASIL, 2003).

Foi incorporado ainda que, caso ocorra separação do casal, e caso a terra esteja no processo de titulação, a mulher pode adquirir a posse da terra desde que detenha a guarda de filhos. Determinou-se ainda, que as terras já tituladas neste período devem conter o nome da mulher no processo.

Seguindo esse contexto, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que era voltado às mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas na retirada de documentos civil básicos. Essa falta de documentação muitas vezes prejudicava o acesso das mulheres a uma série de políticas públicas, dentre elas o próprio Pronaf Mulher, em que a ausência de CPF e RG seria uma das causas de “60% das restrições da linha de crédito do Pronaf” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.18).

Verificamos, ao longo desta análise, o quanto avançamos na produção de políticas públicas direcionadas a minimizar as desigualdades entre homens e mulheres, geradas por um passado patriarcal e com inúmeras injustiças sociais, sendo assim e compactuando com o pensamento de Farah (2004, p.48), ainda existem “alguns desafios ainda presentes para os envolvidos na incorporação nas políticas públicas de gênero, quais sejam: a incorporação do olhar de gênero, o desafio da integração e a relação com a sociedade civil”.

Um dos fatores preocupantes no cenário atual é o retrocesso político vivenciado



em nosso país, onde muitos usufruindo-se da chama ideologia de gênero lutam pelo fim de políticas direcionadas ao gênero, e que segundo Berenice D’Arc Jacinto (2019), Secretária de Relações de Gênero da CNTE, em entrevista dada ao portal Mundo Sindical declara que :

a política da diversidade e de gênero é muito antagônica ao governo atual. O governo entende gênero meramente como uma questão sexual. Então, para o Presidente e para a Damares, o entendimento de gênero é de algo que é pecado e proibido e o que importa é uma família nos moldes tradicionais, que não temos no Brasil há muito tempo.

Sabe-se que que muitas foram as lutas dos movimentos feministas e LGBTQI+ no diálogo referente a produção de políticas públicas direcionadas a perspectiva de gênero, porém é notório chamar atenção de que essas conquistas estão ameaçadas por uma parcela política conservadora que, ancorados em um discurso religioso e de ódio, buscam extinguir os programas sociais, os conselhos, as ações e iniciativas públicas voltadas a atender as demandas de gênero no país.

3 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

Para construção deste terceiro capítulo, partimos do desenvolvimento territorial na tentativa de construir as bases teóricas da abordagem centrada no território, com uma revisão bibliográfica de textos direcionados à questão de políticas territoriais para o espaço rural, implementadas a partir das duas primeiras décadas do século XXI. A questão de gênero frente à abordagem territorial surge na compreensão da importância da igualdade e equidade de gênero para desenvolvimento territorial.

3.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A visão territorial na esfera do desenvolvimento nos últimos anos “aparentemente, consolida-se como ‘um instrumento teórico-metodológico’ de referência. Ela tem subsidiado estratégias e políticas de desenvolvimento” (MOURA; MOREIRA, 2014, p. 61).

Sendo um instrumento que abarca, conforme Moura e Moreira (2014, p. 61), “novas reformulações no que se refere ao campo das políticas econômicas, sociais, ambientais e territoriais, provocando mudanças importantes e significativas no contexto das intervenções em matéria de desenvolvimento”, tendo seus princípios e dispositivos metodológicos orientados para apoiar práticas inerentes a “gestão participativa do território”.

Historicamente falando, o debate inicial acerca do desenvolvimento territorial



começou a ser desenhado em países Europeus, mais especificamente Itália e França, que segundo Billaud (2014, p. 40), teve sua origem a partir dos anos 60, “com a premissa de território mais direcionada ao planejamento do que ao desenvolvimento”. O autor destaca que, neste mesmo período, o Estado estabelece políticas de desenvolvimento sob o aspecto do “reordenamento do território” (BILLAUD, 2014, p. 45), partindo do ponto de vista extremamente centralizador.

Em sentido oposto a este pensamento, em meados dos anos 1970, movimentos sociais juntamente com a comunidade científica se referiram ao desenvolvimento a partir do aspecto “local”, contrariando as práticas de reordenamento territorial centralizador defendidas pelo Estado, que mesmo com a referência territorial, carregava consigo uma visão de cunho econômico por dar mais ênfase aos aspectos relacionados à produção agrícola e industrial. Sendo assim, para Billaud (2014, p. 45), “a sociedade agrária que englobava pequenos (as) produtores tornava-se marginalizada, tendo que se adequar a vida urbana devido à falta de condições de resistir no campo, nessa esfera de modelo defendido pelo Estado”.

O autor supracitado destaca ainda, que o surgimento da ideia de desenvolvimento local se baseia em um produto de duplo movimento: o primeiro armazena-se no Estado, que estabelece sua própria desconcentração, desobrigando-se financeiramente de antigas instâncias governamentais; o segundo focado no seio da própria sociedade civil organizada, por intermédio dos movimentos sociais e suas aspirações auto gestionárias (BILLAUD, 2014).

Já o pensamento de desenvolvimento rural do ponto de vista histórico, tem sido utilizado como instrumento de governos para salvaguardar populações do rural brasileiro de maneira intencional, racional e organizada, objetivando alcançar as relações sociais por intermédio da produção rural, e conseqüentemente estipular caminhos socioeconômicos, garantindo a convivência passional na sociedade.

Com o intuito de compreendermos melhor essa questão do desenvolvimento rural, faz-se necessário realizar uma breve abordagem teórica acerca do que seria o desenvolvimento na ótica de alguns autores brasileiros. Basicamente, o tema do desenvolvimento passou a integrar as relações políticas e, “passou a permear e a determinar as expectativas e o jogo das disputas sociais” (NAVARRO, 2001, p. 83).

Porém são inúmeras as reflexões teóricas sobre o conceito uma delas pauta-se nos estudos de Veiga (2001), onde o autor defende a tese de que o desenvolvimento estaria concentrado em fortalecer a liberdade e os direitos básicos individuais. Segundo suas palavras:

essa ênfase nas liberdades e direitos básicos apoia-se em três pilares: sua importância intrínseca; seu papel consequencial de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica; e seu papel construtivo na gênese de valores e prioridades. Segundo o autor as liberdades individuais são contribuições das variadas instituições públicas e privadas. “Uma variedade



de instituições-ligadas à operação de mercado, a administrações, legislativas, partidos políticos, organizações não-governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral-contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efetivos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais”. (VEIGA, 2001, p. 63).

Complementando o pensamento anterior, Schneider e Tartaruga (2004), corroboram com a ideia de que o desenvolvimento seria um processo de mudanças sociais, focalizando melhorias que vão desde a qualidade de vida, justiça social, com direitos a emancipação social e material das pessoas, como bem destacado no trecho a seguir no qual o:

[...] desenvolvimento é um processo de mudanças social que favorece a melhoria da qualidade de vida e da justiça social, portanto, de emancipação ao mesmo tempo, social e material das pessoas. Neste processo, a autonomia que se dá coletivamente, única forma possível é essencial para a efetivação desta emancipação; emancipação considera, também, como processo histórico e, necessariamente, constituída coletivamente. Daí nomear este processo de desenvolvimento social, e não somente desenvolvimento, frequentemente tomado como sinônimo de desenvolvimento econômico, este é mais restrito (ao econômico) e, intensamente, traduzido como modernização capitalista. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 9).

Contrapondo-se a este pensamento, a partir das reflexões de Gómez (2006), o desenvolvimento defendido pelas instituições e posto pelo senso comum, estaria pautado em:

[...] saberes, práticas e poderes caracterizados por: a) serem instrumento eficaz de controle social que ganham o status de verdade incontestável, através de uma propaganda insistente e efetiva; b) fortalecem os princípios econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade capitalista, consolidando-a como única opção possível de articulação social; c) serem funcionais à reprodução e acumulação desigual do capital e, em nenhum caso, por melhorar a situação econômica ou bem-estar social da maioria da população. (GOMES, 2006, p. 36).

Entretanto, o desenvolvimento seria constituído como um instrumento institucionalizado de apropriação capitalista, com o objetivo de garantir a perpetuação do capital. Seria então “o desenvolvimento uma estratégia completa e complexa de legitimação do capitalismo” (GOMES, 2006, p. 27). Porém, esta concepção fundamenta-se na ideia do comprometimento com a viabilidade e concretização da reprodução do capital, sendo um argumento afinado com a capacidade de manter o controle social, como bem enfatiza Gomes (2006, p. 36), “o desenvolvimento, além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social”.

Em linhas gerais, o autor supracitado enfatiza que o desenvolvimento continua exercendo uma função relevante como instrumento de aquecimento econômico, para favorecer o processo de aceleração do capital. Mas é preciso destacar o papel que o desenvolvimento tem enquanto controle social, estabelecendo normativas, limitações e funções objetivando o equilíbrio e a ordem social, como destacado por Gómez (2006, p. 38): “compreende o controle social como a tarefa de ordenar a sociedade, impondo-lhe as normas, as funções e os limites apropriados para consolidar o sistema socioeconômico



político vigente”.

3.2 O ADVENTO DAS POLÍTICAS DE VIÉS TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

Esta breve revisão acerca da questão conceitual do desenvolvimento é importante, pois favorece nosso entendimento com relação ao conceito de desenvolvimento rural, e que vem sendo usado por inúmeros governos, com maior destaque para duas fases da história, que seriam entre os anos de 60/70, período da chamada revolução verde, e atualmente por meio das mudanças na economia no universo do político neoliberal globalizado.

A terminologia conceitual da política do desenvolvimento territorial rural, tomou maior proporção em meados dos anos 2000, e era contrária a ideia de desenvolvimento setorial. A origem dessa política é datada no fim do século XX, na região da Europa, onde havia a necessidade de se construir novos arranjos no cenário de desgaste que se encontrava a política agrícola que era embasada em contexto totalmente setorial.

Naqueles países em que o capitalismo era avançado, essa nova abordagem foi incorporada nas agendas político-sociais, com o objetivo de se adotar um novo planejamento capaz de sanar o contexto de desigualdade regional e econômica causados pela política agrícola, que era enviesada na perspectiva econômica neoliberal globalizante.

Com esse cenário de crise em setores da economia, principalmente naquelas regiões onde o acesso aos mercados era difícil e predominava a agricultura camponesa, era extremamente importante estabelecer novas formulações ou reformas que pensassem o futuro do rural.

Dentre os programas adotados, destacamos o Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais (LEADER). Favareto (2007, p. 18) destaca que o LEADER foi “um marco relevante em 1991, ainda hoje a principal referência de programa territorial de desenvolvimento rural”.

Criado em 1991, o programa foi desenvolvido a partir de uma ação comunitária da União Europeia, “nos marcos de um amplo processo de discussão sobre formas de planejamento de políticas no continente, em crescente preocupação com as discrepâncias entre regiões” (FAVARETO, 2010, p. 23).

Com relação ao termo do programa eles eram voltados à visão da competitividade territorial, onde está “é alcançada por meio da elaboração de projetos de desenvolvimento que comportem uma visão de futuro” (FAVARETO, 2007, p. 23). Como era de se esperar, esse conceito foi então inserido ao contexto brasileiro, e foi inserido como opção para diversos momentos de formulação de políticas direcionadas ao rural. Em relação ao Brasil, o conceito do desenvolvimento rural já era adotado desde o período da industrialização do campo (anos 60/70), mas os frutos das ações que se estabeleceram por meio dessa



perspectiva, beneficiaram apenas setores do capital com privilégios para algumas regiões, onde esta política deixou um legado de desigualdade social para o rural por meio da degradação da agricultura familiar da época.

Com o advento da revolução verde, procurou-se estabelecer uma reorganização produtiva no campo, conhecida também como modernização. Porém, o objetivo era desenvolver uma integração da agricultura com a indústria, para que fosse organizada a mercantilização rural, que incluiria até pequenos produtores, como bem relata Gomes (2006, p. 35):

na década de 1960 e 1970, a representação do rural muda, quando começam a serem implementadas políticas de desenvolvimento rural integrado, que tomam como público-alvo o pequeno produtor e tentam incorporá-lo ao mercado, como produtor e como consumidor.

Era notório então que naquele momento existia um esforço voltado a consolidar um modelo, que apontava para direção do desenvolvimento agrícola mercantilizado. Sobre esse argumento, Gomes (2006, p. 33) demonstra que “o meio rural precisa adotar uma política de desenvolvimento que o insira mais profundamente na dinâmica mercantil”.

Com todas essas transformações, as políticas de ordem setorial direcionadas ao rural foram enfraquecendo, abrindo lacunas para criação de novas possibilidades por meio do viés de base territorial. Sobre essa questão, Araújo (2010, p. 4) reforça que:

as políticas de desenvolvimento territorial também encontraram espaço de afirmação, no Brasil, no bojo do novo momento vivido pelo país, a partir do processo de redemocratização e da tendência a ele associada de descentralização das políticas públicas, que teve como marco inicial a constituição de 1988. A revalorização de esfera municipal e o estímulo gradual à participação da sociedade civil, em particular de agentes locais, reforçaram o avanço das políticas públicas territoriais. (ARAÚJO, 2010, p. 4).

Um segundo momento para a questão do desenvolvimento rural compreende a fase de ressignificação do conceito, englobando os aspectos territoriais e locais, em meados dos anos 1990, acompanhado de um conjunto de mudança inerentes à hegemonia do processo político neoliberal globalizado, segundo Moura e Moreira (2014, p. 61):

A partir do início dos anos 1990, com o agravamento da crise econômica e consequentemente da exclusão social, impulsionam-se grandes transformações estruturais no âmbito da ação pública. Essas transformações marcaram, portanto, uma ruptura na maneira de analisar e pensar o desenvolvimento rural. Essa ruptura impôs novos critérios de ações e de avaliação no que se refere ao desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento rural, como sinônimo exclusivamente de desenvolvimento agrícola, perde a importância. A introdução desses novos critérios, as noções como as de meio ambiente sustentável e a de qualidade de vida, provocam mudanças significativas relativas ao conteúdo conceitual da noção de desenvolvimento. Do mesmo modo, é evidente que a mudança de critérios e de métodos de abordagem do desenvolvimento também conduziu às transformações essenciais em termos de estratégias da ação pública, e particularmente nos princípios das ações do Estado.



Dessa forma, a questão relativa ao do desenvolvimento rural (territorial e local) surge como mecanismo de superação da crise, de modo a reestruturar o desenvolvimento no campo, conforme destaca Gomes (2006):

Depois da modernização do campo nos moldes industriais, com a Revolução Verde, e da aparente preocupação com os pequenos agricultores, do desenvolvimento rural integrado, chega a vez dos enfoques que colocam a importância das variáveis espaciais: o desenvolvimento rural de base local e o desenvolvimento territorial rural (GOMES, 2006, p.195).

O MDA, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), procurou assumir e incorporar o padrão de desenvolvimento sob a égide local, com o objetivo de buscar “soluções de sustentabilidade vista sob essa nova ótica” (MDA, 2005, p. 6). Como consequência, esta nova abordagem seria palco de muitos debates de conceitos, ideias e conceitos voltados à questão.

Com relação ao que foi apresentado, nota-se que o olhar da definição de desenvolvimento territorial rural incorporada pelo governo brasileiro e materializado por meio das instituições públicas, assume essencialmente o caráter produtivista e de pensamento unilateral, disposto a atender as instituições comprometidas com a lógica capitalista vigente. Na opinião de Fernandes (2013, p. 220) “prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político do tema em questão”.

Nesse contexto de transformações em busca de um desenvolvimento para o rural, muitas ações foram estabelecidas no país e, em 2003, nasce o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e atrelado a ele surge, em 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), passando a ser integrante do sistema organizacional do MDA, instituído em 1999, mas extinto em 2016, e substituído pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que era subordinada à Subsecretária de Desenvolvimento Rural, e manteve como estratégia de atuação a mesma abordagem territorial do desenvolvimento, presente no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

Foi então com a SDT que ocorreu a implantação da política pública de desenvolvimento territorial por meio do PRONAT, que procurou desenvolver a questão da construção e implementação dos planos territoriais de desenvolvimento sustentável (PTDS) nas regiões de predomínio de agricultura de base familiar beneficiários da reforma agrária.

A partir de então, começou a definição dos “territórios” passíveis de serem beneficiados pelas políticas públicas (CORRÊA, 2009). Dentro desse contexto, tinha-se então por parte do MDA uma visão do que seria território, baseada na seguinte concepção:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura,



a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 7).

Destacamos então que essa concepção foi importante para o direcionamento e criação dos territórios rurais, mas antes de falarmos sobre este ponto, precisamos destacar outro fator relevante, criado pelo MDA, em 2005, que seriam as institucionalidades territoriais, com o objetivo de promover a participação, articulação e gestão social nos territórios e, segundo o MDA (2005), configuram-se como:

espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais diversos) de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento (MDA/SDT, 2005, p. 11).

Dessa forma, era imprescindível a participação e gestão social, direcionadas ao envolvimento mútuo de atores sociais, mulheres e homens desses territórios em amplos os espaços, com o objetivo de garantir a mobilização, estratégias e ações voltadas a elaboração de diagnósticos, planos e negociações de projetos e políticas. V o l t a n d o para a questão dos territórios rurais, o programa iniciou suas atividades com 65 territórios, em 2004, chegando a 118, em 2006, e 164, em 2010, saltando para 238 territórios rurais, abrangendo um total de 3,5 mil municípios (GODOI; AGUIAR, 2018, p.07).

A seleção desses territórios rurais era baseada em critérios que muitas vezes não tinha uma coerência entre as normativas estabelecidas. De início, a caracterização desses territórios baseou-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), direcionados às microrregiões geográficas e municípios brasileiros.

A partir daí, os territórios foram ordenados em três grupos que seriam os urbanos, intermediários e rurais, onde os últimos seriam concebidos como “microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes/km² e população média por município de até 50 mil habitantes” (BRASIL, 2005, p. 16), sendo identificadas 450 aglomerações municipais com características rurais.

Com isso, foi dado prosseguimento à priorização do atendimento dentro dos parâmetros do Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde qual seja a “concentração de agricultores familiares; concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária; concentração de famílias de trabalhadores rurais sem-terra, mobilizados ou não” (BRASIL, 2005, p. 17).

No Rio Grande do Norte, com a adoção do PRONAT, em 2003, foram realizados alguns seminários e oficinas, por meio do MDA e da SDT, para discutir a questão do conceito de territorialidade e apresentar um novo modelo para o desenvolvimento rural, isso



culminou com a escolha de algumas regiões que viriam a se tornar territórios rurais.

Por meio desses encontros, surgiram então cinco TRs que se enquadravam nas exigências do MDA e foram homologados, em 2003, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS). No ano de 2005, por um problema de coesão territorial, ocorreu um desmembramento no TR da Borborema, dando origem aos TRs do Potengi e do Trairi, alterando assim a configuração de cinco para seis territórios rurais no RN. Em setembro de 2007, surgiu o território rural do Alto do Oeste, formado por trinta municípios.

Nesse mesmo período de 2007, existiam cerca de 127 municípios inseridos nos 7 TRs do Rio Grande do Norte, o que representava cerca de 76,05% dos 167 municípios do Estado (RODRIGUES, 2016). Até o ano de 2016, existia no Brasil 239 TRs, em que 120 também são territórios da cidadania e, no RN, existiam naquele momento 9 territórios rurais. (RODRIGUES, 2016).

Voltando ao cenário nacional, a partir do diálogo com os entes governamentais e a sociedade civil, ficou estabelecido que os territórios seriam ordenados por meio da densidade e atividades de capital social, visto como formas associadas e existentes nos territórios rurais, da participação da sociedade civil e governos estaduais, “da existência de áreas prioritárias de ação do governo federal nos, estados, da incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional” (BRASIL, 2005, p. 7). Assim, a missão de conduzir esse ordenamento foi dada aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nessa conjuntura, os territórios rurais passam a ser vistos como espaço politicamente negociados, em que a intervenção se delimita por meio da identificação de uma população de base física, fugindo do que seria um espaço construído socialmente por meio do que é vivido e trabalhado.

Fato este que vai de encontro ao marco referencial, que garante a participação diversificada de todos os atores presentes no território, estando envolvidos no estímulo à criação e implementação de projetos, políticas e planejamento local, bem como na gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, levando em consideração os aspectos geracional, de gênero e étnico-raciais.

3.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O DEBATE SOBRE GÊNERO

É relevante enfatizar que, quando foram criados, tanto a Secretaria Territorial de Desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios



Rurais, tinham como missão a valorização da agricultura familiar, com o enfrentamento das desigualdades regionais e da pobreza rural. Buscando, para isso, a integração de políticas públicas na esfera da intersetorialidade, estimulando a promoção e dinamização econômica dos TRs, tendo como fio condutor a pluralidade, diversidade, autonomia de atores sociais, de mulheres e homens.

Porém, já que falamos em autonomia de mulheres e homens, percebemos que um fator presente na sociedade e em especial nos TRs seria a desigualdade de gênero, que interfere nos espaços de participação e tomada de decisões de programas direcionados aos territórios rurais. Arelado a isto e, de acordo com Butto (2010, p. 218):

o desenvolvimento rural, pensado a partir das relações de gênero, não pode se limitar a estimular a participação social simplesmente, posicionamento corrente entre alguns adeptos da abordagem territorial, em que é necessário considerar distintas dimensões presentes na desigualdade que as mulheres vivenciam no campo.

Com base na autora supracitada, para fazer uma reflexão de gênero no processo de dinâmica territorial, é importante interligar quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável, que seriam as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, conforme descreve a autora:

na dimensão econômica e ambiental, é necessário considerar que, embora as mulheres sejam detentoras de conhecimentos sobre uso e manejo da biodiversidade, têm menor acesso aos bens da natureza e aos recursos financeiros. Este fato repercute na ausência e/ou menor acesso à terra e à renda. Além disso, sua inserção não monetária as concentra em atividades voltadas para o autoconsumo. Deve-se considerar também que assumem de forma quase exclusiva o trabalho doméstico e de cuidados, gerando maior jornada de trabalho, mesmo que as estatísticas oficiais insistam em afirmar o contrário. Também enfrentam condições precárias para a realização do trabalho doméstico – a exemplo dos problemas gerados pela escassez de água em suas residências e de falta de gás – e menor disponibilidade para atividades geradoras de renda monetária. A forma de inserção econômica das mulheres produz uma representação do seu trabalho como atividade secundária e marginal, mesmo que sem o trabalho delas não seja possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar e do seu papel decisivo na manutenção da biodiversidade e preservação ambiental (BUTTO, 2010, p.230).

Butto (2010, p. 230) destaca ainda, que quando ocorre a junção das dimensões políticas e econômicas, “torna-se o centro de análise do lugar das mulheres rurais no desenvolvimento”, de maneira que para compreender o processo de exclusão econômica das mulheres, é necessário incluir também os mecanismos políticos presentes na manutenção da subordinação, elucidando ainda a dimensão simbólica da desigualdade.



Dessa maneira, não é somente a família que tem papel decisivo na reprodução das desigualdades existentes entre mulheres e homens rurais, mas os espaços públicos e o Estado também são reprodutores dessas desigualdades.

Ao longo desse período, foram tomadas então algumas iniciativas para atender demandas direcionadas à igualdade de gênero, buscando atender em especial as mulheres rurais.

Esse processo se inicia, no ano de 2003, quando em culminância com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), foi desenvolvido, por meio do MDA, o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), resultado de uma antiga formulação do Programa de Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, que existia desde 2001. Para Siliprandi e Cintrão (2015, p. 184), o PPIGRE na prática tinha o papel de “assessoria de gênero àquele Ministério, e ao governo Federal como um todo, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres”.

No ano de 2010, o programa é reformulado, agregando a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), que tinha ligação direta com o gabinete do MDA. No final daquele mesmo ano, a AEGRE foi transformada em Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR). Segundo Siliprandi e Cintrão (2015, p. 184), essas mudanças de ordem institucional:

significaram um aumento de poder e um reconhecimento, no âmbito daquelas instâncias de governo, da importância de ações afirmativas. Os novos arranjos institucionais redundaram em arcabouços normativos e permitiram uma prática cotidiana de diálogo e parcerias envolvendo os diferentes órgãos governamentais e entidades representativas das mulheres.

Essa diretoria centralizava seus esforços em garantir três programas fundamentais para as mulheres rurais que seriam: a assistência técnica e extensão rural setorial (ATER) e, o principal: Documentação da Trabalhadora Rural, Organização Produtiva, pois muitas mulheres perdiam sua participação em programas por não terem sua documentação básica. Os esforços eram feitos para que essas estratégias acontecessem a partir dos TRs, fortalecendo não somente as intervenções e atuações das mulheres, mas também a política territorial.

Uma das estratégias adotadas pela diretoria foi a criação da articulação e mobilização territorial, que buscava promover e apoiar a participação das mulheres dentro da política de desenvolvimento territorial e gestão social, procurando garantir os direitos de igualdade entre mulheres e homens no acesso às políticas públicas, produção agrícola, direitos sociais e cidadania.



4 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O presente capítulo objetiva apresentar o processo de constituição do Programa Territórios da Cidadania (PTC) em âmbito nacional e sua configuração no Estado do Rio Grande do Norte, enfocando a região do Mato Grande.

4.1 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E SUA CONFIGURAÇÃO NO RN

No ano de 2008, com a mudança presidencial, surge no país uma nova denominação e enfoque nos territórios rurais que, por intermédio do governo federal, reconhecendo diferenças regionais e a necessidade de continuar a política de desenvolvimento territorial, estabelece nova configuração sob o Plano de Desenvolvimento Territorial dos Territórios da Cidadania (PDTC), servindo de base política, administrativa, orçamentária no nível intermunicipal, a partir de critérios, como os municípios com pior desenvolvimento humano.

Durante o processo de identificação dos territórios rurais, o governo entendeu que alguns territórios se apresentavam economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. A partir dessa percepção surge o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, que tem o mesmo referencial conceitual dos territórios rurais sendo amparado também pela mesma portaria, mas com uma gestão bem mais complexa. Resumidamente, foi do conjunto de territórios rurais que o governo, em geral, selecionou os territórios da cidadania. A prioridade era atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo (DELGADO; LEITE, 2011, p. 434).

Essa nova perspectiva foi construída por meio de parceiras que se iniciam com ações do governo federal, com a participação e integração dos governos estaduais, municipais e representações dos colegiados territoriais.

Essa nova configuração era denominada de território da cidadania e foi elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Sobre o programa, Knox ; Carvalho ; Oliveira (2017, p. 3) lecionam que:

o Governo Federal lançou em 25/03/2008 o Programa Territórios da Cidadania e a ideia deste programa foi constituir em outra escala geográfica, social e política, para promover o desenvolvimento econômico, assim como operacionalizar melhor os diversos níveis, a universalização de programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Constata-se que o Programa TC tem sua origem no programa anterior denominado “Territórios Rurais”. O processo teve início em 2003



quando o Governo Federal criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e, no interior de suas ações implementou o Programa “Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais” (PRONAT). Neste contexto, os “Territórios Rurais” foram demarcados, segundo o SDT/MDA, a partir de uma identidade político cultural, de suas referências históricas.

Para configuração desses territórios, alguns aspectos técnicos foram importantes. Primeiro foi levado em conta os territórios que tivessem os menores IDHs; em seguida, foram avaliados quais deles tinham a maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da Reforma Agrária e maior concentração de populações quilombolas e indígenas; depois, foram considerados os territórios com maior número de beneficiários do bolsa família e que possuíssem o maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, com maior organização social e pelo menos um território por estado da federação. No primeiro ano do programa, foi traçada uma meta que atendia cerca de 60 territórios, sendo que, em 2010, esse número dobraria (BRASIL, 2008).

Dessa forma, segundo o Decreto nº 11.503, de 25 de fevereiro de 2008, que institui o PTC, o programa contempla diversas áreas de atuação dentre elas a integração de políticas públicas, embasada na esfera do planejamento territorial, procurando ampliar mecanismos de participação social em gestão de políticas focalizadas no desenvolvimentos dos territórios, para ampliar a oferta dos programas básicos de cidadania, inclusão, integração produtiva das populações pobres e dos “segmentos sociais mais vulneráveis com a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações” (BARBOSA, 2014, p.105).

Para Carvalho (2012), o programa buscava funcionar a partir de delimitações de unidades territoriais que fossem próximas de escalas de administrações nacionais, estaduais, municipais e organizações sociais. Objetivando desenvolver, potencializar, expandir e interiorizar as políticas públicas focadas naquelas populações excluídas principalmente as do rural. Sobre a concepção e gerenciamento o PTC:

não se limita em atacar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. Por exemplo: serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas (BRASIL, 2008, p. 2).

Todas essas ações de integração de políticas públicas e investimento, eram direcionadas à melhoria do IDH dessas localidades, superação das desigualdades regionais



e diminuição do êxodo rural.

O Programa Territórios da Cidadania era uma das ações destinadas a reduzir as desigualdades propostas pela Agenda Social do Governo Federal. Seu objetivo é a “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. Especificamente, o programa visa à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração de políticas públicas. Também se propõe ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania (DELGADO; LEITE, 2011, p. 434).

Esse programa buscou dinamizar de maneira diferenciada a ação estatal para as áreas de situação mais grave, além de desenvolver ações direcionadas a políticas distintas que contavam com a participação local de maneira propositiva, consultiva e deliberativa.

4.2 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO MATO GRANDE

O Território da Cidadania do Mato Grande, localizado a noroeste da capital do Rio Grande do Norte, na mesorregião do Mato Grande, sendo um dos nove territórios rurais do estado, e foi identificado:

e concebido enquanto espaço para ser priorizado pela intervenção da SDT ainda em 2003 no âmbito do PRONAT, que estabelecia, a partir de critérios supracitados, os territórios de identidade rural. Este programa era responsável na época pela gestão dos recursos da linha de financiamento focada em infraestruturas e serviços, PROINF do PRONAF (ANJOS, 2016, p. 59).

Em 2008, foi considerado com um dos territórios da cidadania do PTC, e atualmente é composto por 15 municípios, a saber: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

O Mato Grande é formado por uma população de 224.107 habitantes, segundo dados do último censo demográfico do IBGE (2010), em que desse total 109.589 residem em zona urbana contra 114.518 em zona rural.

Com relação ao IDH, no último censo registrou a marca de 0,625, sendo um dos mais baixos do RN. Já os indicadores de renda, indicam uma per capita de R\$ 76,15/mês, e a concentração de renda de acordo com o Índice de Gini é 0,58. Segundo Neves (2015, p. 06), o território “apresenta-se como uma das mais promissoras fronteiras agrícolas no Estado do Rio Grande do Norte, com muito potencial produtivo centrado em comunidades rurais e agricultores familiares em diversos projetos de assentamentos”.

As principais atividades econômicas do MTG giram em torno da agricultura de sequeiro, pescas, turismo, artesanato, apicultura e caprinovinocultura.

Segundo diagnóstico do Sebrae (2015), esse território é economicamente retraído,



tem baixa densidade empresarial, especialização produtiva e inexpressivo dinamismo socioeconômico, sendo necessário realizar esforços de valorização do capital humano e social do território, a partir do fortalecimento de habilidades e competências produtivas.

4.3 COLEGIADO TERRITORIAL: O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MATO GRANDE (FOMAG)

A institucionalização dos colegiados territoriais no Brasil, inicia-se a partir do ano de 2005, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). Esta institucionalidade também pode ser denominada de fórum ou conselho, dependendo da forma que o território escolher. Estes exercem “um papel importantíssimo para a condução e operacionalização da estratégia de desenvolvimento territorial” (BRASIL, 2009, p.5).

Como responsabilidade é direcionado ao colegiado o poder consultivo e deliberativo por meio de sua plenária (que é a instância máxima) e ao núcleo diretivo (poder decisório intermediário) o papel de articulador no processo de implementação de todas as iniciativas territoriais, tendo como suporte seu Núcleo Técnico.

Com relação à composição do colegiado, Moura (2012, p. 10) destaca que:

é composto por representantes dos governos federal, estadual e municipal, representantes da agricultura familiar, representantes dos movimentos sociais, representantes das organizações não-governamentais, representantes de sindicatos, representantes de comunidades tradicionais, representantes de universidades e representantes de entidades colegiadas.

Essa estrutura é de suma importância nos processos de decisão, elaboração, gerenciamento e execução das políticas direcionadas ao desenvolvimento territorial, favorecendo o diálogo entre o governo federal, estados e municípios com a participação da população rural, movimentos sociais, ONGs, sindicatos etc.

Seria então uma instância política com o objetivo de compactuar no processo deliberativo do desenvolvimento sustentável do território, mas, antes de tudo, é um espaço de: “participação social, representação, articulação e concertação política, onde acontece o planejamento das ações territoriais e se definem programas e projetos do território, com base em um plano territorial” (BRASIL, 2009, p. 13).

Segundo as resoluções nº 48 e 52 do CONDRAF (2005), objetivando executar a gestão do desenvolvimento territorial de maneira eficiente, cabe ao colegiado estabelecer como estrutura mínima (Figura 7), as seguintes instâncias: plenário; núcleo dirigente; núcleo técnico e câmaras temáticas ou câmaras setoriais. Esses funcionarão como ramificações, onde cada uma delas teria um papel de relevância na composição geral



do colegiado, como bem ilustra a imagem abaixo, que traz como exemplo o colegiado territorial do Mato Grande, área de estudo da presente pesquisa.

Com toda essa estrutura organizada, o colegiado territorial pode de fato ter a sua funcionalidade em condições favoráveis para cumprir seu papel de:

cria um ambiente que possibilita a relação entre Estado e sociedade, razão pela qual é o espaço priorizado no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial. Contudo: Percebe-se que não deve ser a formalização que garantirá a legitimidade ou a força do Colegiado, mas essa legitimidade deve ser garantida pela força desse espaço enquanto espaço de representação e de reconhecimento de uma determinada política pública de gestão do desenvolvimento rural sustentável. (MOURA, 2012, p.10).

Dessa forma, é importante que cada colegiado de fato compreenda seu papel e para qual objetivo fora criado, verificando então se é necessário “optar por esta formalização o que, certamente, irá variar de acordo com as realidades e demandas dos Territórios e de cada Colegiado” (BRASIL, 2009, p. 13). Seguindo nessa questão da estrutura do colegiado, precisamos entender o papel de cada unidade interna nesse processo de composição e efetividade do sistema, conforme apresentado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Descrição da Estrutura do colegiado

DESCRIÇÃO E FUNCIONALIDADE DA ESTRUTURA DO COLEGIADO	
UNIDADE INTERNA	FUNÇÃO
Plenário	Instância máxima do Colegiado Territorial, é a própria composição desse Colegiado. Tem o papel de deliberar, tomar decisões estratégicas, ligadas ao processo de desenvolvimento territorial. Entre as atribuições destaca-se: Decidir sobre a composição do Colegiado; definir diretrizes e aprovar projetos estratégicos para o processo de desenvolvimento do território; discutir e definir sobre estratégias de articulação e negociação de políticas públicas, implementação de programas diversos de interesse do território;
Núcleo Dirigente	Tem a função de coordenar as ações definidas pelo Plenário do Colegiado Territorial, articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial. Essa instância não pode ter na sua composição organizações que não façam parte do Plenário do Colegiado Territorial.
Núcleo Técnico	Instância de apoio ao Colegiado Territorial devendo ser composto por representantes técnicos de organizações de ensino, pesquisa, assistência técnica e setores diversos de prestação de serviços do poder público e da sociedade civil. Essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do Colegiado Territorial.
Comitês ou Câmaras Temáticas/Técnicas/Setoriais	Comitês ou Câmaras Temáticas/Técnicas/Setoriais são espaços criados pelo Plenário do Colegiado para subsidiar suas decisões e tem uma estreita relação com o Núcleo Dirigente. Tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Assim como o Núcleo Técnico, essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do Colegiado Territorial.

Fonte: elaboração do autor, com informação do documento: Orientações para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais (BRASIL, 2009).



O quadro anterior deixa claro as funcionalidades de cada unidade interna ou setor dentro do colegiado, onde todas elas precisam de fato funcionar para legitimar o colegiado, porém é válido ressaltar o papel do:

reconhecimento público do Colegiado como sendo o sujeito coletivo oficialmente autorizado pelo Estado para mediar o desenvolvimento do Território sendo condição necessária para dar corpo institucional e político, de fato, aos territórios, ou então não o dará efetivamente (ROCHA, 2018, p.1).

A estrutura dos colegiados sempre tiveram igualdade tanto no PRONAT, como no PTC que apoiou 120 territórios da cidadania. Com relação ao CTMT ou FOMAG, este também foi criado no ano de 2005, acompanhando o PDSTR, e a sua composição “compreende 32 representações do Poder Público/Órgãos Governamentais e 48 da sociedade civil organizada, dos 15 municípios” (PTDRS, 2006, p. 257).

Em agosto de 2014, já na dinâmica do PTC, o CTMT passou por um processo de reestruturação, com o objetivo de fortalecer a institucionalidade do colegiado, já que em muitas reuniões era notória a baixa frequência de diversos segmentos que faziam parte do colegiado, principalmente do poder público, como bem destaca Moura (2012, p. 12), em uma de suas pesquisas acadêmicas no colegiado:

apesar de teoricamente o poder público estar representado, na prática isso não vem acontecendo. Essa baixa participação de representantes dos três níveis de governo denota uma parceria frágil entre governo e sociedade civil. Situação prejudicial ao processo de desenvolvimento, pois para que este seja pleno é necessário o envolvimento dos entes públicos. Afinal, são eles que entram com as contrapartidas ao processo, seja com repasses financeiros, programas de capacitação, investimento em infraestrutura, dentre outros auxílios.

Essa ausência é perceptível quando analisamos as atas e registros das reuniões, em que em vários momentos são relatados trechos que registram: a falta de engajamento dos membros e entidades junto as atividades do fórum, principalmente na divulgação de ações, esvaziamento nas reuniões do FOMAG, dificuldades sobre a mobilização e articulação para as reuniões do FOMAG, dificuldades sobre a socialização e disseminação das informações e deliberações ocorridas no colegiado. A situação acima contradiz a normativa registrada na matriz das ações do PTC, que versa sobre “o processo de implantação dos recursos para fomento à produção da Agricultura Familiar onde os representantes deste segmento e demais membros dos colegiados” (ANJOS, 2016, p. 68), que precisam:

se reunir em oficinas territoriais e debater sobre as questões importantes para o desenvolvimento do território. O projeto do território é elaborado por técnicos das organizações participantes dos Colegiados, tais como as prefeituras municipais ou do governo do estado, e depois encaminhado à DFDA/MDA e à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural



Sustentável - CEDRS O CEDRS, em reunião, delibera sobre sua aprovação ou sugere ajustes, compatibilizando com as políticas do estado. Após análise e aprovação pela SDT/MDA, os Planos de Trabalho são encaminhados aos Agentes Operadores para formalização dos instrumentos (contratos de repasse, termos de compromisso ou convênios com governos municipais, estaduais e ONGs somente para recursos de custeio, neste último caso (MDA, 2013 apud ANJOS, 2016, p. 68).

Essa ausência, além do fim do PTC, em 2016, pode ter sido um dos fatores que fizeram com que o colegiado chegasse ao fim de suas atividades e tem encontrado dificuldades em reunir os representantes, especialmente aqueles do setor público, por fatores como distância e falta de incentivo principalmente do governo federal. Com relação à reestruturação de 2014, o colegiado ficou organizado da seguinte forma:

Câmaras: **Organização Sustentável da Produção:** Associação Comunitária do Amarelão - ACA (Indígena); Assoc. de Mulheres Agric. e da Economia Solidária Maria Aparecida – AMEAMA; cooperativa de agricultores familiares e pescadores artesanais e da Economia Solidária da Região do Mato Grande – COOAFES; Associação de Jovens Agroecologista da comunidade do Cabeço – JOCA; Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia solidaria de Bebida velha – COOPABEV; Assoc. Comunitária de Tabuleiro do Barreto - ACTB; Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso – PM – SMG; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaíra – STR; Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades – IDEC; Associação de Desenvolvimento Social de Pureza – ADSP. **EDUCAÇÃO, CULTURA e MEIO AMBIENTE:** Prefeitura Municipal de Jardim de Angico; Associação de Jovens Agroecologistas da comunidade do Cabeço – JOCA; Associação Comunitária do Amarelão - ACA (Indígena); Associação Produtiva de Lagoa Grande – APLG; RN Sustentável; Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha – APABV; Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte; Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso; As câmaras de **INFRAESTRUTURA BÁSICA e SAÚDE e ACESSO a ÁGUA** não tiveram inscrições, cabendo ao núcleo diretivo em uma próxima reunião dar continuidade a formação destas câmaras. A formação do **COMITÊ DE MULHERES** ficou com a seguinte composição: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Câmara - STR; Rede Xique Xique; Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia solidaria de Bebida velha – COOPABEV; TECHNE; AACC; FOPP GOSTOSO; JOCA; PREF. DE TAIPU; ASSOC 1º DE MAIO MATÃO DE JÓ; STR TAIPU; COOAFES; MOV. Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; AMAEA; AMAEMA; GRUPO DE MULHERES FLOR DO CAMPO DE MARIA DAS GRAÇAS; ASSOC COMUNITÁRIA DO MATÃO. O Núcleo Diretivo ficou assim composto, inicialmente: Rede Xique Xique, JOCA, IDEC, ASSOC COMUNITÁRIA QUILOMBOLA DOS MORADORES DE ACAUÃ; FETRAF; ASSOC P.A. MARIA DAS GRAÇAS; AACC; ARCO; TECHNE; FÓRUM DE TAIPU; COOAFES; ASSOC DAS MULHERES EM AÇÃO DO P.A. SANTO ANTONIO; COOPABEV pela Sociedade Civil. P.M. TAIPU; P.M. TOUROS; P.M. PARAZINHO; P.M. PUREZA; P.M. JARDIM DE ANGICOS; P.M. SÃO MIGUEL DO GOSTOS; EMATER Regional João Câmara; DFDA/RN; P.M. Caiçara (FOMAG, 2014).

Atualmente, com o fim do Programa Territórios da Cidadania, o colegiado não tem se reunido, porém existem algumas instituições com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pesquisadores e o governo estadual que tentam rearticular os



Territórios da Cidadania e os colegiados, já que o RN usufruiu desse modelo de divisão territorial presente no PTC em sua política de desenvolvimento territorial.

Porém, com a pandemia, os encontros foram suspensos e até o presente momento não existe uma previsão de retomada dessas ações, que poderão viabilizar o retorno dessas institucionalidades tão importantes para a questão do desenvolvimento territorial, que garantiu maior participação da sociedade civil, movimentos sociais e sindicatos no processo de construção e implementação de políticas públicas direcionadas ao rural, assim como também fora um contributo para redução das desigualdades sociais e da dicotomia entre urbano e rural.

5 O DEBATE SOBRE GÊNERO NO COLEGIADO TERRITORIAL DO MATO GRANDE - RN

Esse capítulo tem como foco central apresentar como se estruturou o colegiado territorial do Mato Grande, quais eram os objetivos desse órgão e como se centrava sua representatividade junto à sociedade. Em seguida, com o objetivo de compreender quais os direcionamentos das pautas dos encontros, apresentaremos uma análise das atas de reuniões, que eram em sua maioria organizadas pelo chamado Fórum do Mato Grande (FOMAG), em parceria com o NEDET- UFRN, investigando se existiam nesses espaços encaminhamentos sobre as questões de gênero.

Para concretização desses objetivos, adotou-se uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica e documental, principalmente através das atas, compreendendo um período de análise de 2006 (antecedendo o PTC) a 2015 (período final do programa). Assim, foi possível vislumbrar as mudanças nas questões de gênero verificando, por exemplo, os principais temas debatidos, a participação das mulheres nessas reuniões, a relação de poder entre gêneros, além de refletir sobre a relação da criação do PTC, política de viés territorial, com uma redução nas desigualdades entre homens e mulheres nesses espaços.

5.1 ATAS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE TEÓRICA SOBRE O DEBATE GÊNERO NAS REUNIÕES DO CTMT DE 2006 A 2015

É importante chamar atenção para o ano de 2006, período que antecede o PTC, já que neste ano o colegiado seguia os parâmetros e objetivo da PTDRS que, aliada à SDT/ PRONAT, buscava “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores



sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais” (MDA, 2005, p. 14). E, nessa conjuntura, os territórios eram classificados como rurais, destacando-se envolvimento deles a mobilização que procurava entender que o

desenvolvimento desses espaços implicava na existência de capital social, na gestão social e no fortalecimento das “institucionalidades territoriais”, como elementos de um processo que deveria contribuir para o empoderamento das pessoas e instituições (GODOI; AGUIAR, 2018, p. 7).

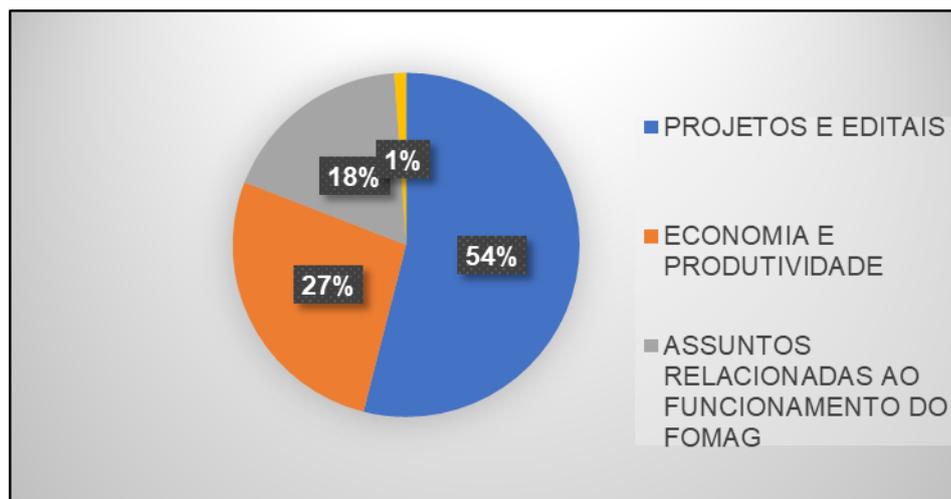
Nesse contexto, não existia qualquer direcionamento claro ou ação específica objetivando superar as desigualdades de gênero aliado à temática e estratégia de desenvolvimento territorial. No entanto, em 2008, com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) e o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR), essa discussão foi incluída nesse universo de desenvolvimento, no qual o governo utilizava o argumento de promover ações que contribuíssem para a diminuição dos índices de pobreza e desigualdades sociais (SILVA, 2013).

A partir desse cenário, é válido destacar que as pautas das plenárias, nesse período até meados de 2012, eram muito direcionadas às questões produtivas e econômicas do Mato Grande, como veremos mais adiante.

Ainda sobre o número de reuniões, as plenárias se tornaram mais intensas com a chegada do PTC e, segundo o professor Washington, em entrevista concedida para presente pesquisa, relatou que “o FOMAG de fato só funcionou até o primeiro governo Dilma” (SOUZA, 2020, informação verbal), em 2014 passou por uma estruturação e, a partir de 2016, com o desmonte das políticas foi declinando, sendo que depois disso as plenárias se tornaram menos periódicas ou até mesmo escassas.

Além da quantidade de reuniões, buscou-se organizar as atas por pautas, onde elencamos os principais temas debatidos nesses vinte e um encontros, que serão demonstrados no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Principais Pautas das Plenárias



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, COMO BASE NAS ATAS DO FOMAG (2021).

As pautas foram organizadas em temas centrais que são: projetos e editais, economia e produtividade, assuntos direcionados ao funcionamento do FOMAG e, por fim, temas direcionados a Gênero (Mulheres Rurais, empoderamento feminino, desigualdades de gênero). O gráfico acima nos mostra a dimensão de como se estruturava os debates e pautas das reuniões oficiais do colegiado.

É nítido que sempre estava em pauta temas ligados a editais de programas do governo federal, a saber: Pronatec, Prodetuc, Pronaf, sendo o PROINF o que mais se destacava, já que sempre que estava presente entre as pautas e nas reuniões em que se falava sobre o programa, o número de participantes sempre era maior. Nessa perspectiva, Souza (2015, p. 242) leciona que possa existir dois caminhos que expliquem esse interesse pelo programa, que seriam:

a disponibilidade de meios financeiros advindos do PROINF anima os debates territoriais, aumenta a participação nas reuniões, oportuniza a articulação dos agentes territoriais, atrai a atenção dos gestores municipais para as ações dos programas etc. Mas, os poucos recursos canalizados pelo PROINF aos territórios debilitam todas essas possibilidades positivas, porque, sem recurso, não existe política pública e, por conseguinte, ao não atender as propostas dos beneficiários, o próprio programa se desestabiliza e não favorece uma adesão mais forte dos agentes territoriais a suas ações.

Outros assuntos que eram debatidos giravam em torno da apresentação e elaboração de projetos que foram de grande relevância para dinâmica social e econômica do Mato Grande, dentre estes projetos podemos destacar: Programa 1 Milhão de Cisternas; apresentação do Polo de Tilápia do Programa do Biodiesel, coordenados pela ARCO; Programas de agroecologia, AACC e TECHNE; Projeto da usina de beneficiamento de fécula de mandioca, elaborado pela CEATEC, MLST E ANARA; projetos ligados à área de educação ambiental e desenvolvimento social e comunitário, com foco nas oficinas de reaproveitamento do PET; construção do Plano Plurianual Territorial. Dentre



outras iniciativas que tinham um direcionamento para as questões do desenvolvimento territorial, economia, produtividade e meio ambiente e que, minimamente, tinha algum encaminhamento à questão de gênero como veremos adiante.

Com relação à quantidade de participantes, consideramos apenas os que estavam registrados nos documentos, nos quais, das 21 atas avaliadas, o número médio de membros das plenárias era de 15 participantes. Desse total, 65% eram do sexo masculino e, apenas 35%, feminino, o que nos mostra o quanto no colegiado existia desigualdade quando falamos em participação nos espaços de decisão e poder.

Uma realidade que se reflete em várias instâncias políticas e que, segundo Ávila (2004, p. 10), é um dos fatores que refletem essa situação na vida das mulheres seria relativa “há uma tensão entre o tempo do ‘agir’ do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida que deve ser cuidada e reproduzida. A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera do social para a do político”.

Inúmeras pesquisas sobre a questão de como as pessoas usam o tempo, refletem justamente nisso “onde o fardo das tarefas domésticas, o cuidado com os outros ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres” (BIROLI, 2010, p. 669).

No Brasil e em países em desenvolvimento, 45% de todo alimento que é produzido no rural têm as mãos das mulheres rurais em que, na maior parte dos casos, seu trabalho segue do campo para uma árdua jornada de trabalho dentro das comunidades e de suas casas.

Muitas delas trabalham cerca de 12 horas semanais a mais do que os homens, e muitas gastam até quatro horas por dia para coletar água e combustível para uso doméstico, sendo que esse tempo poderia ser utilizado em atividades escolares ou de geração de renda (FAO, 2018).

Outro ponto que impede a participação feminina em espaços institucionais e políticos como o colegiado é a questão da dominação masculina sobre a mulher, que ainda é uma realidade pertinente em nossa sociedade, fato que tem se acentuado com a avalanche de governos conservadores, que pregam princípios que vão ao encontro desse sistema de dominação.

Sobre esse ponto, precisamos destacar os estudos de Bourdieu (2018), que reforçam essa questão da dominação masculina, em que este processo reflete a mulher como objeto simbólico, no qual o ser é percebido e colocado sob efeito permanente de insegurança e de dependência simbólica, ou seja, elas devem existir pela e para apreciação ao olhar dos outros. Espera-se delas a feminilidade, que sejam sempre delicadas, sorridentes, submissas, discretas, aprisionadas, contidas e, muitas vezes, apagadas.



Em relação aos espaços de fala, dos 21 encontros, em 12 deles, percebeu-se que a fala masculina predominava e, em apenas 9, tiveram a participação feminina, nos quais a liderança dessas reuniões eram concentradas com maior frequência nos homens em comparação com as mulheres.

Em alguns encontros, era registrada a presença de mulheres na liderança das plenárias, porém apenas dois tiveram uma regência feminina, e os demais eram compartilhados entre os homens, fato este que será explorado nas próximas sessões nas quais apresentaremos os relatos das dez mulheres que participaram ativamente das plenárias do FOMAG e da formação do comitê de mulheres.

Nesse sentido, concomitante a Biroli (2010), existem padrões hierárquicos entre homens e mulheres, que são responsáveis por criar filtros que vão recair sobre as mulheres na questão da ocupação e do acesso no âmbito da política institucional.

Ainda sobre essa questão, verificou-se que, entre os anos de 2006 e 2012, era visível a presença masculina na conjuntura estrutural e administrativa do colegiado, e que em vários encontros a presença de representantes do poder público era sempre masculina e, em casos isolados, era figurado por mulheres.

Mas, a partir de 2014, com a chegada do PTC, percebe-se maior representatividade feminina tanto da esfera pública como da sociedade civil, visto que a criação dos comitês e câmaras técnicas propiciou o fortalecimento e organização dos movimentos sociais, nos quais demandas emanadas desses grupos chegavam mesmo que de forma simplória aos debates do FOMAG.

Por meio da análise das atas, foi possível, após um processo de codificação desses instrumentos, elencar as seguintes categorias de análise, sob a perspectiva dos seguintes temas: Gênero, Poder e Participação, Economia e Agricultura Familiar, Incentivo a renda igualitária, Empoderamento Feminino. Através desse tracejo, foi possível avaliar qual era o direcionamento das plenárias, como se configuravam os debates, quem liderava, quem participava e como se estruturavam os espaços de fala.



5.1.2 Gênero, poder, participação e empoderamento feminino no FOMAG

“As mulheres são maioria da população brasileira e, em 2010, alcançara o principal posto político do Brasil, elegendo Dilma Rousseff, Presidenta da República. Mas, falta muito para se garantir a presença feminina nos espaços de poder em igualdade de condições”.

Revista Presença da Mulher, nº 62,
Mulheres em busca do poder.

Nosso primeiro bloco de temas está distribuído entre a questão do gênero no FOMAG, do poder, da participação e do incentivo ao empoderamento feminino. Verificamos através das atas como era a composição por gênero dos participantes da plenária das reuniões e encontros. Notou-se que, no ano de 2006, antes do PTC, as reuniões eram mais frequentadas por homens, sendo a presença feminina muito sutil, de modo que não existia um direcionamento ou incentivo, pelo menos nesse período, que objetivasse propiciar maior a participação das mulheres nessas reuniões.

Cerca de 65% das reuniões avaliadas eram lideradas por homens e, no período que antecede o PTC e antes da criação da câmara e do comitê de mulheres, os espaços de poder eram mais ocupados por figuras do sexo masculino, tendo esses em suas mãos o papel de líderes e articuladores do FOMAG e, em algumas reuniões, existia a liderança compartilhada com uma ou duas mulheres do território. Essa questão pode ser traduzida na fala de Antonieta Trindade em uma entrevista ao portal do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação de Pernambuco (SINTEPE) que, ao mencionar a questão da participação feminina nos espaços de poder, traduz que a:

predominância ainda da cultura patriarcal que associa os homens aos espaços públicos e as mulheres ao espaço privado, o peso do poder econômico no processo eleitoral e o custo crescente das campanhas eleitorais, o pouco tempo dedicado a ação política pelas mulheres, em grande parte pela sobrecarga de responsabilidades, pelo acúmulo de tarefas domésticas e dos cuidados com a família, as trajetórias políticas das mulheres, menos consolidadas relativamente a dos homens. Todo este complexo de fatores gera adversidades para a participação política das mulheres bem como profundas desigualdades em relação aos homens, principalmente no campo da política representativa (TRINDADE, 2019).

Uma questão muito evidente, em especial, nas falas das participantes de nossa pesquisa, é a de que muitas vezes as mulheres são impedidas de irem às reuniões pelos seus companheiros, onde muitas delas relataram que os esposos afirmavam que as reuniões eram uma perda de tempo para elas e outras sofriam com a desconfiança do marido,



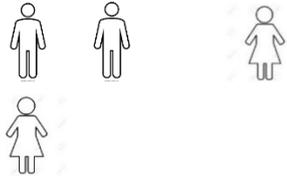
mas existia também a questão da distância, da insegurança e, sobretudo, do tempo, pois muitas tinham a dupla jornada entre o trabalho formal e o doméstico.

Já no colegiado, existia uma luta incessável pela paridade na participação de eventos, nos espaços de fala, na votação de projetos e nos espaços de liderança, fato que se tornou mais intenso a partir da instituição do comitê e da câmara de mulheres, que proporcionou a união das participantes do FOMAG na luta pela igualdade de gênero dentro do colegiado e, principalmente, no Mato Grande. Abaixo, apresentamos um quadro esquemático mostrando quais os temas dominantes das reuniões e a quem pertencia a liderança central da plenária.

Quadro 3 – Perfil de liderança das reuniões por sexo.

DATA DA REUNIÃO	TEMAS DOMINANTE	LIDERADO POR:
2006		
04 DE JANEIRO	PROJETO PRODETUC E PROINF; PRODUÇÃO DE DO SISAL, APICULTURA, CULTIVO DE GIRASSOL etc.	
24 DE FEVEREIRO	PROINF	
17 DE MARÇO	SECA; PROJETO DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE FÉCULA DE MANDIOCA;	
04 DE ABRIL	PROJETOS TERRITORIAIS E PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS	
24 DE MAIO	PÓLO DE TILÁPIA DO PROGRAMA DO BIODIESEL COORDENADOS PELA ARCO; PROGRAMA DE AGROECOLOGIA	
01 DE NOVEMBRO	PROJETO DO ENTREPOSTO DE MEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE; CALENDÁRIO DE PROPOSTAS PARA AS REUNIÕES E OFICINAS FUTURAS	 
14 DE NOVEMBRO	PRODUÇÃO DE MEL, CAJU E MANDIOCA; ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES NO FOMAG	  
2012		
25 DE JULHO	PROINF; ENTREPOSTO DE MEL	
2014		
14 DE FEVEREIRO	PRONATEC; APRESENTAÇÕES DOS PROJETOS DA OAK SOLUÇÕES AMBIENTAIS E EQUIPE DA TECHNE	



DATA DA REUNIÃO	TEMAS DOMINANTE	LIDERADO POR:
14 DE MARÇO	FUNCIONAMENTO DO PRONATEC E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA TERRITORIOS DA CIDADANIA	
25 DE JUNHO	PROINF; DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO FOMAG	
11 DE JULHO	EDITAL PROINF 2014;	
08 DE AGOSTO	REESTRUTURAÇÃO DO COLEGIADO	
12 DE SETEMBRO	SELEÇÃO DAS AÇÕES CONSIDERADAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	
07 DE NOVEMBRO	CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL TERRITORIAL (PPA) TERRITORIAL	
12 DE DEZEMBRO	PLANO SAFRA (MONITORAMENTO DAS LEIS DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO); PROINF.	
2015		
20 DE MARÇO	FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS E COMITES; PROINF	
12 DE JUNHO	REUNIÕES DAS CÂMARAS E COMITES; PPA DO MATO GRANDE	
31 DE JULHO	EDITAL PRONF 2015	
09 DE OUTUBRO	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA NO MATO GRANDE E EXPECTATIVAS; ESCOLHA DE MEMBROS PARA A COMISSÃO ORGANIZADORA TERRITORIAL DA CONFERÊNCIA DE ATER NO MATO GRANDE; APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO APOIO E FOMENTO AOS TERRITÓRIOS – ARCO	
11 DE DEZEMBRO	PROINF E RN SUSTENTAVEL	

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, COMO BASE NAS ATAS DO FOMAG (2021).

Com base nesse quadro, é possível notar que a maioria dos encontros do colegiado tinham como liderança uma figura do sexo masculino que, em sua maioria, era o próprio



articulador. É possível notar, também, a evolução da quantidade de reuniões lideradas por mulheres ou que tinham liderança igualitária. Em 2006, apenas uma reunião teve liderança feminina, já em 2012, no único registro de ata que temos, a liderança foi masculina.

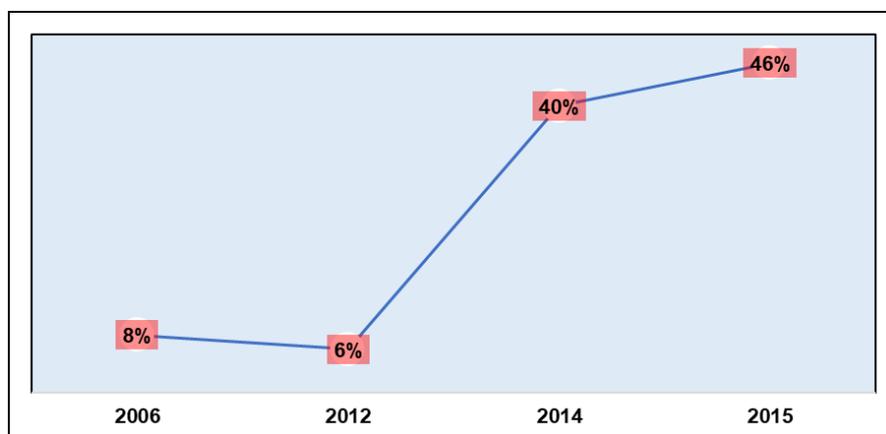
Nos anos de 2014 e 2015, com a implementação da câmara e comitê de mulheres por intermédio do PTC, as reuniões tiveram maior liderança feminina, mas de maneira compartilhada, e não de forma independente. Um ponto negativo, pois tal situação acaba legitimando a dominação masculina nos espaços de poder e decisão. Dessa forma, as mulheres ficam sempre em segundo plano e em muitos casos são silenciadas pela estrutura patriarcal masculina dominante. Nessa perspectiva, Biroli (2010, p. 669) enfatiza que:

O principal constrangimento material à participação política das mulheres, porém, diz respeito ao tempo livre, o que se liga estreitamente à responsabilidade maior, quando não exclusiva, pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças. No modelo tradicional da família, em que o homem era o único provedor, o insulamento das mulheres no lar bloqueava a formação de redes de mobilização e, ao mesmo tempo, comprometia o surgimento do interesse pelas questões públicas (e, portanto, da ambição política).

Sendo assim, a mulher tem conquistado espaços de poder como, por exemplo, no campo da política, onde muitas tem pleiteado cargos políticos, desde as prefeituras ao senado federal. Um grande exemplo foi a eleição da nossa ex-presidenta Dilma Rousseff, que legitimou milhares de conquistas femininas no Brasil, assim como também serviu para confirmar que os espaços de poder e decisão também podem ser ocupados por lideranças femininas.

No colegiado, as lideranças ainda constituem um perfil masculinizado, mas muitas mulheres tiveram protagonismo no FOMAG e, através destas, foi possível maior participação, autonomia e empoderamento da mulher rural nos espaços de poder onde, por exemplo, na última eleição, muitas delas foram até candidatas a vereadoras em seus municípios. O gráfico a seguir demonstra a evolução da participação feminina nas reuniões do colegiado.

Gráfico 3 - Evolução da Participação de Mulheres no Colegiado



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, COMO BASE NAS ATAS DO FOMAG (2021).



É notório visualizar o quanto a participação das mulheres apresentou crescimento constante nas plenárias do FOMAG, isso demonstra o quanto uma política pública, seja ela de abordagem territorial ou não, pode refletir em diversas esferas da sociedade. O PTC agregou transformações na vida de diversas mulheres e, com a criação do comitê e da câmara de mulheres, a trajetória de muitas delas foi sendo modificada, conferindo mudanças, emancipação econômica e transformações política e social.

Com o programa, procurava-se afirmar a necessidade de priorizar ações de infraestrutura voltadas para o fortalecimento da “autonomia econômica, saúde da mulher, enfrentamento da violência contra as mulheres, creches no meio rural, além da inclusão das políticas para as mulheres em todos os ministérios” (BUTTO, 2014, p. 23).

É fato que durante os governos de esquerda foi construída uma agenda direcionada às políticas públicas para mulheres, que procuravam atender as demandas políticas de igualdade emanadas pelas trabalhadoras rurais empreenderem.

Nesse contexto, foram promovidas inúmeras ações de capacitação fragmentadas, editaram-se portarias que não tinham um efeito prático no âmbito do financiamento. Essas ações e iniciativas não foram suficientes para estabelecer diálogo com a crescente luta das mulheres que vinha desde os anos 1990 (BUTTO, 2014, p.27).

Nessa conjuntura, em que a agenda do desenvolvimento rural despontava em um contexto sustentável e solidário, sendo propellido pelo governo federal, estabeleceu-se um cenário de diálogo com a igualdade de gênero, considerando e reconhecendo que dentro de todo o processo histórico de desigualdade, os homens e as mulheres não compactuavam do mesmo patamar para ter acesso às políticas públicas.

Concomitante a este fato, Butto (2014, p. 27) lista uma série de políticas públicas e programas que deram voz à mulher trabalhadora rural, assim como garantia de cidadania e inclusão produtiva, no período de 2003-2010, a saber: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008).

Essas políticas foram fundamentais na vida de mulheres trabalhadoras rurais, que durante muito tempo lutavam por igualdade, dignidade, maior representatividade e autonomia. Com relação à participação feminina no colegiado, podemos evidenciar, por meio da análise das atas, que ocorreu de forma gradativa, mas que não chegou a um grau de paridade, onde os locais de maior liderança e conseqüentemente de maior fala eram ocupados por homens e que quando existiam momentos de liderança feminina estes eram sempre compartilhados.



Outra questão que será detalhada na próxima subseção é o direcionamento das pautas, que sempre priorizou questões relativas à produção, economia, editais de projetos, dentre outros.

5.1.2 Direcionamentos e contexto de pautas

Esta subseção tem como objetivo trazer os principais temas que eram discutidos nas plenárias, tendo como embasamento as atas de registro das reuniões. Veremos, ainda, com que frequência o debate sobre questões de gênero estava em evidência e como se configurava os espaços de falas frente aos temas debatidos nesses encontros.

Na subseção anterior, verificamos os temas dominantes e quem liderava a plenária, aqui nos centraremos apenas em verificar se dentre estes temas havia algum direcionamento sobre ações que envolvam principalmente a temática da igualdade de gênero e em que contexto estava inserido, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 4 - Estrutura das pautas.

DATA DA PLENÁRIA	ESPAÇO DE FALA PREDOMINANTEMENTE:	HOUVE DEBATE DE GÊNERO?	CONTEXTO DAS PAUTAS
2006			
04 DE JANEIRO	Predominantemente masculino. Foram 13 momentos em que a fala masculina esteve no centro das discussões. E apenas no encerramento da ata é possível verificar a presença de uma mulher na organização do evento no momento de lavratura documento	Sem pauta	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Produção e Cultivo <input type="checkbox"/> Economia <input type="checkbox"/> Tecnologia
24 DE FEVEREIRO	Maior participação masculina.	Sem pauta	<input type="checkbox"/> PROINF <input type="checkbox"/> FOMAG
17 DE MARÇO	Há um predomínio de falas masculinas, pois estes representavam a maioria presente na reunião. Mas foi notório a participação nos espaços de duas mulheres, porém suas pautas não eram direcionadas as questões de gênero.	Sem pauta	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Produção e Cultivo <input type="checkbox"/> Economia
04 DE ABRIL	Espaço de fala predominantemente masculino, porém, as duas mulheres presente puderam expor suas opiniões, mas nenhuma dela voltada a pauta de gênero.	Sem pauta	<input type="checkbox"/> Projetos Territoriais <input type="checkbox"/> Programas do Governo Federal <input type="checkbox"/> FOMAG
24 DE MAIO	A participação feminina e masculina estava em paridade nesta reunião.	Sem pauta	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Programa ARCO <input type="checkbox"/> Programa AACC e TECHNE



DATA DA PLENÁRIA	ESPAÇO DE FALA PREDOMINANTEMENTE:	HOUVE DEBATE DE GÊNERO?	CONTEXTO DAS PAUTAS
01 DE NOVEMBRO	Predominantemente masculino. Avaliado o documento percebeu-se a ausência de mulheres no evento	Sem Pauta	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Produção e Cultivo <input type="checkbox"/> Economia e Agricultura
14 DE NOVEMBRO	Apesar da presença feminina, todo o espaço de fala fora predominantemente masculino.	Sem Pauta	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Produção e Cultivo
2012			
25 DE JULHO	Predomínio de Falas masculinas;	Foi colocado em pauta que dia 31/07 aconteceria um evento que tinha parceira com o programa mulheres mil do IFRN, mas sem muitos detalhes específicos.	<input type="checkbox"/> PROINF <input type="checkbox"/> Produção <input type="checkbox"/> FOMAG
2014			
14 DE FEVEREIRO	Os espaços de falas estavam bem distribuídos, mais ainda houve maior predominância masculina. Porém a reunião foi liderada por uma mulher.	Evento de comemoração ao dia da mulher; foi colocado em pauta a realização da conferência temática de Mulher e Economia Solidária e evento realizado na cidade de Mossoró organizado pela Marcha Mundial das Mulheres.	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Gênero <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Meio Ambiente
14 DE MARÇO	Maioria de falas masculinas, porém houve uma participação bastante expressiva de mulheres.	Projeto Mulheres, Agroecologia e Economia Solidária; Dia de Luta das Mulheres	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Tecnologias Sociais <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Gênero <input type="checkbox"/> PTC
25 DE JUNHO	Espaço de fala predominantemente masculino.	Sem pauta	<input type="checkbox"/> PROINF <input type="checkbox"/> Produção e Cultivo <input type="checkbox"/> Comercialização <input type="checkbox"/> FOMAG



DATA DA PLENÁRIA	ESPAÇO DE FALA PREDOMINANTEMENTE:	HOUVE DEBATE DE GÊNERO?	CONTEXTO DAS PAUTAS
11 DE JULHO	Falas com representação igualitária.	Projeto Mais Xique Xique (que visa ampliar a atuação da rede, com foco em economia solidária, agroecologia e FEMINISMO); Proposta de Feiras agroecológicas e Economia Solidária com foco na participação das MULHERES .	<input type="checkbox"/> PROINF <input type="checkbox"/> Produção e Cultivo <input type="checkbox"/> Gênero <input type="checkbox"/> FOMAG
08 DE AGOSTO	Espaços de falas com maior predominância masculina	Formação do COMITÊ DE MULHERES	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> PTC <input type="checkbox"/> Gênero
12 DE SETEMBRO	Espaços de falas com maior predominância masculina com mínima participação feminina.	Sem pautas de gênero	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Territorial
07 DE NOVEMBRO	Espaços de falas compartilhados com igualdade.	Sem pauta de Gênero	<input type="checkbox"/> Plano Plurianual <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Territorial <input type="checkbox"/> FOMAG
12 DE DEZEMBRO	Predominância de falas masculinas, mas com intervenções femininas	Sem pauta de Gênero	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> PPA territorial <input type="checkbox"/> Plano Safra <input type="checkbox"/> PROINF
2015			
20 DE MARÇO	Igualitário	Sem pauta de Gênero	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Eventos <input type="checkbox"/> Projetos UFRN <input type="checkbox"/> PROINF
12 DE JUNHO	Igualitário	Sem pauta de Gênero	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> Eventos <input type="checkbox"/> Juventude <input type="checkbox"/> Câmaras Temáticas e Comitês <input type="checkbox"/> PPA do MTG
31 DE JULHO	Mesmo com a demanda sobre gênero, principalmente sobre a mulher. Os espaços de falas ainda eram de predomínio masculino	Questão da mulher rural no universo da agroecologia e comercialização solidária.	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> PROINF <input type="checkbox"/> Gênero <input type="checkbox"/> Juventude
09 DE OUTUBRO	Igualitário	Pacto de enfrentamento a violência contra mulheres; Projeto de assistência técnica voltado as mulheres	<input type="checkbox"/> Gênero <input type="checkbox"/> Povos Tradicionais <input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> PAA



DATA DA PLENÁRIA	ESPAÇO DE FALA PREDOMINANTEMENTE:	HOUVE DEBATE DE GÊNERO?	CONTEXTO DAS PAUTAS
11 DE DEZEMBRO	Igualitário	Sem pauta de Gênero	<input type="checkbox"/> FOMAG <input type="checkbox"/> PROINF'S 2012, 2013 e 2015 <input type="checkbox"/> RN sustentável

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas atas de reuniões do FOMAG (2021).

Com base nas análises e descrições do Quadro 5, o primeiro fato que chamamos atenção é para a questão dos espaços de falas, pois em cerca de 70% das reuniões ocorria o predomínio de falas masculinas, até mesmo quando existiam pautas dentro do contexto de gênero.

Outro ponto relevante é em relação às pautas, visto que, no ano de 2006, não existiu nenhum um tipo de demanda relacionada ao contexto de gênero, porém é possível verificar uma evolução na quantidade de reuniões que traziam para o debate algum questionamento sobre o tema.

Das 21 atas que foram disponibilizadas para a presente pesquisa, verificamos que em 2006 não houve registro de pauta relacionada ao contexto de gênero em nenhuma das reuniões. A maioria dos temas debatidos naquele ano estavam em sua maioria inseridos no contexto de produção, cultivo, editais de programas e assuntos administrativos do FOMAG.

Já em 2012, a única reunião de registro, houve apenas uma sinalização sobre um evento que aconteceria e que tinha a parceria do Programa Mulheres Mil. Em 2014, com o processo de reestruturação do FOMAG, seguindo uma trajetória baseada no PTC, o número de reuniões com pautas de gênero mais que dobrou e todas elas eram focadas em valorizar a mulher rural, seja na perspectiva econômica, cultura, social e principalmente no empoderamento feminino.

É importante salientar também que nesse mesmo ano, com a reestruturação do colegiado, foi criada a câmara e o comitê de mulheres que seria um grande instrumento na luta pela igualdade de gênero no Mato Grande. Em 2015, notamos uma queda no número de encontros que tivessem pautas direcionadas ao tema, mas é importante destacar que em um desses encontros foi posta em pauta a questão da violência contra a mulher, problemática que também é recorrente no Rural e que muitas vezes é silenciada, justamente pelo não alcance das políticas públicas que são designadas a essa questão.

Nessa plenária, foi destacado o pacto de enfrentamento à violência contra mulheres e um projeto de assistência técnica voltado às mulheres, que seria um suporte na questão da produção e cultivo, garantindo maior renda para elas. No geral, notamos que a maioria das pautas eram muito direcionadas em tratar sobre editais do PROINF, questões administrativas do colegiado, desenvolvimento territorial e sustentável, eventos, oficinas e projetos relacionados ao território. Quando se tinha pauta de gênero, estas



ficavam muito no universo de realização de eventos ou palestras. Contudo, existiram um ou dois momentos em que foram apresentados projetos de alcance às mulheres e, quando colocadas as pautas, quem liderava o espaço central de fala era um homem.

Essas impressões foram colocadas a partir da análise de atas. Para confronto ou afirmação dessas colocações, as próximas seções apresentam os resultados das entrevistas realizadas com dez mulheres que tiveram envolvimento direto com o colegiado e, em especial, com o comitê e a câmara temática de mulheres. Por meio das falas e trajetórias dessas protagonistas, poderemos expandir todo esse contexto que fora apresentando até o presente momento desse estudo.

6 DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: O COMITÊ DE MULHERES E SEU PROTAGONISMO NA LUTA PELO EMPODERAMENTO FEMININO E IGUALDADE DE GÊNERO NO MATO GRANDE

Este capítulo trará o relato de 10 mulheres que participaram ou tiveram contato com o *Comitê de Mulheres Dona Zizi*, beneficiadas pelas políticas de abordagem territorial. Os nomes de registros foram revelados nesta obra, mediante autorização escrita e em gravação concedida pelas participantes. O autor principal do projeto detém arquivos de gravação onde as participantes expressam em livre consentimento sua participação no estudo. Foram realizadas entrevistas com duração máxima de 01h30min, sendo que algumas das participantes preferiram enviar áudios via *WhatsApp*, relatando um pouco sobre suas histórias. Aqui, encontramos diversas reflexões pessoais que evocam manifestos, denúncias ao machismo, ao patriarcado, ao racismo, ao sexismo que ainda estão presentes em diversos espaços da sociedade.

6.1 MARGARIDA KATIANA

Aqui veremos o relato da Katiana, feminista, assistente social, moradora do município de São Miguel do Gostoso e umas das principais líderes do comitê de mulheres, aquela que exerce grande responsabilidade no processo de articulação e organização dos movimentos.

6.1.1 O início de uma trajetória de luta

Katiana iniciou sua trajetória de militância e em espaços de controle social em 2004, mas, antes desse processo, já fazia parte das ações da igreja na comunidade e do grupo dos sem “terrinhas” do MST, no assentamento Arizona.



fui me envolvendo em processos de luta e reivindicação pelas políticas públicas do município, que era o fórum de participação popular das políticas públicas aqui de São Miguel do Gostoso, por meio da AACC. Então, através da AACC foi possível conhecer o horizonte dos espaços de participação política que incentivava muito os agricultores, as agricultoras, as juventudes. Compreendo que participar desses espaços, é importante na construção dessas políticas públicas e da cidadania dessas pessoas, das mulheres e dos jovens (Katiana, 2020, informação verbal).

Sabendo que estes espaços, em sua maioria, são majoritariamente masculinos, enquanto participante do movimento feminista, ela sentiu a necessidade de ocupá-los na busca por direitos igualitários.

6.1.2 O contato com a política de desenvolvimento territorial: as plenárias do FOMAG e a participação feminina

Tudo começa em 2005, quando é criado o FOMAG, ela conta que na época era bem jovem e não tinha um conhecimento amplo das “coisas”, mas estava lá participando e conhecendo outras mulheres também.

a partir de lá fomos criando uma rede não formal, mas uma rede informal de contatos para conhecer as mulheres os outros municípios. E nos encontrávamos muito em pautas da agroecologia, da convivência com o semiárido, através da articulação do semiárido brasileiro, que era o fórum microrregional da ASA. Nas atividades do movimento feminista, e principalmente sobre a discussão das cisternas, da luta pela garantia da água potável na nossa região (Katiana, 2020, informação verbal).

Com toda essa bagagem, ela foi participando do FOMAG, que tinha pelo menos uma reunião mensal, e lá conseguiu participar da criação da cooperativa do território do Mato Grande (COAFS), voltada para Agricultura Familiar, Pesca Artesanal e Economia Solidária da região.

no mandato passado, estava como vice-presidente da cooperativa, mas meu mandato venceu e estou agora como sócia fundadora. Essa cooperativa trouxe também muitas pautas voltadas a infraestrutura de espaços coletivos no território, a economia solidária, a agricultura familiar, e outras experiências de articulações do território (Katiana, 2020, informação verbal).

A cooperativa foi criada em 2009, e nesse espaço de tempo Katiana tem participado de diversos projetos da AACC, da TECHNE, do Centro Feminista 8 de Março (CF8), e em 2014 teve seu primeiro contato com a Política de Desenvolvimento Territorial, na qual estava sendo trabalhada a questão dos territórios da cidadania. Em meados de 2015, ocorreu uma seleção com o intuito de contratar assessorias, então a margarida relata que:



inscrevi-me, já que sou formada em Serviço Social, fiquei nessa tarefa de pautar e fazer essa discussão, da implementação, e criação da câmara técnica que chamamos de o comitê de mulheres, juventude e de povos e comunidades tradicionais. Então eu fazia esse trabalho da articulação social (Katiana, 2020, informação verbal).

Desta forma, a criação da câmara de mulheres já era uma das metas do PTC, e as participantes dos movimentos já se articulavam para que no território rural fosse feito um projeto que mobilizasse as mulheres.

seria muito importante para podermos discutir os projetos que vinham para o território, que muitas vezes eram estabelecidos para o HOMEM, em seus espaços de organização, e para mulheres, era algo subsidiário. Nos reuníamos, e quando chegava os editais, levava a discussão para o território, e tinha momentos que chegávamos a um pouco de conflito, porque nós apresentávamos nossas questões e alguns homens não aceitavam, falavam que aquilo que estávamos colocando era desnecessário. Todo mundo compreendia a participação das mulheres, mas nada que expressasse isso nos papéis, nos editais, na palavra ou na escrita. Portanto, fizemos muito essa reivindicação, para que nós mulheres, tivesse representação na escrita, nas falas. Defendendo a ideia de que o território pudesse fomentar a autoestima das mulheres, a participação, inclusive no núcleo diretivo, que antes era composto em sua maioria por homens. Não existia uma paridade. Porém, o último núcleo diretivo que elegemos, foram 7 e conseguimos colocar 3 mulheres. Assim, gradualmente vamos conseguindo incluir essas mulheres nessa representatividade, pensando na paridade (Katiana, 2020, informação verbal).

O relato anterior deixa claro dois pontos verificados na análise das atas. O primeiro, a questão da presença das mulheres nos espaços diretivos que era muito limitada, onde as plenárias quase sempre eram lideradas por homens e isso só foi se modificando gradualmente. O outro ponto, seria a questão das pautas, que em quase todas as reuniões, os debates sobre mulheres ou gênero era ausente. Ocorria um direcionamento voltado para a questão produtiva, econômica e estrutural do PROINF, que em muitos casos, não contemplava projetos para as mulheres. Ela destaca que, em alguns momentos, enfrentou situações de conflito, por justamente lutar por maiores espaços de falas e participação feminina, onde as políticas públicas do território também contemplassem as mulheres.

Durante as reuniões ela foi ouvida, mas em alguns momentos sentiu-se oprimida, como, por exemplo, quando apresentava uma proposta e existia uma certa relutância por parte dos homens, onde ocorria também a tomada de falas, projetos e pautas apresentados pelas mulheres.

Nesse sentido, Céli Pinto (2010, p. 20), destaca que “quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher”. A autora complementa que “a recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição à fala masculina/universal”.



Ainda nesse contexto, Carla Cerqueira et al. (2009, p. 112) leciona que “a palavra, como instrumento de poder e de troca, foi negada durante séculos às mulheres, e elas ainda continuam a não ter acesso ao discurso da mesma forma que os homens”. Permanecendo até os dias atuais a luta “para que elas tenham acesso aos espaços de discussão e sejam respeitadas em seus modos de expressão e nos seus discursos” (LAKOFF, 2003, p.175).

Katiana ressalta que:

existe uma necessidade, que percebi no FOMAG dos homens, das lideranças masculinas desejarem sempre estar assumindo posições de liderança, mas são as mulheres que realizavam todo o trabalho de mobilização, de articulação das próprias mulheres, das próprias juventudes. Fomos nós que incluímos nossa participação na câmara técnica de inclusão produtiva, que até então participava apenas homens. Mas, não são todos os homens do colegiado que tem o pensamento retrógrado (Katiana, 2020, informação verbal).

Com relação às pautas, ela destaca serem muito voltadas para a questão econômica, de infraestrutura, e que os debates sobre as mulheres e juventude eram pouco visados.

quando sentíamos que pelo colegiado, não conseguiríamos articular essas questões das mulheres, articulávamos no próprio movimento e na câmara técnica. Era bem difícil colocar uma pauta, que pensasse em projetos para as mulheres. Sempre foi difícil pensar e apresentar a questão de gênero do território (Katiana, 2020, informação verbal).

Sobre a participação feminina no colegiado, ela relata que no início do FOMAG, contava-se “nos dedos” as mulheres que participavam, visto que na comunidade a liderança da associação de moradores era exercida por um homem, então quem estaria presente na reunião seria ele. No caso das mulheres, só iria na plenária aquela que participava de algum grupo ou movimentos de mulheres:

acredito que pouquíssimas, duas ou três associações que eram de mulheres, as do município de Santo Antônio, Touros, Pureza, Ceara-Mirim. Isso só era possível porque lá nessas comunidades, tinha-se no gerenciamento a participação de mulheres. Com o Programa de Desenvolvimento Territorial as coisas começaram a melhorar gradativamente. Porém, ainda faltava, a expressão de muitas delas, que eram quietas não queriam falar, pela vergonha, por pensar que sua opinião era inválida. Então íamos trabalhando gradualmente nas reuniões do comitê, e quando era uma pauta importante nos sentávamos, debatíamos e lá tirávamos os encaminhamentos. E no colegiado a coordenadora de mulheres apresentava o que havia sido discutido naquele mês e quais eram nossas sugestões para o colegiado territorial. Mas o Programa durou pouco tempo. Lembro-me que foi criado em 2014, mas só em 2015 que são criadas as câmaras técnicas. Outras assessorias não deram conta da criação dessas câmaras técnicas, só faziam as articulações nas maiores plenárias, mas nunca chegavam no foco das câmaras técnicas (Katiana, 2020, informação verbal).



Sobre os assessores ela destaca que, antes do PTC, as pessoas que assumiam não eram do território, o que dificultava conhecer a realidade local, pois esses tinham a experiência para a função, mas não era o suficiente para entender a vivência do território.

quando entramos na assessoria, deu um significado diferente para reuniões das câmaras técnicas, nas articulações, nas parcerias. E tendo sempre o território participando de momentos importantes no Estado, como na própria criação da CECAFES, então nesse processo conseguimos articular todo mundo para participar (Katiana, 2020, informação verbal).

Ainda sobre a participação feminina, verificou-se por meio dos relatos, que só veio aumentar em meados de 2014, justamente quando o FOMAG passou por uma reestruturação em sua composição, seguindo na íntegra os direcionamentos do PTC, fato este registrado na ata da reunião do dia 8 de agosto de 2014, e já fora mencionada neste estudo.

Segundo registros das atas, os comitês foram criados nessa mesma reunião, mas contrapondo-se as falas da entrevistada foi apenas em 2015 que começam a ter um funcionamento efetivo no colegiado, justamente quando ela assumiu a assessoria técnica.

Outro ponto destacado pela entrevistada é a questão do PROINF que, segundo ela, existia-se uma discussão ferrenha em torno dos editais, e quando era apresentada alguma proposta voltada para as mulheres, os critérios para aprovação pareciam ser mais rigorosos e elas ficavam sem entender.

no último PROINF que teve, não sei se está nas atas, colocamos ser preciso registrar em ata que os PROINFs não eram pensados para as mulheres. Eram pensados totalmente para cultura masculina, econômica e não priorizava essa articulação econômica e social. Foi por isso que não nos inscrevemos porque não existia oportunidade. Os critérios não eram de fácil acesso para as mulheres. Perdemos alguns projetos porque não tínhamos acessibilidade plena aos editais. (Katiana, 2020, informação verbal).

Com relação ao PROINF, de fato a maioria dos editais aprovados são direcionados às questões de infraestrutura, produção, economia e agroecologia. Talvez por possuir uma essência mais técnica do que social.

Existiram dois projetos voltados para a questão da mulher na agroecologia e economia solidária, contudo, segundo Katiana, eles foram aprovados em plenária, mas as prefeituras dos municípios de São Miguel e Caiçara, onde seriam executados os projetos, não tomaram as medidas cabíveis para a execução.

Sobre a liderança das reuniões, ela destaca que com a criação do comitê de mulheres houve uma diversificação, inclusive nos momentos introdutórios, visando fazer um encontro mais animado, descontraído, que incluísse todo mundo, principalmente as mulheres.

começamos a envolver as mulheres, como, por exemplo, uma colega que é lá de Acauã e faz o canto da farinhada. Em alguns momentos tinha a batucada, fazíamos um momento de mística para poder ter a apresentação das pessoas,



e assim no decorrer do PTC, nós conseguimos também que as mulheres em algum momento ficassem a frente das reuniões. Mas isso era bem incomum, porque quem ficava animando, ou era Chico Dino que era o coordenador da época, ou Arimateia como assessoria, mas que não era a função dele, em alguns momentos até eu mesma, que sou do movimento. Porém, era interessante que tivesse outras mulheres ali, e não apenas a assessoria realizando todo esse processo. Então vamos dizer assim “as mulheres não tiveram o domínio totalmente dessa animação do colegiado, elas eram inseridas, mas ficavam muito caladas, tímidas. Que estavam desenvolvendo-se, mas infelizmente com a finalização do PTC, foram silenciadas.” (Katiana, 2020, informação verbal).

6.1.3 O FOMAG e sua importância

Para Katiana, participar do colegiado foi uma experiência “riquíssima”, onde por sua iniciativa e por intermédio do PTC, foi estabelecido no fórum as câmaras técnicas de mulheres, jovens e povos tradicionais. E o grande marco foi a criação do comitê de mulheres, com a presença de 15 municípios, onde em 10 deles foi possível estabelecer uma articulação de mulheres e juventude. Nesse processo, foram organizadas as conferências municipais de juventude e as conferências municipais e territoriais de mulheres.

colocamos nesse rol do território, essa discussão da construção da política pública, a partir do olhar da mulher. Isso fez com que algumas criassem seus próprios grupos ou fortalecessem a associação onde residiam. Assim como a participação em feiras como, por exemplo, na cidade de João Câmara com a feira da agroecologia, ou em São Miguel do Gostoso. Foi possível também a participação de mulheres em eventos nacionais, como a ação internacional da marcha mundial das mulheres, conferências de desenvolvimento territorial, estaduais e nacionais. Conseguimos durante dois anos 2014, diria até três anos 2014 a 2016, fazer um pouco desse giro do controle social das políticas públicas do território. Infelizmente, final de 2016 ocorreu a finalização dessa política que foi, a meu ver, muito importante para movimentar as pessoas no território. Atualmente, temos o grupo do comitê de mulheres no WhatsApp, estávamos nos articulando, porém, com a pandemia isso ficou difícil de nos encontrar. Em 2018, realizamos um encontro do território das mulheres em parceria com a marcha mundial das mulheres, onde conseguiu-se realizar esse encontro em São Miguel do Gostoso. Elas ficam sempre pedindo por esses encontros, por essas coisas. Temos projetos, mas com a pandemia ficou bem difícil para gente (Katiana, 2020, informação verbal).

Atualmente, Katiana está empenhada com a Marcha Mundial das Mulheres, e no seu município participa do Coletivo Batuque Feminista, um grupo composto por mulheres que fazem percussão, reutilizando materiais recicláveis na confecção dos instrumentos do batuque. Ela participa ainda da Rede Xique-Xique, que no estado tem como um dos focos a comercialização da economia solidária.

Segundo ela, as mulheres que passaram pelos processos de formação promovidos por eventos e oficinas através do FOMAG e atuação da AACC, conseguiram entender a essência do movimento feminista, mas algumas que se envolveram durante a atuação



dos territórios da cidadania ainda enxergam o movimento como radical, pensando ser uma “briga” entre homens e mulheres. Entretanto, ela atua com colegas do comitê para desmistificar esse pensamento.

6.1.4 O impacto da política territorial na vida de mulheres do mato grande

Um dos anseios das mulheres com a chegada de políticas de abordagem territorial era voltado para estabelecer uma articulação sólida. Katiana avalia que conseguiu realizar essa meta, mesmo que o PTC tenha acabado. Haja vista que até hoje elas mantêm uma rede de contato, seja de forma virtual, em eventos, seminários, ou quando é solicitado uma representação feminina do território, elas buscam sempre essa articulação.

uma das coisas que vislumbrávamos era a autonomia econômica das mulheres, através dos projetos. Infelizmente, por meio do PTC eu avalio que não foi possível. Articulávamos por outros meios, como o governo cidadão, com um projeto de economia solidária da SHETAS. Pela Política de Desenvolvimento Territorial, eu vejo que não obtivemos esse anseio, colocar a autonomia econômica das mulheres em pauta no território do Mato Grande. E outra coisa que vejo, era que pudéssemos ter espaço de voz e representatividade do território. Conseguimos que algumas mulheres se colocassem nisso, “vamos dizer assim”. Têm a própria Alice, têm a Ana Paula, Ceíça de Pureza, Dona Clarisse de Taipu, têm a Francisca de Acauã, a Taise do Amarelão. Então, em algumas cidades, algumas lideranças, que já estavam nessa posição conseguiram em suas localidades, assim que é possível visualizar no território e nas reuniões. Entretanto, era algo pequeno, algo que não sonhávamos. Queríamos que as outras mulheres em seus municípios também tivessem essa articulação, esse empoderamento (Katiana, 2020, informação verbal).

Ela destaca, ainda, que um dos pontos positivos, trazidos pelo comitê via PTC, era que as mulheres mencionavam que o espaço proporcionado pelo comitê foi ótimo, porque em suas localidades elas não eram ouvidas e quando havia um momento de encontro ouviam-se entre si. Uma delas levava as pautas para o colegiado o que já era de grande relevância, pois aquela porta-voz representava os anseios de muitas. Mesmo com mais de dois anos sem articulação via colegiado e comitê, as mulheres ainda continuam em plena atividade em seus municípios.

Para ela, a Política de Desenvolvimento Territorial proporcionou igualdade de gênero, onde foram criados espaços de maior informação para as mulheres, com o olhar para diversidade do que seria essas políticas e, apesar de não serem efetivadas da maneira correta, no que tange vivenciar as dificuldades que as mulheres enfrentavam, houve sim um progresso, pois foi possível incluir as mulheres no rol do PTC.

As desigualdades continuam a existir, mas elas continuam lutando por maior representatividade, autonomia e empoderamento. Com a pandemia e desmonte das políticas territoriais, elas têm se articulado via grupo de *WhatsApp*, algo limitado, mas que, para elas, representa muito.



6.2 MARGARIDA ANA PAULA

Uma das coordenadoras, da câmara e comitê de mulheres do Mato Grande. Feminista, mulher negra, e grande articuladora dos movimentos de mulheres, responsável por grandes mobilizações no território.

6.2.1 O início de uma trajetória de luta

Tudo que eu construí de movimento entre mim e esse mundo que é tão complexo na vivência da mulher, com esse mundo tão estruturado “através dessas forças invisíveis “ que nos coíbem a todo momento parte justamente das grandes fagulhas do comitê de mulheres do Mato Grande

(Ana Paula, 2020, informação verbal).

A trajetória de Ana Paula em movimentos sociais e no FOMAG, inicia-se em meados de 2013, quando fora trabalhar em um município próximo a Jardim de Angicos numa secretaria de agricultura. Nesse espaço de tempo ela desenvolveu contatos com mulheres como Alice, de Pureza/RN (Bebida Vela), e atuava no FOMAG, que quando soube que ela estava trabalhando nessa secretaria, fez o convite para que ela participasse da primeira reunião do colegiado naquele ano.

fomentado pela PTC eu não sabia muito como funcionava tudo isso, então eu resolvi participar. A partir desse encontro, fui conhecendo outras mulheres de outros lugares. Fui vendo que ali existia algum movimento, que, na verdade, nem dessa existência. Porque sempre que falávamos sobre movimento de mulheres/feminista, pensávamos principalmente quem vive a margem disso, as mulheres pensam ser um patamar muito alto, onde são apenas as mulheres da capital, outro panorama. Ali pude enxergar coisa simples, são as mulheres do dia a dia, as mulheres da Zona Rural, são as mulheres de uma pequena cooperativa, de uma pequena associação, pequena produtora, que entendiam que aquilo ali que elas estavam vivenciando precisava de um engajamento maior (Ana Paula, 2020, informação verbal).

A partir desse movimento, ela começa a desenvolver novos olhares para as lutas das mulheres feministas, passando a perceber que o feminismo vai muito além dos muros das cidades. Aguiar (2017, p. 271), ao estudar a inserção da mulher rural em movimentos sociais, evidência que:

é possível perceber que o contato das mulheres rurais organizadas em grupos e movimentos com o feminismo se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar nos seus espaços de atuação,



incidindo sobre decisões e ações.

No final de 2013, com outras mulheres do FOMAG, começou-se a articular a câmara técnica de mulheres do Mato Grande, onde naquela ocasião, Ana receberia a importante missão de coordenar o comitê de mulheres.

sentamo-nos e conversamos e nesse dia ela perguntou quem é que gostaria de coordenar o comitê. Eu sem saber muito o que era aquilo, disse “eu vou”, por que quero aprender como gerencia isso, como se vive, como se vai para os lugares, e eu lembro que foi muito interessante (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Ela relata que entre os anos de 2014 e 2015, conseguiu levar as mulheres do território para muitos eventos estaduais e nacionais, e o que mais marcou a sua trajetória foi a Marcha Mundial das Margaridas, em Brasília, que reuniu em torno de 100 mil mulheres de vários lugares e de diversas trajetórias. “Foi muito interessante você está em um ambiente com quase 100 mil mulheres, de outros lugares que vivenciam outra perspectiva de movimento feminista, do dia a dia, do lidar” (Ana Paula, 2021, informação verbal).

Em 2015, com as outras participantes do comitê, ela conseguira se articular para realizar a primeira conferência territorial de políticas públicas para as mulheres, que reuniu cerca de 100 mulheres do território, “conseguimos levar ainda algumas mulheres para um evento da marcha mundial que acontece todos os anos, e foi justamente lá em Mossoró” (Ana Paula, 2021, informação verbal). Ela relata que, lamentavelmente:

quando chegou em 2016 essas quebras políticas no nosso país, principalmente com impeachment de Dilma, acabou por minar muito dessas nossas participações, porque dependíamos de transporte, alimentação, que conseguíamos via FOMAG, e infelizmente, ficamos sem isso. Sem esse apoio as mulheres dos outros municípios, e até de João Câmara (onde acontecia a maioria de parte das plenárias), não tinha como se deslocar de suas comunidades para a sede do município central que dá acesso a todos os outros municípios, para podermos nos reunir (Ana Paula, 2020).

Infelizmente, desde 2016, vivenciamos no país uma série de quebras políticas que vem afetando a continuidade de muitas políticas públicas. Outro ponto, seria que os governos brasileiros apresentam uma descontinuidade de programas e políticas, entre trocas de gestões.

Ana destaca que outro momento marcante em sua jornada foi ao conhecer a Gildete da cidade de Touros, e que também fazia parte do comitê. Foi por meio dela que Ana conseguiu um curso na Universidade Federal de Pernambuco, destinado apenas para mulheres.

a “ESCOLA FEMINISTA” com mulheres do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Alagoas, onde passávamos a cada mês, na universidade só discutindo feminismo na perspectiva das mulheres rurais. Então, a minha trajetória



dentro do FOMAG, no território do MTG, está/esteve muito aliada, nessa construção do comitê de mulheres (Ana Paula, 2020, informação verbal).

A entrevistada destaca que, através das ações do colegiado, foi possível entender a real essência do feminismo e desconstruir a ideia de um feminismo elitizado, vendo que o movimento é a luta coletiva das mulheres, que:

vêm do dia a dia, da simplicidade de muitas mulheres, que levam o alimento para sua casa a partir de um movimento que elas tecem diariamente e pelo fortalecimento desses direitos. Que força aquelas mulheres têm, “que força”. Elas nem imaginam a força que habita em mim até hoje, quando eu penso em cada uma delas e apesar de distante, carregamos a construção de tudo que passa por nós (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Atualmente, ela é gestora em uma escola na cidade de Caiçara do Norte e procura trazer para sua realidade as vivências estabelecidas nos espaços que participou, principalmente do comitê. Ao vivenciar o espaço escolar, como atuava na EJA (ensino de jovens e adultos), percebeu que 70% dos seus educandos que retornavam aos estudos eram mulheres, que:

abandonaram a escola e que não conseguiram terminar por várias questões, ou engravidaram, ou se casaram, tiveram que trabalhar. E eu percebi ali que eu poderia tecer um feminismo que as retirasse desse morçao vivencial e assistencial. A partir de tudo que eu pudesse fazer, tudo que eu pudesse fazer. E o que foi que eu fiz? Minhas aulas sempre foram embasadas na perspectiva das mulheres. Aí os meninos diziam assim: e os homens? Então eu respondia: apenas vejam e aprendam sobre as mulheres. Vivemos o mundo inteiro aprendendo e ensinando sobre homens. Então vamos aprender sobre as mulheres? (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Com toda essa bagagem adquirida ao longo de sua trajetória e durante sua participação no FOMAG, ela conseguiu entender a essência e o poder da mulher, compreendendo a necessidade de se criar espaços coletivos e políticas públicas que favoreçam a autonomia e o empoderamento feminino, levando essa discussão para sua área de atuação.

então desde essa perspectiva a minha atuação feminista hoje é na escola. É nesse território aqui de tantas pessoas, de uma comunidade tão carente, mas eu penso que a partir de uma leitura de mundo, de uma leitura dos nossos próprios alunos, de um olhar daquilo que você projeta para sociedade enquanto projeto de existência, julgo que você tem muito a fazer. Basta você entender qual o seu papel social. Eu, Ana Paula enquanto professora qual o meu papel social? É manter o status quo dessa sociedade que mata essas mulheres diariamente, ou eu posso fazer um pouquinho mais por elas? É fazer com que elas multipliquem essas ideias, aqui nesse território tão bonito (Ana Paula, 2020, informação verbal).



6.2.2 O FOMAG e feminismo: o que pensam as mulheres rurais?

Atualmente, um dos fatores que favorece a ausência de mulheres em espaços de participação, poder e decisão é a questão do tempo, a violência de seus companheiros, e nas localidades distantes, a insegurança que gera o medo de sair de casa.

Dessa forma, Ana relata que muitas, quando era dia de reunião diziam assim: “Ah! Hoje quando eu chegar em casa vai ser uma briga. Justamente, pôr quê? Porque ela saiu dali e foi buscar outra coisa” (Ana Paula, 2020, informação verbal). Outro fator muito importante que ela destaca, é que muitos companheiros usavam da inocência de suas companheiras para conseguir acesso a um programa ou verba do governo.

Quantas mulheres, quantos relatos eu via e ouvia, por exemplo, tem o PRONAF mulher e outros programas que apenas para elas. Alguns fomentos que é para aquele lote ali, por exemplo, os assentamentos, mas para aquisição precisa justamente da assinatura da mulher. Quantos relatos eu ouvi, principalmente na época que eu trabalhava na secretaria de agricultura, das mulheres que eram praticamente obrigadas por seus companheiros, só ir lá assinar uma ata de uma reunião, ou assinar algo, sem nem saber o que estava acontecendo ali. E quando chegava o dia desse fomento elas nem viam (Ana Paula, 2020, informação verbal).

A entrevistada chama atenção para a questão da dominação e da cultura patriarcal, que ainda está presente no campo, onde muitas mulheres apesar de toda evolução nas políticas, ainda vivem em uma vida oprimida, muitas vezes por conta dessa cultura patriarcal que prega a obediência ao ser masculino, e isso muitas vezes leva a uma violência silenciada tendo como principal vítima a mulher.

a violência contra a mulher rural é uma violência silenciada, porque para as mulheres da cidade com acesso mais próximo a uma delegacia, ir fazer uma denúncia contra seu companheiro vai ter toda uma conotação. Imagina para uma mulher que mora lá na zona rural. Que foi criada nessa perspectiva do patriarcado, de que é ‘meu avô tenho que respeitar’, um homem fala ‘uma mulher tem que se calar’, e é uma construção, onde ela se casa muito nova, sai de casa para ter uma responsabilidade no seu lar, de educar esses filhos, de viver num ambiente com medo. E este homem, o marido dela, vai comandar a vida dela por muito tempo (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Dessa maneira, muitas mulheres, por estarem presas a essa cultura de dominação que as obriga a um respeito figurado, não tem uma visão de feminismo muito boa. Mas, as mulheres que tiveram contato com o comitê possuíam maior de entendimento daquilo que seria o feminismo.

Ela faz uma narrativa sobre a participação da dona Zizi, que foi uma mulher de muitas lutas e de grande importância para o comitê:

ela carregava uma vivência, era uma senhorinha muito ativa, tipo



nos sentávamos para conversar com ela e, apesar de muito religiosa, ela tinha uma visão de feminismo bem abrangente. Então, essas mulheres do MTG que eu convivi que participaram das discussões na câmara e comitê de mulheres, eram mulheres que tinham uma certa visão sobre o feminismo não como radical, mas como uma possibilidade de luta, por uma vida melhor. Nos reuníamos para discutir alguns projetos para comunidades, pensando como poderíamos levar projetos para as mulheres, como elas poderiam ter acesso à água... O nome dessa senhora é a dona Zizi, inclusive o nome do nosso comitê de mulheres é dona Zizi. Foi uma homenagem que nós lhe fizemos (Ana Paula, 2020, informação verbal).

No FOMAG, ela relata que as mulheres lutavam sempre por espaços igualitários de participação, e que quando tinha alguma conferência, evento ou ação, fazia-se questão da partilha das vagas entre iguais sem priorizar um gênero específico. “Fazíamos questão de estar lá, de pontuar, e de levar o maior número diversificado de mulheres” (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Uma reflexão e pensamento que Ana Paula traz, seria de que o Mato Grande é um território rico em:

mulheres diversas. Mas, penso que o que sempre faltou realmente dentro do território do MTG foram esses espaços de reflexão e atuação, de aberturas mesmo. Para se entenderem as possibilidades e a força que a mulher do território do MTG tem. O território do Mato Grande ele é muito diversificado, eu acredito que dos territórios esse é o mais diversificado que tem. É nós temos de tudo e suponho que essa é a nossa dificuldade em geral, gerenciar o nosso território. Porque nós temos dificuldade de gerenciar diversidade, a diversidade humana ela não é compreendida e nós sempre imaginamos que a unidade ela é sempre mais especial que a diversidade. E, nessa altura, quando trazemos a diversidade temos uma política de um viés só, de um olhar só. Suponho que poderíamos ser mais abrangentes nos nossos próprios olhares (Ana Paula, 2020, informação verbal)

Nesse trecho do seu relato ela chama atenção para um fator bem interessante que é a questão do gerenciamento da diversidade, onde muitas vezes políticas públicas que buscam promover o desenvolvimento social não abrangem ou atendem as especificidades de todos, como no caso de algumas políticas de viés territorial que buscam, de certo modo, um avanço na questão produtiva e agrícola dos territórios, sem pensar o desenvolvimento social e sustentável de um determinado território, considerando as diversidades locais.

É preciso entender que, muitas vezes, ao se formular uma política pública existem diversas motivações e, muitas vezes, no âmbito político os interesses pessoais se sobrepõem aos coletivos, conforme leciona Lobato (2006, p. 304), “na formulação de uma política interagem mutuamente interesses diversos, representados por vários setores, entre eles o Estado”.

Com relação aos espaços de decisão do colegiado, Ana relata que notar maior representatividade masculina, mas a líder Katiana estava lá representando as mulheres e lutando por espaços igualitários. Ela nos conta que quando resolveram tirar do papel o



comitê de mulheres, alguns dos homens tiveram olhares desconfiados.

eu observava alguns olhares bem desconfiados, porque você sabe, tem a questão das relações de poder. “Olha as mulheres estão se organizando, então elas estão indo para algum lugar, elas estão participando de outros momentos, estão disputando conosco as vagas para as conferências, as vagas para os eventos. Elas estão se fazendo presente nisso tudo”. Porque muitas vezes nesses espaços muitos homens, carregam consigo o discurso anti-machismo, mas, na prática, não executam. E eu lembro ser muitas vezes difícil construir projetos para as mulheres (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Ela lembra que em alguns momentos quando se tinha verba disponível para algum projeto no território, muitas vezes era destinada para a compra de maquinários e ferramentas. Mas quando se pensava, por exemplo, em comprar barracas para as feiras da agroecologia feminina, existia uma maior dificuldade de liberação dos recursos.

percebemos que nesses espaços, nessas relações de poder, o anti-machismo é só um discurso. Infelizmente, muitos companheiros nossos, que afirmam nos admirar, quando vão para prática realmente, nas disputas desses espaços, nota-se os olhares, umas atitudes que nos incomoda. Estamos mexendo numa estrutura posta, um status que está ali. Os donos dos discursos, são os donos do microfone, são os donos das atitudes. E quando vamos lá, tomamos o microfone, discutimos uma política diferente, vemos que com um tempo eles vão se acostumando, ou não se acostuma (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Complementado o relato, é nítido e característico que em todo processo histórico da humanidade o homem sempre tivera essa fragilidade, de aceitar uma mulher numa posição de poder ou destaque. Fato este presente durante muito tempo na política, nas forças armadas, em que era muito difícil observar mulheres em posição de destaque. Burckhart (2017, p. 211) ressalta que:

as masculinidades foram construídas a partir do medo dos homens pelo feminino, isto é, de serem identificados com as representações oriundas do mundo feminino, tendo em vista que essa identificação faz com que sua posição social de “macho” seja posta em xeque, sendo este “inferiorizado”.

Desse modo, era complexo para os homens que faziam parte do FOMAG entender que aquele espaço não era legítimo somente a eles, mas que pertencia também a elas. E a criação dos comitês foi uma oportunidade de incluir e trazer para as plenárias todos os anseios dos movimentos e minorias que compunham o território.

Sobre a participação, ela relata que para algumas mulheres, pegar o microfone e tomar a fala para si em prol das outras ainda é um desafio, sobretudo, porque muitas delas vieram de uma trajetória de opressão, onde quando o homem fala elas abaixam a cabeça. “Por serem educadas em um regime opressor, que sempre ilustrou que a mulher não é capaz, e que o homem nascera para vida pública” (Ana Paula, 2021, informação verbal).

fomos rompendo algumas coisas, tomando coragem. E o comitê tinha essa função, onde reuníamos, falávamos e interagíamos umas com as outras.



Quando chegávamos nas reuniões víamos uma se soltava dali outra que se expressava. E os homens às vezes ficam assim, uns olhares um pouco desconfiados, reclamavam do tempo, às vezes não davam tanta importância para as pautas da gente. Mas nós tínhamos que começar de algum lugar, eu acredito que foi isso que fizemos no comitê (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Sobre o direcionamento das pautas, ela salienta possuírem um viés de cunho econômico, começando a mudar com a chegada do comitê. Com o sucateamento das políticas de abordagem territorial, o comitê não tem se reunido presencialmente desde 2018, e atualmente com a pandemia elas se articulam em um grupo de *WhatsApp*, que segundo Ana é composto por 13 mulheres:

lá no grupo levantamos algumas questões, conversamos algumas vezes no privado de cada uma. Eu acredito que a mesma perspectiva que Katiana tem, cada uma que participou daqueles momentos ainda tem. De fazer uma boa reunião, um encontro, poder ter esse contato. As mulheres juntas movem o mundo (Ana Paula, 2020, informação verbal).

6.2.3 A importância da política de desenvolvimento territorial na vida das mulheres do MTG

Ana relata que antes de entrar para o FOMAG não tinha conhecimento da Política de Desenvolvimento Territorial, e que ao ter contato sua vida mudou, principalmente na área profissional, explicando que, no período em que as políticas de abordagem territorial estavam em auge, existia uma interação da universidade com a comunidade, especialmente:

a UFRN e do IFRN dentro do FOMAG, por exemplo, eu fiz um curso de cooperativismo na escola agrícola de Jundiá entre 2013 e 2014 graças ao FOMAG, porque ali nós tínhamos acesso às informações, inclusive nós temos hoje as informações no celular, mas antigamente era um pouquinho mais difícil, nós não tínhamos essa divulgação. Então eu vi uma coisa que eu achei extraordinária acontecer a universidade com a comunidade, trazer esse cotidiano rural para dentro da universidade (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Segundo ela, muitas mulheres que participavam do comitê ultrapassaram as barreiras estruturais do patriarcado. Elas romperam “com esse limiar, essa coisa que nos suprime, nos amordaça” (Ana Paula, 2020, informação verbal).

O comitê também proporcionou para que as mulheres tivessem acesso a temas como o da economia solidária “outra perspectiva de economia onde as mulheres a partir dessa organização, podem ter um retorno para si, sem ser um retorno nocivo do capitalismo” (Ana Paula, 2020, informação verbal).



Ana reflete sobre a questão do retrocesso das políticas públicas, sobretudo as que eram voltadas para igualdade social e de gênero, que tem ocasionado um cenário que traz de volta os discursos do patriarcado e machismo para os espaços sociais.

parece que empurramos aquele tempo todo, para conseguir desconstruir aquilo tudo que conseguimos. Mas, acredito que se as mulheres voltassem a se organizar, dentro de uma perspectiva de uma política territorial, voltaríamos a ter êxito. Porque toda organização social ela precisa ter um fim, ela precisa ter um objetivo (Ana Paula, 2020, informação verbal).

O comitê foi um mundo possível, onde só quem viveu sabe o quanto aquele espaço foi modificador e fortalecedor para muitas mulheres, “uma coisa é certa: nós transformamos vidas e as nossas vidas, a partir daquele espaço” (Ana Paula, 2020, informação verbal).

6.3 MARGARIDA FERNANDA

Fernanda, mulher agricultora, negra e quilombola que teve sua trajetória muito marcante no movimento de mulheres trabalhadoras rurais e sindicatos de trabalhadores rurais, além de ter participado e atuado durante quatro anos no FOMAG, sendo uma das grandes vozes na conquista por espaços dentro do colegiado.

6.3.1 O começo de uma trajetória

Fernanda filha de Damião, fundador do (PT) e do Sindicato de Agricultores de Touros. Sua mãe uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, fazendo com que ela já nascesse no berço dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais e de mulheres. De início ela não tinha tanta afinidade com as questões ligadas ao rural e não gostava muito de residir no campo, justamente pelo machismo que ela enxergava na figura masculina.

Veio estudar em Natal, e residiu durante 14 anos. Ao se formar, retorna para sua terra de origem. “Em Natal comecei a ter contato com os movimentos, observava minha mãe indo, e resolvi ir com ela, já que ela não podia me deixar sozinha, nas reuniões tinha muitas crianças. As mães levavam os maiores e deixava os menores em casa. E foi assim que conheci o sindicato mais de perto” (Fernanda, 2021, informação verbal).

Fernanda resolve seguir os passos de sua mãe e na cidade de Natal, conhece a escola feminista onde começou a participar das reuniões, e foi nesse momento que ela sentiu a necessidade da luta por direitos iguais.

Percebera em sua comunidade o grau elevado de machismo, resolvendo não se casar, e sim estudar, formar-se e criar um filho de forma independente. Ela conseguiu



realizar seus objetivos, teve uma filha e voltou para o assentamento Geral, onde começou a participar com maior intensidade no movimento de mulheres, do sindicato e do FOMAG.

estagiei na AACC, tinha o FOPI, tinha o Fórum, tinha as reuniões territoriais, mais era aquela coisa mais machista, mulher não participava e no sindicato também não tinha mulher, só tinha uma secretária e o resto era homem. Ocorreu uma eleição para liderança jovem, eu me inscrevi e formei a chapa e fui disputar. Foi quando eu comecei a brigar mesmo com meu pai, por que, ele era preconceituoso em casa com a família e na comunidade. Então comecei a minha luta no sindicato. Fui diretora do movimento do Nordeste em 2002 estava grávida na época, perto de ter bebê. Em 2002 eu entrei para o movimento de mulheres, apenas como participante. Eu era apenas uma sócia de 1999 a 2000, e em 2000 eu entrei no movimento mesmo, comecei a viajar a participar das coisas, das lutas das mulheres, buscar mais para minha comunidade. Em 2002, eu fui para São Paulo conhecer Renato Aragão para lançar o projeto da UNICEF, e lá conheci a diretora do movimento de mulheres rurais do Nordeste a senhora Margarida, foi nesse momento que me fortifiquei mais no movimento. Em 2004, eu fui eleita diretora do movimento a nível no Nordeste (Fernanda, 2021, informação verbal).

Desse momento em diante Fernanda começou a se aperfeiçoar, a ter maior envolvimento com o movimento e com a luta das mulheres. Ela entende ser uma luta difícil e quando pensa que as “coisas” vão melhorar, a sociedade retrocede. A entrevistada ressalta a importância do governo PT, em conceber muitas políticas e ações direcionadas ao movimento de mulheres. Ela destaca que, nesse momento da história, havia com maior intensidade as marchas das mulheres.

6.3.2 A chegada ao FOMAG

No FOMAG, Fernanda passou a atuar com maior intensidade em 2006. Quando ocorreu seu primeiro contato com o colegiado. Havia apenas ela, Katiana e uma participante da AACC.

não tinha mulher, era apenas homens, então começamos a frequentar, a participar. E às vezes o sindicato não tinha como levar a gente. Então conseguíamos um carro com a prefeitura para nosso deslocamento. Percebemos que quando começamos a ir estávamos pouco representadas, então Katiana teve a ideia de criar esse coletivo de mulheres, para gente se reunir antes, observar as nossas conversas chegar lá prontas. Foi uma briga muito grande. Mas nós conseguíamos nos reunir, tinham reuniões, tinham as participações de todas as mulheres de cada território (Fernanda, 2021, informação verbal).

A participante relata que chegou um momento que o sindicato não estava querendo levar mais as mulheres para as reuniões do FOMAG, justamente porque eles perceberam que as mulheres estavam se fortificando “querendo tomar o lugar deles”. Mas elas sempre levam suas pautas e frequentavam as reuniões do colegiado apesar das adversidades.

Fernanda relata que um de seus colegas, que incentivava sua participação no



FOMAG veio a falecer. E que seu pai saiu do sindicato, algo que dificultou muito sua participação nesses espaços, visto que elegeram um representante bem mais machista, que não aceitava muito a participação das mulheres nas reuniões.

Assim, ela foi se afastando e com o fim do mandato do presidente Lula o fórum foi se enfraquecendo, e mesmo no mandato de Dilma não tinha a mesma intensidade quando era com o ex-presidente. Isso fez com que ela ficasse no fórum até o ano de 2012.

foi um momento muito importante, me deu muitas vitórias, conseguimos muitas coisas para as mulheres, muitos projetos. Como, por exemplo, aqui tem um projeto do boqueirão que conseguimos. Tem umas meninas de Santo Antônio com o projeto das abelhas que foi fruto dessas reuniões, através da organização das mulheres. Chegávamos lá com nossas ideias, com nossas propostas prontas, fortalecidas. E assim conseguimos muitas coisas, como esse comitê que criamos juntas (Fernanda, 2021, informação verbal).

Outro ponto que fez ela se afastar das reuniões, foi a questão do tempo, pois, ela começou a trabalhar e a falta de transportes cedidos pelas prefeituras, para o deslocamento até as plenárias, inviabilizava a sua participação.

6.3.3 Participação nas plenárias

Fernanda relata que participou em média de 20 reuniões do FOMAG, e que durante esse tempo foram poucos momentos em que houvesse pautas direcionadas à questão de gênero.

uma menina foi apresentar um projeto, que era um projeto de mulheres, o do CF8, mas não deu em nada. E foi logo depois dessa apresentação que criou esse comitê de mulheres. Mas até então era difícil as mulheres falar, até as meninas que iam para reunião com as entidades, com as associações, era difícil elas falarem, era mais os homens. Para podermos falar foi muito difícil, para entrarmos nos debates. Era uma conversa muito difícil que eles colocavam, para não entendermos mesmo. Então foi quando conhecemos Alice, Katiana e as meninas lá de queimadas, assim fomos nos apropriando do que era discutido lá (Fernanda, 2021, informação verbal).

Ela relata, os projetos que vinham direcionados para as mulheres não eram debatidos, sempre se colocava uma dificuldade, mas quando o projeto era voltado ao homem sempre era votado. Foi só através do comitê que elas conseguiram trazer as pautas de gênero.

Um dos grandes problemas que dificultavam a participação das mulheres nessas reuniões, segundo Fernanda, era questão financeira e a dependência em alguém, principalmente quando se é uma dona de casa, por que ela precisava conversar com os filhos, com o marido, para conseguir sair, e algumas necessitavam pedir dinheiro a terceiros.



uma mulher tem que ter a dependência. O sindicato diz assim: não vou investir em uma mulher porque sabe que ela vai se fortalecer, as associações também não. Então não é apenas a distância, a mulher não tem dificuldade para nada quando quer algo. A dificuldade é o poder aquisitivo dela. Essa posse do ser dela, da autoestima, de se valorizar. Para mulher rural é ainda pior, ela quer participar, ela tem vontade, ela acredita que pode mudar, mas é difícil porque o maior empecilho ainda é a “grana” (Fernanda, 2021, informação verbal).

Apesar dos avanços nas políticas de gênero, o patriarcado ainda é uma realidade latente, principalmente no rural brasileiro, onde muitas mulheres ainda são dependentes do ser masculino. Muitas vezes por estarem imersas em uma cultura e sistema familiar tradicionalista que prega o respeito e submissão a figura do homem, sendo este símbolo de poder.

é algo que você pensa que não existe mais. Porém, quando observa a sua volta, a vizinha, por exemplo, está passando por isso. Acreditamos que estamos evoluindo, mas não. Tivemos um retrocesso muito grande no final do mandato da ex-presidenta Dilma. E com o governo atual, com essa pandemia, a violência contra mulher, o preconceito, o racismo, foi tudo multiplicado. Esse poder que o homem exerce sobre as mulheres é uma “praga”, é uma “peste” que não larga, que não solta. E quando uma mulher tenta se desprender daquilo tem que ir para a morte, quando a mulher bate o pé, ou dá um murro na mesa e diz eu não aceito mais isso ela estava condenada à morte. Nós estamos acompanhando um movimento agora sobre violência rural os relatos que ouvimos. Nós acreditamos que não acontece no rural, porque o pessoal está lá trabalhando todo mundo junto, a família toda unida, mas é o homem no controle, é ele quem está no controle da roça, da casa, de tudo. Às vezes é uma situação que deixa você desesperada (Fernanda, 2021, informação verbal).

Outra questão destacada no relato, é a participação igualitário em espaços de poder e decisão, onde muitas mulheres estavam conseguindo ocupar lugares de destaque, principalmente aqueles que eram ocupados apenas por homens, entretanto Fernanda destaca que:

as associações estão voltando. Antigamente era necessário ter quantidade igual de mulheres e homens participando. Porém, eles colocam as mulheres para serem somente secretaria, só para escrever, porque escrevem bonito, e no sindicato é a mesma coisa. Era difícil ver uma mulher sendo tesoureira, presidenta, representante geral da associação, movimento ou do sindicato. Elas são apenas mulher, que tem o dever de ficar em casa, cuidar das crianças, do marido e até da roça (Fernanda, 2021, informação verbal).

Sobre os espaços de fala, ela relata que quando começou a frequentar as plenárias, ia sempre com sentimento de revolta ao machismo. Ela tinha em mente que o machismo era algo monstruoso. Quando chegava nas reuniões, as pessoas diziam e comentavam: “é a filha de seu Damião”. Ela ouvia muitas mulheres sussurrando ser proibido falar. Então resolveu se inscrever e tomar posse da fala, mais dois homens passaram sua frente. E com sentimento de revolta ela resolveu gritar, e todos começaram a apontar e falar é “a filha de seu Damião”.



então, eu disse: é não, sou Fernanda, sou uma mulher negra e quilombola e tenho nome e sobrenome. Eu disse: vamos parar com essa história de me chamar de filha de seu Damião. Porque eu sou mulher e não estou aqui representando o meu pai não. Eu sou Fernanda e a partir de hoje eu tenho nome (Fernanda, 2021, informação verbal).

Segundo relato, em muitas plenárias só participavam 3 mulheres contra 15 homens, e quando era discutido algum tema para elas, quem apresentava o projeto era um homem que não permitia espaço para falas femininas. Por isso ela resolveu gritar, porque assim ela conseguiria ser ouvida.

6.3.4 Impactos da política de desenvolvimento territorial

Na visão de Fernanda, as políticas de desenvolvimento territorial geraram muitos impactos na vida de mulheres do Mato Grande, principalmente para desmistificar a visão retrógrada que o homem tem das mulheres.

A entrevistada destaca que as plenárias e ações que foram feitas, como, por exemplo, a marcha das margaridas, foi de grande impacto em sua vida, e principalmente para o fortalecimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais.

Mas mesmo com essas conquistas existiam dificuldades para as mulheres ocuparem esses espaços, e um deles relatado por ela é:

que quanto mais você busca seus direitos em grupo machista, eles fazem de tudo para acabar. Eles diziam: por que é feminista, não gostam de homem. Procuramos quebrar esse tabu, no território, esse pensamento de julgar que ser feminista é não gostar de homem, é querer destruir o homem. Então isso foi muito presente no território. Porque no território também existia muito homem sindicalista, e o homem sindicalista é muito de afirmar coisas sem noção (Fernanda, 2021, informação verbal).

Entretanto, existiram muitos projetos, como, por exemplo, o grito da terra onde ela relata que foi muito beneficiada com esse e outros projetos. Elas conseguiram levar as mulheres para marcha das margaridas. Desenvolveram o projeto da câmara fria para as residentes do assentamento Boqueirão e produção de polpa de frutas. Tudo isso passa a acontecer através de um empoderamento coletivo no comitê. Ocorreu, ainda, a organização de feiras para as mulheres, criação do grupo para debater a geração de renda para mulheres, a criação de cursos de qualificação profissional, desenvolvimento de uma cooperativa (COAFS), onde as mulheres estavam envolvidas e tiveram maior oportunidade de mostrar seus produtos.



6.4 MARGARIDA ALICE

Alice é técnica em cooperativismo e agricultora familiar, que esteve sempre envolvida nos espaços de associação e cooperativas. Quando chegou ao FOMAG, foi uma das vozes que levavam os anseios das mulheres para o colegiado.

6.4.1 O início de uma trajetória

Alice reside no povoado de Bebida Velha, município de Pureza/RN. Sempre viveu na zona rural, e aos 14 anos participava ativamente no clube de mães de sua comunidade, e no grupo de jovens da Igreja Católica.

Quando completou 18 anos, precisou se distanciar desses espaços para poder se dedicar à maternidade, três anos depois, ela retorna para participar na associação de sua comunidade. Nessa fase de sua trajetória ela passa a fazer parte da fundação e associação dos produtores de Bebida Velha, visando conquistar políticas para toda a comunidade.

Ela sempre atuou no fórum municipal como representante de sua comunidade, e em 2009:

fui indicada pela associação, para participar dos espaços das políticas territoriais. Para mim, foi um choque muito grande sair daquele espaço. Quando eu andava com os meus colegas, se um desse um passo, eu dava dois para não perder eles de vista. Porque eram muitas barreiras que eu via ali na frente, muitas políticas novas. Isso foi no final de 2008 para 2009. Era muita coisa nova, sair do meu distrito e vir para João Câmara era uma barreira muito grande. Inclusive, eu enquanto mulher, enquanto mãe, deixando a minha criança ou trazendo minha criança junto para esses espaços para mim era uma muralha (Alice, 2021, informação verbal).

Apesar dos desafios, ela passou a enxergar outras oportunidades, sonhos e objetivos que a levavam para além da sua realidade local. Foi no espaço territorial que ela conseguiu desenvolver esse olhar de mudança que não seria apenas dela, mas de todas as mulheres da sua localidade, do seu município, da sua região.

Durante sua trajetória, e por meio das Políticas de Desenvolvimento Territorial, ela pôde ingressar no curso de associativismo e cooperativismo, onde o contato com a universidade lhe encorajou, e fortaleceu seu interesse em continuar ativamente nesses espaços.

Alice relata que participou de um mapeamento realizado pela UFRN, visando mapear os empreendimentos de economia solidária do Mato Grande. A partir disso, as portas foram se abrindo e ela conseguiu ser contratada pela AACC para acompanhar e fazer formação nas associações que trabalhavam com a temática da economia solidária e desenvolvimento.



Uma de suas lutas, era estabelecer uma política pública que fornecesse assistência técnica para as mulheres, meta alcançada durante os governos petistas.

eu fico muito feliz e emocionada em saber e ver que contribuí, para que quase 3 mil mulheres na região do Mato Grande fossem beneficiadas pela assistência técnica. Inclusive, isso eu falo emocionada. As pessoas podem pensar que é porque eu recebi essa assistência técnica. Mas não, na época eu tinha um vínculo trabalhista e não entrava nos critérios, porque teria que ter a DAP, que é o documento de aptidão do agricultor familiar. Eu acompanhei essa assistência técnica, inclusive com um fomento eu acredito ser 3 mil reais, sendo direcionado, implantando nos quintais produtivos nas áreas produtivas para as mulheres (Alice, 2021, informação verbal).

Esses benefícios representavam então a oportunidade de se conceder à mulher uma chance de ser produtora, e conseguir colaborar nas despesas da família, representando também um grande passo na emancipação financeira da mulher.

Ela enfatiza que esses projetos de assistência técnica para as mulheres duraram pouco tempo “foi justamente no período do golpe e não teve renovação, tínhamos um sonho de ser renovado, mas não foi. Felizmente algumas mulheres fizeram o investimento e até hoje conseguem manter. Vidas foram transformadas com um simples projeto” (Alice, 2021, informação verbal).

6.4.2 Chegada ao FOMAG

Por mais que elas estivessem em um espaço que pregava ser igualitário, ainda era possível notar situações em que o machismo estava presente. Ela relata que, em quase 85% das vezes em que participou das reuniões, precisou questionar a participação, principalmente na formação das mesas e liderança.

se não questionássemos esse espaço, ele não vinha de forma natural, tinha que ser sempre no mínimo uma mulher, brigando lá para que isso acontecesse de forma paritária. As instituições, as prefeituras, os órgãos de governo, sempre mandavam homens, sempre eram os homens que estavam à frente. Então nós sempre continuamos na briga, para legitimar a participação e envolvimento de mulheres. E quando chega nas organizações da sociedade civil, neste caso as associações que entra muito na questão das mulheres rurais, infelizmente devido a tudo que já vivemos sobre machismo, o empoderamento das mulheres é muito pequeno. Então precisamos de forma ativa e diária estar motivadas e buscar a participação das mulheres (Alice, 2021, informação verbal).

Ela faz uma ressalva de que muitas mulheres possuem uma capacidade “gigantesca”, contudo em alguns momentos se sentem inferiores. Por isso, existe essa necessidade de sempre estar estimulando a participação e organização, para ocorrer um fortalecimento coletivo de todas elas.



Em alguns momentos de sua trajetória no FOMAG, ela relata que não se sentia ouvida justamente por ser mulher, sentia uma sensação de que a sua fala e de outras mulheres não tinham a mesma representatividade masculina. “Você fala e muitas vezes era ignorada, por que outra ideia, outra forma de falar era mais interessante do que a forma que a mulher estava falando ou questionando” (Alice, 2021, informação verbal).

6.4.3 Impacto da Política de Desenvolvimento Territorial

Na perspectiva de Alice, foram imensuráveis os impactos da Política de Desenvolvimento Territorial para as mulheres do Mato Grande. Essas políticas foram de grande importância para a questão da participação feminina em espaços como o colegiado, além de possibilitar a criação de projetos que beneficiaram a vida de centenas de mulheres.

este espaço foi construído por nós. Era um espaço que vai muito além das pautas, das reuniões dos comitês de mulheres, jovens, das plenárias mensais dos territórios da cidadania. Era um espaço, para processo de formação, relação de pessoas, trocas de experiência. Foi algo gigante de uma riqueza imensa. A retirada dessas políticas se configura uma tragédia, um desfalque muito grande, é como voltarmos há 100 anos atrás (Alice, 2021, informação verbal).

Ela relata que até hoje recebe ligações das pessoas dizendo que sentem falta desse espaço.

6.5 MARGARIDA ADRIELE

Adrielle, mulher jovem, produtora, empreendedora que iniciou sua trajetória dentro do universo das associações e cooperativas. Atualmente é professora e tem lutado para manter os espaços conquistados pelas mulheres. E quando esteve no FOMAG foi uma das vozes ativas na busca pela igualdade gênero.

6.5.1 O começo da trajetória

“As políticas que eu tive conhecimento enquanto participei ativamente do movimento me tornaram a profissional que eu sou hoje”

Adrielle.



Adrielle reside na comunidade de Bebida Velha município de Pureza/RN, filha de agricultores e assentados, produtora de cana de açúcar. Começou a participar dos movimentos por meio da juventude, e atualmente, faz parte da cooperativa COOPABEV e da APABEV. É professora e militante do movimento de mulheres.

a minha trajetória se dá por meio da associação (APABV), eu entrei quando tinha meus 16 anos/ 17 anos. Fundamos a associação para um projeto de caju cultura que veio para Bebida Velha onde prestamos serviços, mas precisávamos ser associadas. Então eu comecei a participar da associação com esse intuito de ter um trabalho, mas ao longo eu fui vendo e conhecendo as políticas da associação, fui me encantando e comecei a participar dos encontros, não só eu, mas as outras meninas (Adrielle, 2021, informação verbal).

Ela relata, que existia por parte da associação essa preocupação em trazer a participação feminina. Atualmente o número de participantes é composto em sua maioria por mulheres. Porém, muitas são as dificuldades enfrentadas por elas, dentre essas a questão da locomoção de uma cidade para outra, devido à falta de apoio financeiro e familiar.

Sua jornada nos movimentos inicia-se no universo das associações, e com a necessidade de se criar uma cooperativa, ela ingressa também no cooperativismo, onde se formou no curso técnico em cooperativismos do IFRN de João Câmara, o que possibilitou para Adrielle a oportunidade de estar na administração da COOPABEV. “Estou nessa militância, conheci as meninas do movimento, participei das políticas desenvolvidas para as mulheres. No início foi até aquele impacto em ver aquele grau de dificuldade que tínhamos de chegar até as meninas de nos reunimos” (Adrielle, 2021, informação verbal).

Em 2017, ela precisou prestar serviço técnico para uma empresa ligada ao INCRA, o que possibilitou o contato com mulheres de 11 assentamentos. Durante essa experiência conseguiu vivenciar as dificuldades, enxergando a falta de conhecimento dessas mulheres que não sabem o poder que elas têm, “estamos em pleno século XXI e a gente ainda vê muito essa dificuldade que as mulheres têm, em conhecer o poder que elas têm, mas ainda se limitam” (Adrielle, 2021, informação verbal). Ela relata, ainda, que muitos esposos não permitiam que essas mulheres realizasse as ações, onde muitas conformavam-se com sua realidade.

6.5.2 O contato com o FOMAG

Nas reuniões sempre notava uma predominância masculina, mas sempre procurava participar ativamente. Existiam aqueles que queriam falar mais alto, porém o comitê era bem-organizado e quando ocorriam essas situações:

eles falavam, se estressavam, levantavam a sobrancelha, mas Katiana sempre dava um “pinote”, Ana Paula subia voz e Alice se estressava (Risos). Quando



Katiana falava: EI QUE ISSO! Os meninos já ficavam mais calmos. Eles sempre procuravam nos respeitar, nos entender, por que sempre vai existir controvérsias onde existe um grupo de pessoas tem que ter discussões, o bom de estar entre as pessoas são as discussões, temos que procurar fazer com que nossa opinião seja ouvida, mas sempre ouvindo ao próximo (Adrielle, 2021).

Adrielle relata que nas reuniões que esteve presente, o público masculino sempre buscava entender as mulheres, mesmo quando existiam discordâncias, sempre prevalecia a democracia.

Ela relata que participou de duas marchas mundial das mulheres, na cidade de Mossoró, e da marcha das Margaridas, foi nesses espaços que ela passou a enxergar “à força das mulheres, união e que juntas somos fortes. Que a gente vê e conhece as fragilidades de uma e de outra de outras regiões ou país, e a gente passa a reconhecer a realidade que não é só do nosso estado” (Adrielle, 2021, informação verbal).

6.5.3 O comitê na atualidade

Na atualidade, devido à conjuntura estabelecida, elas se reúnem apenas pelo *WhatsApp*. Em 2019, tiveram um encontro presencial no FOMAG, mas atualmente só por meio virtual e quando têm atividades a coordenação envia um *link* para que elas acessem.

eu fico muito preocupada com as fragilidades das mulheres e com esse afastamento que faz com que cada vez mais se fragilize essa organização e união que temos. Por exemplo, Katiana coloca uma postagem no grupo, as meninas demoram a responder a visualizar, não participam, não interagem. Eu fico preocupada quando esse retorno acontece, por que vamos ter que começar tudo de novo, ter que ir até elas para entender as dificuldades, saber o porquê de não estarem participando, o que aconteceu durante esse período que ficaram sem encontro presencial, e o que fazer para nos fortalecer (Adrielle, 2021, informação verbal).

Além dessa questão do distanciamento social, ela enfatiza também a questão do retrocesso nas políticas, em que o governo atual não tem possibilitado e viabilizado instrumentos e ações que deem incentivo à participação e desenvolvimento das mulheres “cada vez mais eu vejo que o pouquinho que foi construído a gente está regredindo” (Adrielle, 2021, informação verbal).

eu fico preocupada, porque foi por meio do grupo de mulheres, que me abriu o conhecimento, que me abriu portas, me deu amigas que vou levar para o resto da vida, que me proporcionou um novo modo de pensar, de ver a vida. E eu tenho certeza de que aquelas jovens militantes, aquelas que já estão há 30 anos começaram assim também. A partir do momento que se organizar esse grupo, se proporciona a oportunidade de novas jovens realizarem essa interação social (Adrielle, 2021, informação verbal).



6.5.4 Impactos da Política de Desenvolvimento Territorial

Adrielle menciona que mesmo com as oportunidades de participação, ela não percebeu redução das desigualdades de gênero, enfatizando que muitas ainda não enxergam o poder que elas têm, e tudo que seus antepassados fizeram para que elas pudessem estar em posição de igualdade. Fato que prejudica a organização e articulação desse movimento.

as mulheres ainda não sabem o que foi que suas ancestrais tiveram que enfrentar para elas chegarem aonde estão. Ao levantar uma mão em uma reunião e poder discordar de um homem, e mostrar que seu pensamento pode ser diferente do dele. Quando realmente, você vai lá e enxerga a raiz do que se passou, percebemos que somos gigantes. As mulheres de hoje precisam entender esse poder, que emana de suas vidas (Adrielle, 2021, informação verbal).

A margarida relata que quando participou ativamente do movimento e do FOMAG, sua maior barreira era a questão financeira, pois para participar das atividades precisava se deslocar para outros municípios, o que demandava gastos. Ela conta que nessa época não trabalhava e precisava pedir esse auxílio ao seu marido ou pai, o que muitas vezes era um peso no orçamento da família.

Ela notou isso em outras participantes do comitê:

tinha as meninas que vinham de Parazinho, as meninas de Rio do Fogo que encontravam uma dificuldade financeira maior por que vinham 3 ou 4. Katiana as vezes vinha sozinha de moto, mas sempre estava lá. A dificuldade que eu via era justamente essa questão financeira, o problema que eu encontrava era esse (Adrielle, 2021, informação verbal).

Nem todas as prefeituras davam suporte ou logística para que as mulheres pudessem participar do colegiado, “contam-se as prefeituras que davam suporte, que davam carro, que mandava pega e deixar” (Adrielle, 2021, informação verbal). Todo esforço feito por ela e participantes do FOMAG era pela causa, pela luta e pelo movimento, mesmo sem capital. “Algumas vezes ficava complicado essa parte, foi uma das coisas que eu debatia muito e sempre dizia eu vou mais se tiver o apoio financeiro, e muitas vezes deixei de ir por causa disso” (Adrielle, 2021, informação verbal).

6.6 ANGÉLICA

Angélica mulher jovem, professora e pequena produtora agrícola, participou ativamente do FOMAG, mas sua trajetória é marcada no universo das associações.



6.6.1 O começo de uma trajetória

Angélica é natural da cidade de Touros, desde que nasceu reside em Bebida Velha município de Pureza. Filha e neta de agricultores, sua trajetória no FOMAG começou a partir de uma reunião, realizada através da associação APABEV no distrito em que mora. A partir de então, criou em sua trajetória pontes entre a APABEV e o colegiado territorial. “O momento mais marcante foi em 2015, onde participei da marcha mundial das mulheres, com as mulheres da minha cidade com as de São Miguel, com Katiana que é uma líder nesse mundo de discussões fortalecendo o envolvimento da mulher” (Angélica, 2021, informação verbal).

Ela explica que, em 2015, as mulheres do MTG tiveram um forte apoio do CF8 (centro feminista 8 de março) do município de João Câmara, que desenvolveu um projeto que concedeu o que eles chamavam de fundo “perdido”, um recurso no valor de R\$ 3 mil concedido as mulheres maiores de 18 anos, usufruindo esse recurso para o seu sustento. O objetivo central do projeto era justamente dar uma autonomia financeira para a mulher rural, para que ela pudesse desenvolver e comercializar sua produção e não ficar totalmente dependente de seus companheiros.

com esse recurso muitas fizeram chiqueirinhos para as galinhas, outras fizeram um chiqueirinho para porcos. Era algo que fosse voltado para sua sustentabilidade. Assim até hoje eu tenho meu chiqueirinho, desde 2015, onde graças a Deus nunca me faltou o ovo, nunca me faltou a galinha e como moramos na Zona Rural, através desse projeto temos nossa sustentabilidade e não dependemos apenas dos nossos esposos (Angélica, 2021, informação verbal).

Esses recursos eram provenientes de políticas governamentais, principalmente as de abordagens territorial. Os valores eram destinados as associações e instituições que ficavam responsáveis em mapear a situação de cada beneficiária. No projeto citado pela entrevistada, uma equipe do CF8 verificou a situação social e econômica de cada mulher, realizaram visitas, com o intuito de verificar a estrutura do quintal de cada uma delas, para enquadrá-las nos requisitos necessários do programa.

A partir de 2014 até meados de 2017, ela participou também de um programa de formação para atuar no banco comunitário. O banco que era localizado também no município de São Miguel do Gostoso. No final de 2016, foi inaugurado em Bebida Velha uma sede do banco, em que Angélica participou de todo o processo de formação e construção, indo até o estado da Bahia para participar dos treinamentos oferecidos pelo projeto. Ao retornar dessa capacitação, ela fez uma seleção sendo aprovada para atuar no quadro funcional desse banco popular, deixando sua vaga para atuar como professora.



6.6.2 Feminismo e plenárias do FOMAG

Angélica relata que em sua participação no colegiado, não observou nenhuma expressão de machismo e sempre se sentia ouvida, deixando claro que nas reuniões que estivera presente, notou uma participação expressiva de mulheres.

Sobre as pautas, ela relata que nunca percebeu negação masculina para os assuntos de gênero. Outra questão destacada pela entrevistada é que muitas mulheres desejavam participar das reuniões, mas para evitar atrito com o esposo, preferiam ficar em casa.

Sobre o feminismo, ela relata que esteve sempre envolvida com a Rede Xique-Xique de Mossoró, participando de diversas formações, que foram muito importantes para o seu desenvolvimento pessoal. Nesses eventos, ela pôde entender a essência do feminismo na vida da mulher.

Muitas mulheres iam para esses eventos e reuniões de mente aberta e, quando retornavam para seu cotidiano, vivenciavam um choque de realidade “percebiam que tudo aquilo que ela viveu não servia para ela em si” (Angélica, 2021, informação verbal). Dessa maneira, ela começa a perceber que:

era muito rejeitada, quando por exemplo, falasse dentro de sua casa que o trabalho precisava ser compartilhado. Quando a mulher busca aplicar esse conhecimento em sua realidade sempre tem uma rejeição muito grande, principalmente por aquelas de mais idade, ao dizerem que isso é besteira e que elas nasceram para ficar em casa e cuidar dos filhos, do marido, que foi trabalhar para sustentar a família. Quando acontece essa libertação isso é um choque de realidade muito grande (Angélica, 2021, informação verbal).

Ela relata que nunca se sentiu oprimida dentro dos espaços públicos, mas que existiam situações de discordância em seu lar.

tinha reuniões, encontros, eventos como a marcha mundial das mulheres, onde eu precisei sair cinco dias de casa, e nessas situações, fica filho, esposo. E quando chegávamos em casa eles diziam: você não ganhou nada, se você tivesse em casa tinha feito muito mais. Inúmeras vezes eles só visavam o lado financeiro, afirmando coisas como: você foi e não ganhou um real e não trouxe nada. Eles não sabiam da importância que aquilo tinha para cada uma de nós. Principalmente para mim, para o meu reconhecimento, de participar de trocas de vivências e culturas (Angélica, 2021, informação verbal).

Ela destaca que essas situações acabam afetando o psicólogo de muitas mulheres, porque quando elas retornavam para seus lares seus companheiros as recebiam de uma maneira diferente, questionando e fazendo cobranças, como uma prestação de contas.

As preocupações do lar fazem com que muitas mulheres não participem ativamente das reuniões. Ela acredita que com a volta das políticas e projetos extintos, as mulheres se



sentiriam mais atraídas a participar, mesmo com algum interesse material, pois muitas vão a esses espaços em busca de um retorno financeiro, justamente pela visão dos esposos que cobram delas esse retorno.

6.6.3 Impactos da política territorial

Com relação ao impacto dos projetos e políticas desenvolvidos na esfera territorial, a entrevistada relata que foram fundamentais e que mudou o seu contexto de vida e de muitas outras mulheres.

[...] agora eu sei eu quero, eu posso, eu consigo, mas para isso eu tenho que buscar. Porém de tudo isso que aconteceu em minha vida, apesar de muitas reuniões, isso foi me fortalecendo, hoje eu sou formada sou professora, iniciei minha graduação em abril de 2016 e terminei em abril de 2020. E a partir dessas reuniões, de tudo que eu participei, o FOMAG, a câmara de mulheres, a associação (APABV) que é o meu ponto forte, e sempre a gente discute que a mulher seja autônoma e não seja dependente do esposo, ela precisa buscar e essa busca graças a Deus eu estou conseguindo até hoje (Margarida Angélica, 2021 informação verbal).

Na sua visão, algo bem interessante no colegiado era a questão da diversidade, com muitas culturas presentes “tinha mulheres de toda a região do nosso Mato Grande e outras que vinham de Mossoró, Natal e isso era uma riqueza muito grande, isso é uma riqueza” (Margarida Angélica, 2021, informação verbal). Ela destaca, ainda, a troca de experiências e saberes que vinham desde a pequena agricultora e até mesmo de um professor da UFRN, “era uma troca maravilhosamente linda”.

O FOMAG e Comitê nos possibilitou também o poder de estar e representar a mulher em espaços, antes tínhamos medo de falar o nosso próprio nome e lá a gente pode ter voz, ser ouvida. Quando a gente vê que tem alguém precisando da sua história para se fortalecer, isso me deixa muito feliz (Margarida Angélica, 2021, informação verbal).

Com relação ao colegiado e comitê atualmente, ela esclarece que não existem mais reuniões e que não ficou quase nada de tudo aquilo que fora construído. Existe um grupo de *WhatsApp* em que se fala sobre as realidades do MTG, informações importantes e experiências que já viveram, mas não se sabe quando terá um retorno presencial devido à pandemia e a conjuntura política do país.

6.7 MARGARIDA ADRIANA

Adriana França, de João Câmara/RN, ela não participou ativamente do colegiado, mas sua mãe fazia parte do comitê. Mulher negra, professora e feminista ela tem sua



trajetória baseada na luta pelos direitos igualitários, atuando na Associação de Mulheres Katiana, do assentamento Modelo II.

6.7.1 Início da trajetória

Adriana França reside no município de João Câmara, no assentamento Modelo II, é professora, formada também em cooperativismo, filha de agricultores, atualmente é sócia da Associação de Mulheres Girassol, tendo como público 29 mulheres.

Em 2020, recebeu um convite para participar do Conselho Municipal de Mulheres, que tem como missão defender os direitos das mulheres agricultoras. Ela conta que durante a sua jornada, nos eventos que participou, percebeu que a presença masculina estava em maior evidência do que a feminina e eles ocupavam até mesmo os espaços diretivos do próprio conselho municipal de mulheres.

Sua primeira formação foi no magistério da terra, pela UFRN, em 2006, política desenvolvida no governo Lula. “Se não tivesse mudado de presidente, eu particularmente não teria terminado meus estudos, não teria feito meu magistério, não me tornaria pedagoga” (Margarida Adriana, 2021, informação verbal). Ela não participou ativamente das reuniões do FOMAG, mas sua mãe sim, na época ela não tinha tempo de acompanhá-la aos encontros. Sua mãe sempre relatou coisas boas.

6.7.2 Impactos da política territorial

Ela explica que não sentiu tantos impactos das políticas de desenvolvimento territorial em sua vida, deixando claro que:

Na teoria é tudo bom, mas na verdade pelo menos a mim não impactou nada não, porque as mulheres continuam sendo discriminadas. Se não acontece comigo, acontece com outras, se não acontece no meu ambiente de trabalho, acontece em outros ambientes. Mas assim, dizer que essas políticas que foram feitas para as mulheres tiveram algum impacto...nacional por até ter tido algum, porque faz tempo que não participo dessas reuniões, que eu participava muito, mas as vezes as coisas só ficam no papel não vai para realidade e você desanima. É muita coisa bonita no papel, mas quando vai para realidade é bem diferente (Margarida Adriana, 2021, informação verbal).

Ela relata que falta compromisso por parte do governo para efetivar essas políticas e que as mulheres precisam ficar mais atentas nas lideranças que elegem para os cargos políticos, porque muitas delas ainda votam em candidatos homens, deixando de eleger as diversas mulheres que se candidatam a cargos políticos. Ela cita o exemplo do seu município que tinham dois candidatos de ambos os gêneros e a população preferiu



eleger o representante masculino.

Nos homens as vezes não acreditamos no potencial da outra mulher. [...] as vezes pensamos: não ela é mulher será que vai fazer melhor que ele? Como ele é homem vamos votar nele mesmo por que tem mais pulso firme e vai mais à frente. Sendo que nós mulheres poderíamos ser também do mesmo jeito que eles, não digo na força física, mais na inteligência seremos iguais. Mas isso parte de nós não querer escolher representantes femininos (Margarida Adriana, 2021 , informação verbal).

Adriana acredita que existe uma falta de interesse por parte de algumas mulheres em querer buscar seus direitos, e não adianta apenas se posicionar, é preciso que todas se mobilizem para alcançar os objetivos comuns a elas.

6.8 MARGARIDA LARISSA

Esta subseção traz o relato da Larissa, mulher jovem que desde pequena participou de espaços como o do FOMAG, por influência dos seus pais. Sua atuação no colegiado foi com maior intensidade no comitê de juventude, mas lá ela sempre levava temas direcionados à autonomia feminina e ao empoderamento da mulher.

6.8.1 O começo de uma trajetória

Larissa inicia sua trajetória em movimentos sociais, por meio da APABEV em Bebida Velha, mas desde criança estava inserida nesses espaços, porque seus pais sempre fizeram parte desse mundo de associação e cooperativas. Atualmente, ela faz parte da direção da COPABEV e chegou no colegiado com uma participação mais expressiva na câmara de juventude, onde ela também foi uma das coordenadoras.

6.8.2 Reuniões do FOMAG e a política territorial

Larissa começa a atuar no colegiado, a partir de 2014, participando de inúmeras reuniões, sobretudo, as ligadas ao comitê de juventude e que sempre procurou levar para dentro desse espaço a questão do empoderamento feminino.

A entrevistada conta que sempre se sentiu ouvida e que conseguia coordenar e dirigir os seus espaços de atuação sem enfrentar resistência masculina. “A gente sempre fazia alguma ação relacionada a autonomia feminina e debates sobre igualdade de gênero, violência contra mulheres, prevenção e juventude e sempre me



sentia representada” (Margarida Larissa, 2021, informação verbal).

As políticas de abordagem territorial foram muito importantes para o crescimento pessoal, profissional, autoconhecimento. Acho que foi importantíssimo para formar, por eu era muito nova quando comecei a participar disso tudo e aí eu fui me moldando a partir de todas essas coisas. Todas essas políticas são o que eu sou hoje, e nesses espaços que participei nunca me senti discriminada por ser mulher, mas eu acho que a gente mostrando quem a gente é e o quanto importante é na sociedade que a gente vai conseguir se manter unidas (Margarida Larissa, 2021, informação verbal).

6.9 MARGARIDA CEIÇA

Esta subseção traz o relato de Maria da Conceição, conhecida por Ceíça. Sua trajetória de vida sempre esteve em uma constante entre o rural e o urbano, onde saiu do campo para cidade para realizar seu sonho de curso o ensino superior. Depois que realizou sua conquista, retornou para sua terra natal e lá foi um grande pilar na luta do movimento de mulheres, participando e atuando em vários espaços de decisão.

6.9.1 Trajetória

“O empoderamento das mulheres é de suma importância para gente conseguir realmente ter uma sociedade democrática, a democracia ela não existe sem a participação das mulheres”

Margarida Ceíça

Maria da Conceição (Ceíça) é graduada em Administração e reside na comunidade de Bebida Velha, em Pureza/RN. Filha de agricultores, conviveu com seus pais até os 15 anos e sempre tinha anseios de alcançar oportunidades, como a de poder cursar o ensino superior. Foi quando expandiu sua trajetória do campo para a cidade, visto que as oportunidades no mundo rural eram muito limitadas. Quando ela concluiu o ensino fundamental, saiu de sua comunidade para concluir o ensino médio na cidade de Natal, ficando hospedada na casa de uma irmã.

Por mais que eu quisesse seguir e trilhar novos caminhos, ou subir alguns degraus ao mesmo tempo existia uma coisa que eu era instigada a pensar: não, você terminou o segundo grau, vai trabalhar e esse trabalho tinha que ser de qualquer coisa, ou seja, tinha que trabalhar para sobreviver (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).



Passando desse ponto, quando ela terminou o segundo grau, foi trabalhar como assalariada, sendo balconista e recepcionista. Em meados de 2000, viu a importância de realizar uma faculdade e foi quando teve acesso ao FIES.

Sou uma cria do FIES, e fico até emocionada porque sou extremamente grata, por ter acessado uma política tão importante. Na verdade, eu gostaria de ter feito a minha graduação em uma universidade pública, não pude, mas eu fiz acessando o FIES e em 2009 eu me formei administradora e a partir daí, quando eu cursava a faculdade de administração que foi a que eu escolhi, eu sai da minha comunidade mas não por completo, eu estava lá todo final de semana e lá já existia um movimento de pessoas num clube de mães que chamava-se maria santíssima e depois foi importante esse clube de mães eles trazer homens e juventudes para participar (Margarida Ceiça, 2021, informação verbal).

Por algumas questões, o clube de mães foi extinto, porém os que fizeram parte desse espaço se uniram para constituir a APABV, que fora criada com o objetivo de acessar uma política territorial na época que era o projeto de caju cultura. Ela não tinha tanta afinidade com essas questões, “mas antes mesmo de concluir minha faculdade eu já me aproximei da associação e comecei a contribuir, e *posteriori* a isso foi constituído uma cooperativa onde estive envolvida nesse processo” (Margarida Ceiça, informação verbal).

Ceiça lembra que sempre teve uma vida rural, mas que se expandiu para o urbano e lá conseguiu sua visão para muitas coisas do rural, “foi dentro do urbano que eu consegui enxergar horizontes que não notava no rural e hoje faço parte dessa associação e cooperativa” (Margarida Ceiça, 2021, informação verbal). Em 2011, ela participou de um processo seletivo da AACC, onde teve a oportunidade de trabalhar até o ano de 2019.

Participou também do fórum microrregional da ASA da região do Mato Grande e do projeto CEFES - UFBA (centro de formação em economia solidária) em 2010. Foi candidata a vereadora nas eleições de 2020, em seu município, mas não conseguiu se eleger.

Então essa é um pouco da minha trajetória atuando como militante da economia solidária, da agricultura familiar, dos movimentos sociais e marcha mundial das mulheres. E são espaços que estão parados por conta da pandemia, mas também pela questão do desmonte das políticas públicas em meados de 2016, e agora com maior intensidade, pois as pessoas perderam o interesse de estar nesses espaços (Margarida Ceiça, 2021, informação verbal).

6.9.2 O contato com o FOMAG e a presença feminina nesse espaço

O contato de Ceiça com o FOMAG se deu por meio da associação, quando participou de várias atividades e, em alguns momentos, sentiu-se silenciada enquanto mulher, e deixou claro que em algumas situações a presença masculina se tornava mais expressiva que a feminina. Ela conta que isso melhorou muito, mas que ainda assim

quando muitas delas vão colocar a sua voz, elas são interrompidas, sendo caracterizado por ela como um problema grave que precisa ser discutido, destruído.

porque muitos homens ainda pensam ser donos da verdade, e que aqueles espaços são locais exclusivos para o homem e não para mulher. [...] quantos daqueles homens que estiveram lá no espaço de discussão, até mesmo no FOMAG, que não permite que a mulher chegue lá porque é ele o dominador (Margarida Ceiça, 2021, informação verbal).

A margarida deixa claro que é preciso discutir, então, a questão da divisão justa de tarefas domésticas para que a mulher possa participar desses espaços, porque muitas não podiam estar nas reuniões por esse motivo, e que muitas delas ainda sofrem com as amarras do patriarcado, sendo necessária uma luta intensiva para resgatar essas mulheres.

Ceiça conta que o que restou do FOMAG e da câmara de mulheres é um grupo de *WhatsApp*, onde elas buscam uma articulação e tentam animar as mulheres do território. Para ela, quem mais anima esse grupo é a Katiane que sempre esteve nessa busca intensa da participação da mulher nesses espaços.

Foi tentado algumas atividades *on-line* mais enquanto houver pandemia vai ser um pouco difícil, por que as atividades acontecem no modo remoto, o território é composto de 15 municípios, as mulheres estão em sua maioria em comunidades rurais, e nas comunidades rurais a gente tem uma única internet que a conexão é bem limitada, onde a gente consegue interagir mais pelo *WhatsApp*, porém por mensagem de texto, porque quando envia-se um áudio quase não chega, imagine então acessar uma plataforma. Falta então alguém animar, buscar soluções, mas a internet nessa situação nos limita (Margarida Ceiça, 2021, informação verbal).

Sempre quando tem atividades, como por exemplo a marcha das mulheres, elas sempre enviam o convite para todas, com o intuito de trazer essas mulheres para discutirem, “mas quase sempre não dá certo, não tem participação das mulheres, só daquelas que estiveram mais à frente da câmara” (Margarida Ceiça, 2021, informação verbal).

Porém, não é uma quantidade que possibilite uma visibilidade maior ao movimento e para articulação feminina no território. Em inúmeras atividades, elas têm feito o convite para as mulheres do MTG por esse grupo e mesmo assim não é tido um retorno positivo. Segundo Ceiça, falta uma articulação mais efetiva no grupo.

6.9.3 Política de Desenvolvimento Territorial

Em seu relato, Ceiça destaca que a participação das mulheres nesses espaços só ocorreu de forma ampla a partir dos governos petistas, pois por meio de políticas de abordagem territorial foi possível conectar as pessoas em um espaço para se discutir política.



Nós mulheres, se quer estavam nesses espaços e a partir do incentivo, das políticas públicas territorial as mulheres começam a ocupar esse espaço, como forma de empoderamento, de conscientização, mas sobretudo de esclarecimento do quanto é importante a política pública na vida das mulheres. É nos territórios que são discutidos por exemplo os projetos de assistência técnica para as mulheres. É nesses espaços como o do fórum, que as mulheres começam a pensar, refletir, se autoavaliar, e ver da importância do trabalho delas e que normalmente não é falado e nem visibilizado (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

Desse modo, as políticas de abordagem territorial além do fator econômico foram de grande importância, sendo necessárias para trazer a autonomia financeira da mulher, por meio de projetos de assistência técnica e incentivo à produção. Para ela, é preciso entender que essa autonomia perpassa todos os espaços desde a sua casa até ao colegiado, por exemplo.

Ceíça traz à tona que, mesmo que as mulheres tenham a compreensão que espaços como o do FOMAG foram e são espaços importantes na garantia do empoderamento feminino, por meio do acesso às políticas territoriais, é preciso trazer ao debate temas como a política partidária, pois muitas mulheres apesar de empoderadas ainda votam em candidatos masculinos, que caminham contra tudo aquilo que elas já conquistaram.

Em 2020, tivemos candidatas mulheres empoderadas, mesmo assim as mulheres continuaram elegendo homens. E ter uma mulher nesse espaço da política é de extrema importância para lutar até mesmo contra o desmonte das políticas públicas para as mulheres. O fórum precisa então trazer essa discussão da política partidária para que todos possam entender o quão importante é eleger pessoas que estejam alinhadas com as lutas das minorias. A gente vê tudo ao contrário por que no Mato Grande tivemos muitas candidaturas de mulheres de esquerda, defendendo todas essas políticas, mas que não tiveram votos suficientes para se eleger, seriam elas porta vozes de todas (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

Outro ponto de destaque em sua fala em relação ao contexto político brasileiro é a de que a política governamental precisa ser uma constante, que ultrapasse governos, e não esteja ancorada em programas de governo específico, mas que ocorra uma conjuntura de ideias e pensamentos.

“Eu acho que mais do que nunca, do golpe de 2016 para cá, a gente precisa mais do que nunca lutar para que as políticas que forem concretizadas elas sejam políticas públicas e não políticas ou programas de governo” (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal). Talvez, só assim, possamos escapar dessa conjectura política que se estabeleceu no país.

Agora na pandemia foi e está sendo um período muito difícil para as mulheres. 2020 foi um ano muito desafiador e 2021 ainda continua sendo desafiador, e o maior problema do ponto de vista da política é com relação as perdas para as mulheres, quantas mulheres aí não estão numa situação crítica de muita vulnerabilidade em função do desmonte das políticas públicas para



as mulheres, da falta do FOMAG, da falta de outros fóruns para discutir as políticas e ter representantes públicos que lutem de fato por essas políticas, então precisamos avançar muito (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

Voltando ao contexto da política territorial, Ceíça ressalta que foram muitos impactos positivos, dentre eles: visibilidade de fortalecimento, de autonomia e, claro, do combate às desigualdades. Ela conta que muitas mulheres conseguiram melhorar seu nível educacional, muitas tiveram acesso ao ensino superior, a cursos técnicos como o de cooperativismo, conseguiram até conquistar um mestrado ou doutorado e a partir dessa conquista poderão até acender profissionalmente, indo além dos muros da agricultura familiar, dando assistência técnica voltada para a agricultura e economia solidária.

Então, muitas dessas mulheres que estão nesses espaços, elas conseguiram além de ultrapassar muitas barreiras e ter de alguma forma autonomia, elas conquistaram também muitos espaços do ponto de vista profissional. Então a política territorial foi muito importante, e precisamos lutar muito para tê-la de volta (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

Ceíça explica que a política de desenvolvimento territorial não é só importante do ponto de vista da produção e da comercialização, que traz a autonomia financeira, “mas ela é importante também do ponto de vista da soberania da segurança alimentar, ela é importante também para poder enxergar aquilo que é maléfico ou não na vida das mulheres e sobretudo como aliada no combate ao machismo” (Margarida Ceíça, 2021, informação verbal).

6.10 MARGARIDA GILDETE

Esta subseção traz o relato da Margarida Gildete, que desde pequena participava dos movimentos por influência de sua mãe e, no FOMAG, foi umas das forças que atuavam para dar voz às mulheres do território.

6.10.1 trajetória

“O movimento foi um aprendizado, feliz da mulher que passou pelos movimentos por que o conhecimento de você estar dentro de um movimento, algumas conseguem multiplicar, outras não, por viver em uma comunidade ainda um pouco fechada, outras já conseguem expandir”

Margarida Gildete



Essa trajetória se inicia por meio de sua mãe, que sempre participou de movimentos de mulheres, e ela desde pequena a acompanhava. Gildete foi se apaixonando e através de tudo isso, ela começou a participar ativamente do movimento e não saiu mais, sendo uma grande lição poder compartilhar experiências e viver momentos com mulheres de diversos lugares.

6.10. 2 FOMAG

Sua passagem pelo FOMAG, a partir de 2012, depois de estar inserida no movimento, onde começou a frequentar as reuniões, e ela relata que no início era sempre bem difícil participar, devido a localização das reuniões que quase sempre era em João Câmara, mesmo assim sempre estava presente.

Não era fácil sair de Touros, de Carnaubinha para Touros, e depois Ceara-Mirim, seguindo para João Câmara. Quando falávamos com as caronas ainda dava certo, mas quando não, a gente fazia um pouco de esforço, tirava do bolso para poder estar participando (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

A margarida informa que as pautas eram sempre interessantes e quando chegou nesse espaço não via resistência masculina, “eu acho que quando eu cheguei as coisas já estavam mais controladas, por que as meninas que já estavam lá eram muito eficientes. O FOMAG para mim também foi um aprendizado gigantesco” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal). Ela conta que “as reuniões do território muito boas, aqui e acolá discordávamos de algumas coisas, mas nada que possa ir além, apenas ajustes e no final todos saem satisfeitos” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

Agora veio aqui na memória, que tem algumas lá das meninas que falavam que estavam incentivando as mulheres a participar do colegiado, porque era um espaço mais masculinizado, poucas mulheres participavam. Não sei se era pela dificuldade do lugar, se era proposital, eu sei que depois a gente começou e não parou mais. Com toda essa luta da gente começou as mulheres se inserir mais, querer estar presentes nessas reuniões (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

Ela enfatiza que, com todas as lutas e desafios, nunca parou e sempre seguiu em frente “com um pensamento bom, pensamento de mudança, quanto mais lutávamos, mais queremos lutar pela igualdade que não está longe de ser alcançada, mas ainda é preciso de luta” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

Para a entrevistada, ao se deparar com a situação de algumas mulheres “que não têm o conhecimento, que precisam de ajuda, precisam que a informação chegue em alguns lugares, aí me sinto motivada para resgatar, essas mulheres para uma vida



melhor, para o verdadeiro conhecimento de mundo.” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa obra buscou investigar o gênero na política de desenvolvimento territorial, implementada nos governos populares no universo rural brasileiro. Focando nas questões de igualdade de fala e organização de interesses específicos, nos espaços de organização e decisão destas políticas, os conselhos territoriais, verificando nas câmaras temáticas a possibilidade coletiva de empoderamento feminino. Verificando se o espaço coletivo criado foi influenciador do empoderamento coletivo, emancipação e autonomia feminina nas vidas das participantes dessa câmara.

Buscamos, por meio de entrevistas com dez participantes do comitê de mulheres do MTG, entender como essas políticas foram impactantes em suas vidas, bem como verificar se elas conseguiram maior participação em espaços públicos como no colegiado.

Mesmo diante de uma pandemia, conseguimos explorar por meio das atas como se estruturavam as plenárias do FOMAG, o que nos mostrou que este espaço durante muito tempo não era igualitário, do ponto de vista da quantidade de participantes, das lideranças, que em sua maioria era representada pelo sexo masculino.

Verificou-se, a partir da leitura desses documentos, que a participação das mulheres nesses espaços era muito pequena, em que os maiores índices de participação foram registrados em 2015, chegando a 46% de participação feminina.

Outro ponto de análise foi relacionado às pautas das reuniões e se estas tinham algum direcionamento para a questão de gênero. Observamos que os encontros, em sua maioria, tinham como pautas assuntos direcionados às questões do cultivo e produção do TCMG, a questão da infraestrutura por meio dos editais do PROINF, a questão das cisternas, agricultura familiar e economia do território.

Quando se tinha algum direcionamento para pautas de gênero, geralmente se direcionava em falar sobre eventos, organização do comitê, programas e ações para as mulheres rurais, como o de combate à violência. Examinando as atas, vimos que as ações não eram tão energéticas. Contudo, conseguimos notar que a participação feminina nessas plenárias foi evoluindo em uma constante, tendo seus melhores momentos nos anos de 2014 a 2015 e, nessa conjuntura, já se tinham os comitês em pleno funcionamento, como previa o PTC.

Os comitês serviam justamente para incorporar nas plenárias as vozes de todos os movimentos sociais, especialmente aqueles que foram penalizados com as injustiças e desigualdades sociais.



A câmara de mulheres representava um instrumento que deu voz e garantiu espaços à todas elas. Foi por meio deste que muitas conseguiram participar e dialogar nas plenárias, deixando de lado o medo do domínio masculino, mostrando para eles que aquele local também pertencia a elas.

Infelizmente, os colegiados territoriais na prática não estão funcionando em sua plenitude e, nesse sentido, nota-se que falta interesse do poder público em estar presente nos diálogos. Por meio das atas, percebemos uma ausência destes a partir de 2014.

Outro ponto, é que essas instâncias se limitavam muito a uma espécie de cartilha de pautas, em que os assuntos dos encontros muitas vezes ficavam em um único contexto de discussão, muitas das vezes ignorando e evitando as pautas levantadas pelas mulheres.

Além disso, o poder de decisão do colegiado era muito limitado, já que muitos dos projetos que eram votados em plenárias, quando chegavam ao município beneficiado, era barrado ou esquecido pelas prefeituras, segundo relato de uma de nossas entrevistadas.

Dessa forma, a falta de autonomia do colegiado, a limitação e destinação de recursos, além do machismo e cultura patriarcal, podem ser considerados alguns dos fatores para que as pautas e os projetos direcionados ao gênero não fossem tão explorados.

Durante os governos petistas, via-se uma organização de forma mais efetiva dessas instâncias e, a partir de 2016, com a conjuntura do golpe jurídico-midiático, que culminou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, tendo ainda como consequência o desmonte das políticas territoriais, razão pela qual essas organizações deixaram de existir em sua plenitude e muitas já perderam seu potencial de mobilização. Importante mencionar, que apesar desta conjuntura nacional, no RN existem projetos por parte do governo para reativar todos os colegiados do estado.

Sobre a política territorial, é relevante enfatizar que durante muito tempo adotou-se no país um modelo de desenvolvimento para o território rural, que não lograva melhorias e nem fornecia qualidade de vida para as populações do campo, pois não considerava as realidades locais, as potencialidades e diversidades, numa perspectiva de autonomia e autogestão, e não se tinha um olhar para as desigualdades, com destaque para as de gênero.

Nisso, o rural ficou submergido a um longo período de altos índices de desigualdade e miséria. Passaram-se quase duas décadas para que, em meados de 2003, fosse adotado um modelo de desenvolvimento na esfera da abordagem territorial, que possibilitou o aprimoramento dos programas já existentes, criando possibilidades.



Sendo assim, com o advento da política de desenvolvimento territorial aplicada à população do campo, tendo na época como responsável a extinta SDT, juntamente com o MDA, trouxe para o âmbito institucional uma espécie de inovação, ao incluir a participação social nos processos de diálogo e planejamento de políticas públicas (DELGADO; LEITE, 2011).

Nesse contexto, foram criados o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, no ano de 2003, ainda no primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e, em 2008, somado ao PRONAT, surgem os Territórios da Cidadania que tinham em seu contexto institucional a participação do Estado e da sociedade civil, e como objetivo geral reduzir as desigualdades sociais do rural, a partir da integração de políticas públicas.

Para o alcance das metas estabelecidas pelo PTC, os colegiados eram peças fundamentais, pois por meio das plenárias eram debatidos e levados os anseios da população de um território específico. Mas, qual seriam então os impactos dessas políticas na esfera das desigualdades de gênero? Qual o legado dessas na vida de mulheres rurais?

A partir do nosso estudo, constatou-se que não foram apenas as políticas territoriais importantes para minimizar os efeitos das desigualdades de gênero e garantir o empoderamento feminino e, nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais também foi de grande importância para esse processo.

Estes foram os núcleos que faziam as pontes entre os espaços de concentração e decisão dessas políticas. Foi por meio desses que as mulheres rurais eram fortalecidas e eram os pilares para que elas conseguissem construir espaços coletivos como os do comitê.

Conseguiu-se mensurar e inferir com a pesquisa que as políticas de abordagem territorial tiveram impactos positivos na vida das mulheres do território do Mato Grande, sobretudo, aquelas que estavam envolvidas como o comitê. Esses impactos podem ser alocados em três dimensões: econômica, social e política.

Do ponto de vista econômico, elas tiveram acesso a muitos programas de assistência técnica (ATER), de incentivo à produção, como os Quintais Produtivos, tiveram acesso, ainda, a ações de economia solidária, as feiras para agroecologia feminina, e conseguiram com maior facilidade acesso às linhas do PRONAF destinadas às mulheres.

Muitas alcançaram uma formação técnica por meio dos Institutos Federais, tiveram a oportunidade de participar do curso técnico em cooperativismo. Outras conseguiram até mesmo uma formação em nível superior, porque era por meio do colegiado e do comitê que elas tinham conhecimento sobre os programas e as formas de ingresso à universidade.



Na questão social, muitas conquistaram sua emancipação, conseguindo romper com a estrutura dominante patriarcal, que se faz presente até hoje no rural brasileiro. Elas conseguiram mostrar a força da mulher nos espaços de participação, por meio da união coletiva, e muitas chegaram até mesmo a serem candidatas ao cargo de vereadora em seus municípios.

Elas exaltam a oportunidade de poder participar de eventos como o da Marcha das Margaridas, que é um espaço onde elas conseguem vivenciar diversas realidades, mostrando a força da mulher rural.

Por fim, os programas de abordagem territorial, como o PTC, conseguiram enquanto estavam em funcionamento garantir a autonomia, emancipação e empoderamento da mulher rural do Mato Grande, pois por meio de espaços como o FOMAG elas puderam trazer suas lutas e anseios para um contexto marcado pela dominação masculina.

Entretanto, observamos que as pautas do colegiado em grande parte seguiam uma espécie de cartilha para o desenvolvimento territorial rural, que não priorizavam as demandas de gênero. Muitas das discussões eram voltadas às questões econômicas e de infraestrutura do território o que, em nossa opinião, compromete tais políticas públicas, no que diz respeito ao seu potencial de transformação social.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. 99p.

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz *et al.* A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do território rural Baixo Jequitinhonha. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 24-44, 01 jun. 2009.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

ARAUJO, T. B. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.) **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e Desafios**. Brasília, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v., n. 2, November. 141-163p, 1981.

BILLAUD, J-P. Desenvolvimento territorial, cidadania e participação. In: CAVALCANTI, J. S. B. et al. (Org.). **Participação, território e cidadania**. Recife: UFPE, 2014.

BIROLI, Flávia. 2010. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, pp. 51-65.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro**. Brasília-DF, MDA, 2007.

BRASIL. **Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades**. Território da Cidadania, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BUSIN, Valéria Melki. **Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da autoimagem de gays e lésbicas**. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Religião, Puc, São Paulo, 2008.



BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTTO, Andrea et alii (org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: MDA, 2014.

BUTTO, Andrea. Mulheres no Desenvolvimento territorial. In: DELGADO, Nelson G. (org.). **A política de desenvolvimento do Brasil Rural**. Brasília: MDA, 2010, pp.214-231.

CARDOSO, Fernando Luiz. O Conceito de Orientação Sexual na Encruzilhada entre Sexo, Gênero e Motricidade. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal Of Psychology**, Florianópolis, v. 42, n. 2008, p. 69-79, ago. 2008.

CARVALHO, H. M; COSTA, F. de A. Agricultura Camponesa In: CALDART, R. S. et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, São Paulo, 2012, p. 26-32.

CARVELLI, C.L.; OLIVEIRA, N. M. Teoria do desenvolvimento no empoderamento das mulheres rurais: uma revisão sistemática de literatura. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, p. 1-9, 2018

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. 2005. 380 f. Tese (Doutorado) – UFRJ/PPGAS, Rio de Janeiro, 2 v.: il, 2005.

CASTRO, E. G. Juventud, generación, y prácticas políticas: procesos de construcción de la categoría juventud rural como actor político. **Revista Argentina de Sociología**, v. 11, p. 50-65, 2008.

CASTRO, Mary Garcia e VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luísa Teresa; CABECINHAS, Rosa. Mulheres & blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede”. *Revista Ex æquo*, Lisboa, n. 19, p. 111-128, 2009.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **2016**: o Brasil esfacelado pelo golpe. Brasília: CNTE, 2017.

COELHO, Mateus Gustavo. **Gêneros desviantes**: o conceito de gênero em Judith butler. 2018. 101 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Mestrado em Filosofia, Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa, Florianópolis, 2018.

CORRÊA. Vanessa Petrelli. Desenvolvimento Territorial e a Implantação de Políticas Públicas Brasileiras Vinculadas a esta Perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 3, Brasília-DF, IPEA, dez. 2009, pp.23-37.



COSTA, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

COSTA, J. F. A construção cultural da diferença dos sexos. **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 3-8, 1995.

DELGADO, N. G. ; Leite, Sergio Pereira . Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, p. 431-473, 2011.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975, p. 49-215.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 47-71, 2004.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão -do agrário ao territorial**.2006. 220 f. Tese (Doutorado) -Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

FAVARETO, A. S. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sudoeste Paulista**, Itapeva, 2007. Disponível em:<www.mda.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, A. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C.A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FROEHLICH, J.M.; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996-2000. In: **Anais do CONGRESSO DA SOBER**, 42, 2004. Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004. p.1-14.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórico- Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp. Presidente Prudente, 2008.

GODOI, E. P.; PIETRAFESA DE GODOI, E.; AGUIAR, V. V. P. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos Pagu**, v. 52, p. 1-35, 2018.

GOMES, J. C. S. et al. Colorindo o campo: a diversidade sexual no espaço rural. **Anais**



do **SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES**, 5, 2017. Campina Grande, 2017. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA_12_ID1325_11082017114046.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

GOMES, J. R. M. **Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp. Presidente Prudente, 2006.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, p. 148-170, 1961.

HEREDIA, Beatriz, Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera Presidente Prudente**, ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos Guia técnicos sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: UnB, 2012.

KNOX, Winifred; CARVALHO, Victorya; OLIVEIRA, Maria Eduarda. **O Programa Território da Cidadania como proposta de desenvolvimento regional**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ciierd2017/69431-O-PROGRAMA-DO-TERRITORIO-DA-CIDADANIA-COMO-PROPOSTA-DE-DESENVOLVIMENTO-REGIONAL>. Acesso em: 04 maio 2021.

LAKOFF, Robin. Language, gender, and politics: Putting “women” and “power” in the same sentence. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Mirian (Org.) *The handbook of language and gender*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 160-178.

LOBATO, Lenaura V. S. Algumas representações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: Enap, 2006. p. 289-311.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a ‘ideologia de gênero’. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 447-463, 2018.

MATOS, A. G. de. Desenvolvimento, autonomia e academia. In: LIMA, D. M de A. e WILKINSON, J. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MDA/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais, Brasília: MDA, 2005. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. . Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)**, v. 18, p. 653-679, 2010.

MOLYEUX, M. Mobilization without emancipation? Women’s interest, the State, and revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**, v.11, n.2, Summer, p. 227-254, 1985.



MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline, MONTAÑO, Sonia. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil.** Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.7-21. Serie Mujer y Desarrollo, n. 45.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho; LOPES, Maria de Fátima. Dimensões do Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Anais do XXXV Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro, 2011.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; MOREIRA, Ivaldo Sousa. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes**, v. 19, n. 1, p. 58 -73, jan/abr, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2454>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

NAVARRO, Z. “Nunca cruzaremos este rio”—a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a” sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes**, v. 13, n.2, p. 5-51, 2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

NEVES, Ângelo Maciel Baeta. **Estratégias de comercialização de produtos da agricultura desenvolvimento territorial na região do Mato Grande.** 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Local, Universidade de Valência, Convênio IIDL/UV/SEBRAE, Valência – Espanha, 2015.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R. & STARKS, M.T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of transcultural nursing**, v. 4, N. 2, p. 100-107, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PROGRAMA Territórios da Cidadania. **Aspectos constitutivos e implicações metodológicas.** Roteiro de exposição no Seminário do “Projeto de Pesquisa Avaliação do Programa Territórios a partir da análise das ações implementadas nos territórios do Território Sertão do São Francisco, PE e Território Paraná Centro, PR”. Recife: UFPE, novembro de 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROGERS, Paulo. **Os afectos malditos o indizível das sexualidades camponesas.** 2006.219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROHDEN, Júlia. LGBTs Sem Terra articulam ações unificadas contra o fascismo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/lgbts-sem-terra-articulam-acoes-unificadas-contr-o-fascismo>. Acesso em:



02 jul. 2020.

SANTOS, Cristina Sturmer dos *et al.* Papel dos colegiados territoriais na execução de políticas públicas. **Espacios**, Caracas, v. 39, n. 4, p. 16-24, 20 out. 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SAQUET, M. A. **Abordagem e Concepções de Território**. Outras Expressões: São Paulo, 2013.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2007. v. 2. 289 p.

SCHNEIDER, S e TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das Referências Cognitivas aos Aportes Aplicados a Análise dos Processos Sociais Rurais. **Raízes**. Campina Grande, PB, v. 23, p. 99-116, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, Jul/dez 1990

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosangela. Mulheres e Políticas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. pp.571-592.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 262, n. 200, 15 nov. 2000.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; KRETER, Ana Cecília. Gênero e território: um documento balizador para o oeste do Paraná. **Estudos de Gênero**, Foz do Iguaçu, v. 20, n. 2017, p. 4-21, 01 fev. 2017.

STELMANN, R. **A Masculinidade na Clínica**. 2007. 250f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 14-53

STROPASOLAS, Valmir. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2004.

MDA. **Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2008. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 55, nov. 2012.

TRINDADE, Antonieta. **A participação política da mulher nos espaços de poder**. In: Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação de Pernambuco, junho de 2019. Disponível em: < <https://sintepe.org.br/2019/06/08/a-participacao-politica-da-mulher-nos-espacos-de-poder/>>. Acesso em: 10/03/2020.

VEIGA, J. E. **Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Convênio FIRE-IICA (MDA -CNDRS/NEAD), Brasília, 2001.



WANDERLEY, Maria de N. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria; CASTRO, Elisa (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.



ANEXOS

ANEXO 01 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE- ANA PAULA

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a fazer este estudo procuramos compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.



Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista on line realizada no dia 11/12/2020 estando arquivada e em posse do pesquisador



ANA PAULA DE LIMA SILVA

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.



Natal, 10 de maio de 2022.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável



ANEXO 02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - ALICE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que



ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 21/01/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 03 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - ADRIELE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e



benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 25/01/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Silvanete Adrielle da Silva

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jeam Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Jeam Claude de Souza Gomes

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 04 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - ANGÉLICA

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que



ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado que possa me identificar. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 02/02/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Angélica Maria do Nascimento

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Jean Claude de Souza Gomes

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 05 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - CONCEIÇÃO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.coml e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e



benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 22/01/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 06 -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - FERNANDA

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que



ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 21/01/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 07 -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - KATIANA

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e



benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 07/12/2020, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Maria Katicina Barbosa da Silva

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Jean Claude de Souza Gomes

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 08 -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - GILDETE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que



ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 25/01/2020, estando arquivada e em posse do pesquisador.

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 09 -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - ADRIANA

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.coml e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que



ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 25/01/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA POR GRAVAÇÃO DE VÍDEO. ATUALMENTE NÃO CONSEGUIMOS ESTABELECEER CONTATO COM A PARTICIPANTE.

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Jean Claude de Souza Gomes

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022



ANEXO 10 -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - LARISSA

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, que tem como pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes. Esta pesquisa pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais.

O motivo que nos leva a realizar este estudo é compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento e que, de acordo com Molyneux (1985), seria “o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

Caso decida participar você participará de uma entrevista on line semiestruturada, com duração de no máximo 1:h 30 min.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como a questão de estar sentada por um período longo, ruídos no ambiente e instabilidade de conexão. Esses riscos poderão ser minimizados como intervalos de 5 ou 10 minutos.

Como benefícios da pesquisa você irá agregar conhecimento científico que poderá colaborar no desenvolvimento de futuros programas governamentais na área de estudo.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete ao pesquisador responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através de contato com o serviço de saúde.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Jeam Claude de Souza Gomes, residente na Av. Dr. Juliano Moreira, 509 – Pajuçara, Natal. E-mai: jeagomes50@gmail.com e telefone (84) 98803-2281.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Jeam Claude de Souza Gomes.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que

ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa DO CAMPO BROTOU MARGARIDAS: POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO DA REGIÃO DO MATO GRANDE – RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas utilizando apenas meu nome, sem fornecer nenhum tipo dado pessoal. Essa autorização, foi concedida também através de entrevista *on line* realizada no dia 02/02/2021, estando arquivada e em posse do pesquisador.

AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA POR GRAVAÇÃO DE VÍDEO. ATUALMENTE NÃO CONSEGUIMOS ESTABELECEER CONTATO COM A PARTICIPANTE.

Assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Jean Claude de Souza Gomes, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Jean Claude de Souza Gomes

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Natal, 10 de maio de 2022

A presente obra pretende verificar em que medida políticas de abordagem territorial podem impactar nas questões de gênero e empoderamento coletivo de mulheres rurais. A área de estudo concentra-se no Território da Cidadania do Mato Grande, no Rio Grande do Norte, especificamente, o colegiado territorial dessa região, denominado de Fórum do Mato Grande (FOMAG), em que foi aberta uma Câmara Temática e Comitê de Mulheres, denominado de dona Zizi, reunindo cerca de 15 lideranças femininas de todos os 15 municípios que integram a região, e que participaram ativamente do colegiado. Por meio deste estudo, foi possível realizar entrevistas semiestruturadas com dez mulheres em pleno isolamento social, devido à pandemia, de forma virtual por aplicativos como o Google Meet e WhatsApp. Para a seleção das entrevistadas foi utilizado o método conhecido no Brasil por “bola de neve”, que consiste em criar uma rede de confidentes, na qual cada entrevistado indica pessoas para as próximas entrevistas. Foi realizada ainda uma análise em 21 atas de plenárias do FOMAG, referentes aos anos de 2006, 2012, 2014 e 2015. Embora sem acesso à totalidade das atas, o estudo analítico destas possibilitou estruturar categorias, pautas do colegiado, a configuração de participantes, a existência e quantificação das questões de gênero. Concluiu-se que a atuação da câmara de mulheres foi importante para as lideranças femininas e para trazer ao debate do colegiado os assuntos de interesse das mulheres, inclusive fazer com que a participação e deliberação feminina acontecesse nos projetos ligados à questão econômica, pautando o viés de gênero. Ressalta-se ainda a grande importância para a autonomia, emancipação política e empoderamento das lideranças para as agricultoras do Mato Grande, através de políticas de abordagem territorial, como as analisadas a partir dos anos de 2005 até 2020.